

# conjuntura brasileira



ano 1 - numero 2 - nov/dez 1974 - 5 Frs ou US\$1

## apresentação

A acolhida que teve o conjuntura brasileira número 1 correspondeu plenamente a nossa expectativa com a publicação: em poucos dias todos os exemplares foram distribuídos.

Alguns problemas de recebimento do material e de impressão atrasaram a saída do número 2 e por isto nos vimos obrigados a fazer um número duplo, correspondendo a novembro e dezembro. As eleições, as discussões sobre institucionalização da ditadura e "modelo político", justificam o destaque que damos neste número à política nacional.

A divulgação de um endereço servirá para mantermos uma correspondência mais direta com os leitores e também para as assinaturas.

INDICE	INDICE	INDICE
política nacional - eleições/institucionalização, etc.		pag. 2 - 27
militares		pag. 28
movimento sindical		pag. 29 - 32
notícias diversas		pag. 33 - 36
economia		pag. 37 - 48

## PUBLICAÇÕES CONSULTADAS PARA ESTE NUMERO

jornal o estado de são paulo	revista visão
jornal do brasil	revista exame
jornal o globo	revista banas
jornais argentinos	revista industria e desenvolvimento
revista veja	revista conjuntura economica

ASSINATURAS - 6 meses ; US\$ 5  
- 1 ano : US\$ 10  
DE APOIO - 6 meses : US\$ 8  
- 1 ano : US\$ 15

ENDEREÇO : conjuntura brasileira  
c/o Michel THERY  
29, rue Meslay  
Paris 75003 - France

40p.8821



# De Norte a Sul, espetáculo igual

E.S.P. - 04-10-74

Núm ambiente de marcante apatia, só quebrado pelos protestos do MDB contra o sistema de eleições indiretas e pela presença nas galerias de candidatos e de políticos, vinte novos governadores e vice-governadores foram homologados, ontem, pelas bancadas arenistas nas respectivas Assembléias Legislativas. Os deputados da oposição, sem exceção, abstiveram-se de votar e, em alguns casos, retiraram-se "para não servir nem de testemunhas desse simulacro de eleição".

No Rio Grande do Sul, Sival Guazelli e Amaral de Souza seriam eleitos governador e vice-governador por uma diferença de três votos se a bancada do MDB, com 23 deputados, não se abstivesse. Na verdade, os opositoristas nem compareceram à sessão na Assembléia Legislativa, preferindo prosseguir na campanha para o pleito parlamentar de novembro. Essa atitude lhes valeu uma crítica do líder governista, Getúlio Marcantonio, que os acusou de "menosprezar o esforço de reabertura política que se verifica no País".

Na eleição de Antonio Carlos Konder Reis e Marcos Bucheler para o governo de Santa Catarina, o líder do MDB, deputado Luis Henrique da Silveira, afirmou que a escolha dos candidatos foi feita à revelia da maioria da Arena, do atual governador Colombo Salles e de outras áreas de declínio igualmente importantes no atual sistema. No plenário havia 120 pessoas, incluindo estudantes que vendiam votos para a eleição da rainha da banda, da cidade de Santo Amaro da Imperatriz (na Grande Florianópolis). No Paraná, Jayme Canet Junior e Octavio Cesar Pereira Junior obtiveram a unanimidade de votos dos 38 parlamentares da Arena. Falando em seguida à eleição, o futuro governador do Paraná disse que a meta principal de seu governo será a produção de alimentos, para que o Brasil "assuma sua destinação de efetivo celeiro do mundo".

Uma advertência feita pelo presidente do Legislativo às pessoas que se encontravam nas galerias e aplaudiram o final do discurso do líder do MDB, deputado Dalton Canabrava, contrário à eleição indireta, foi o único incidente registrado na eleição do depu-

tado Aureliano Chaves para governador de Minas Gerais e de Ozanan Coelho para seu vice. Num voto em separado, o arenista Sylo Costa considerou a escolha de Aureliano Chaves "um verdadeiro presente dado a Minas pelo presidente Geisel". Em Goiás registrou-se a homologação mais tranquila: Irapuan Costa Junior e José Luiz Bitencourt foram confirmados sem discursos e sem a presença dos emedebistas. Para o governo do Espírito Santo foram oficializados os nomes do deputado Elcio Alvares e de Carlos Von Shilgen, em cerimônia presenciada por funcionários da Assembléia e alguns candidatos da Arena. No Legislativo de Sergipe, o ato da eleição do engenheiro José Rolemberg Leite, para governador do Estado, e de Antonio Ribeiro Sotuelo, para vice, foi presenciado por 39 pessoas que se encontravam nas galerias. Os 12 deputados da Arena proclamaram seu voto, enquanto os do MDB se retiraram depois de afirmar, por seu líder, que, em matéria de eleição, "retornamos às Capitânicas Hereditárias, cujos donatários eram nomeados pelo poder central".

Na sessão de eleição dos futuros dirigentes do Piauí, Dirceu Mendes Arcoverde e Djalma Veloso, predominaram os discursos de elogio, inclusive o do deputado opositorista Francisco Figueiredo que, entretanto, considerou aquela eleição "de uma palidez democrática impressionante". Os assistentes eram, em sua maioria, eleitores que procuravam os candidatos ao pleito de novembro, para lhes pedir remédios e até óculos, como aconteceu com uma senhora que fez o pedido a um candidato do MDB, sem nada conseguir. Na Assembléia Legislativa de Alagoas, a assistência era maior: cerca de 3 mil pessoas que presen-

ciaram a eleição "tranquila" do deputado Divaldo Suruagy, presidente daquela Casa, para governador, e do ex-deputado Antonio Gomes de Barros para vice. O MDB criticou a eleição indireta, considerando serem preferíveis "os erros de todo um povo ao acerto presumível daqueles que julgam tutelá-lo".

O ex-ministro José Francisco de Moura Cavalcanti e o arquiteto Paulo Gustavo de Araujo Cunha foram confirmados governador e vice-governador de Pernambuco, tendo os nove deputados do MDB, se retirado do plenário da Assembléia Legislativa, antes do início da votação. O deputado Jarbas Vasconcelos, líder da oposição, explicou as razões dessa atitude: "Ficéis ao nosso programa partidário, deixamos este plenário para que as unanimidades tenham maior retumbância. A nossa abstenção não é fuga: é um protesto. Protesto de quem luta pela volta ao Estado de Direito, contra toda e qualquer violência, venha de onde vier". Na Paraíba, o futuro governador, Ivan Bichara Sobreira, depois de confirmado para o cargo, disse que lutará pela redução das divergências regionais no desenvolvimento do Nordeste e pediu a colaboração de todos para a execução dessa tarefa. O vice-governador será Dorgival Terceiro Neto.

"O MDB não servirá nem de testemunha desse simulacro de eleição", disse o deputado Chagas Vasconcelos na Assembléia Legislativa do Ceará, antes da eleição pela Arena dos futuros governador e vice do Estado, respectivamente, deputado Adauto Bezerra e senador Valdemar de Alcântara. Ironicamente, o parlamentar emedebista desejou felicidades aos novos dirigentes e "a interferência do Padre Cícero para o substituto de César Cals". No Maranhão, foi notada na Assem-

bléia Legislativa a ausência de uma pessoa importante: o candidato que a Arena confirmava para governador do Estado, deputado Nunes Freire, que se encontra no Japão. Em seu nome falou o futuro vice-governador confirmado, José Murad. No Rio Grande do Norte, por 12 votos da Arena e seis abstenções do MDB, foram homologados os nomes de Tarcisio de Vasconcelos Maia, para governador, e de Genivaldo Barros, para vice. O futuro governador do Amazonas, ministro Henoch da Silva Reis, e o seu vice, João Bosco de Lima, obtiveram os nove votos da Arena. A bancada do MDB, de três deputados, absteve-se.

Em oito minutos, os 44 deputados da Arena da Bahia confirmaram Roberto Santos e Cleriston Andrade para as funções de governador e vice-governador, tendo havido por parte dos deputados do MDB quatro abstenções — dois não compareceram. As galerias do Legislativo estavam lotadas por arenistas da ala liderada por Lomanto Junior e Luiz Viana Filho, oposta à facção do atual governador Antonio Carlos Magalhães. No Pará foram eleitos Aloysio da Costa Chaves e Clovis Moraes Rego. O futuro governador preconiza para breve a "estruturação do novo modelo político brasileiro", baseado na ordem jurídica, na justiça social e na segurança coletiva. Em Mato Grosso, a bancada arenista na Assembléia não contou com dois de seus representantes, o que não impediu a confirmação de José Garcia Neto e Cássio Leite de Barros para as funções até agora exercidas por José Fraga e José Monteiro de Figueiredo. Os dois deputados do MDB não votaram.

Na eleição do governador do Acre, Geraldo Mesquita, a diferença em favor do candidato único poderia ter sido de apenas um voto se os três deputados da bancada do MDB tivessem votado, mas se abstiveram.

Em Brasília, o presidente da República assinou, ontem, ato nomeando o vice-almirante Floriano Peixoto Faria Lima para exercer o cargo de governador do novo Estado do Rio de Janeiro.



# “Votar contra” será a tônica destas eleições

ESP.-6-10-74

**A** 40 dias das eleições, começa a ganhar corpo no Estado de S. Paulo, de maneira aparentemente espontânea, um movimento de oposição em que a tônica é “votar contra”. Milhares de pessoas estão anunciando desde já às vezes até com uma certa satisfação, que vão aproveitar a oportunidade do voto para manifestar sua contrariedade, muito mais do que para eleger.

Sob esse aspecto, o pleito estará caminhando para uma espécie de plebiscito. Esse fenômeno não deixa de ser curioso, por duas razões especiais: 1) está surgindo como resultado de um estado de espírito coletivo, que se propaga em cadeia, e não dos apelos feitos por políticos na campanha eleitoral; 2) nas eleições anteriores, os descontentes — e até mesmo os opositores — sentim-se mais inclinados a abster-se do voto e a anulá-lo do que a firmar uma posição contestatória.

Vale observar que a disposição é mais de votar contra do que a favor, de onde se infere que o partido oposicionista deverá beneficiar-se extraordinariamente, porque é a figura impessoal do governo que se transforma em objeto de contestação. Principalmente na Grande São Paulo, onde as condições de vida se mostram sófríveis, pelo agravamento de problemas de transporte e de saneamento, verifica-se essa inclinação.

Do ponto-de-vista de alguns observadores, o movimento de oposição está resultando do desinteresse de uma respeitável parcela da população pelo resultado das eleições. Não tendo a oportunidade de escolher seus dirigentes, certos contingentes eleitorais também não

estariam interessados em eleger seus representantes para o Senado, Câmara Federal e Assembléia Legislativa.

Nesse quadro ressalta a situação bastante sui generis de um grande número de eleitores que estão às vésperas de completar 30 anos de idade e ainda não tiveram oportunidade de eleger — sequer uma vez — os seus governantes. Como fazer com que essas pessoas, colocadas forçosamente à margem do processo de escolha, se interessassem pelas próximas eleições?

Outro aspecto que merece destaque é a naturalidade com que o movimento de oposição começa a ganhar expressão. Aquilo que os partidos oposicionistas jamais conseguiram com seus apelos, ou seja, a união e o interesse de uma parcela do eleitorado, forma-se espontaneamente, independente da existência de partidos e da exortação dos candidatos. Não se pode afirmar que esse movimento com características de desabafo represente um fortalecimento efetivo do Movimento Democrático Brasileiro.

Sem dúvidas, é esse o partido que tirará proveito momentâneo da situação, por oferecer aos descontentes a alternativa de participar, votando a seu favor (o que, para os eleitores, terá o sabor de estar manifestando a contrariedade). O movimento de protesto, contudo, por sua própria natureza, está perfeitamente dissociado do desacreditado partido da oposição, embora caminhe na mesma direção.

Desse conjunto de circunstâncias vislumbra-se um beneficiário imediato: o ex-prefeito de Campinas, Orestes Quércia, que concorre à vaga ao Senado com o prof. Carvalho Pin-

to, candidato da Arena. Não se pode afirmar que Orestes Quércia seja um gênio político ou padrão de administrador, mas sem dúvida é um homem de sorte. Quando disputou as eleições para a Prefeitura de Campinas, enfrentou um esquema eleitoral que dava mostras de invencibilidade. Entretanto, contando com uma série de circunstâncias favoráveis, acabou derrotando a situação.

Agora, ele novamente parece ter a sorte a seu favor. Milhares de pessoas que se decidiram “votar contra o governo” estão entendendo que a maneira mais apropriada de fazê-lo é apoiar Orestes Quércia. Assim, ele está somando uma ponderável força, que tentará elegê-lo não por suas qualidades, mas por surgir como alternativa válida.

O crescimento da candidatura de Orestes Quércia tem sido avaliado por prévias realizadas pelos dois partidos. Todas elas demonstram ainda o favoritismo do senador Carvalho Pinto, que possui a seu lado um eleitorado que o acompanha desde as eleições anteriores. A diferença entre ambos, no entanto, diminui na medida em que se aproxima a data das eleições. Uma pesquisa do MDB, por exemplo, apontava Carvalho Pinto como o detentor de 71% da preferência do eleitorado, no início da campanha. Agora, pela mesma pesquisa, o apoio a Quércia estaria em torno de 35% dos eleitores da Grande São Paulo, ficando o prof. Carvalho Pinto com pouco mais de 50%. Considerando-se que faltam ainda 40 dias para as eleições, é forçoso admitir que as possibilidades da oposição quase se igualam às do governo. A.T.C.

## Partidos lutam contra voto nulo

ESP. 6-11-74

A características mais marcantes da atual campanha eleitoral é o empenho que Arena e o MDB colocaram em convencer os eleitores a não anularem seu voto, nem votar em branco. Talvez mais do que a oposição, a Arena procurou, desde o início da propaganda pelo rádio e pela TV, mostrar a inutilidade dos votos em branco e nulo, convencendo os eleitores a não inutilizarem o cetro que se fez no passado para que as eleições fossem livres e de fato tradicionais a campos do corpo eleitoral.

A atitude inicial da Arena explicada em boa medida pelo fato de que nos pleitos anteriores se observou ampla campanha para que o eleitorado anulasse seu voto. Temendo que tal fato se repetiria, e que isto fosse interpretado como um protesto contra posições governamentais, os parlamentares do partido majoritário chamaram a atenção do eleitor para a arma que, desde 1964 — e com o intervalo do Estado Novo — os cidadãos têm nas mãos para manifestar sua opinião de aprovação ou condenação aos atos governamentais.

É de notar que a propaganda da Arena em favor da clara manifestação da vontade do eleitor veio coincidir com a do MDB, que recomendava aos eleitores que desistissem de votar nulo ou em branco, que votassem nos candidatos da oposição. É possível, assim, que, pretendendo talvez diminuir o número de votos nulos (sempre considerados como índice de falta de apoio ao governo), a Arena tenha contribuído para levar muitos eleitores indecisos a ingressarem no fileira do MDB.

Apesar disto, é preciso ver que ainda persistem dúvidas sobre o sentido prático do voto em branco. Recentemente, em discurso no interior, o próprio governador-eleito Paulo Egydio disse que, embora o voto em branco favorecesse o partido majoritário, estava reclamando todos os eleitores a expressar conscientemente seu voto.

A rigor, o voto em branco sempre foi considerado, na melhor tradição política européia e norte-americana (isto é, democrática), como o voto de protesto por excelência. Tanto assim é que a legislação, inclusive a brasileira, distingue claramente o voto NULO do voto







No caso das eleições proporcionais, o voto NULO é pura e simplesmente dado como não tendo existido — isto é, como se o eleitor não existisse. Assim, ele só serve para compor o quadro que permite avaliar se o número de votantes é igual ao de pedulas constantes da urna. O voto em BRANCO, pelo contrário, é considerado manifestação da vontade política do eleitor, tanto assim que entra na composição do Quociente Eleitoral (QE) — Código Eleitoral artigo 106, § único. — isto é, do número mínimo de votos que cada partido deve ter para poder indicar um deputado ou vereador. A fórmula do QE é a seguinte: PE igual a votos expressos mais votos brancos sobre número de cadeiras a preencher.

Além do QE, existe o Quociente Partidário (QP), isto é, o resultado da divisão, agora sim, dos votos dados ao partido pelo QE. Um exemplo simples facilitará o entendimento: Arena — 2.000 votos; MDB, 1.000, brancos 2.100. Se forem 10 lugares a preencher, o QE será de 630, e o QP da Arena de 3 e o do MDB de 3, isto é, na primeira divisão da proporcionalidade, indicarão 3 deputados cada um. Vê-se, assim, que o voto em BRANCO aumentou o QE e fez que o número de cadeiras, na primeira rodada da proporcionalidade fosse menor. Os demais quatro lugares serão preenchidos por uma operação matemática simples, consistindo em dividir os votos dados ao partido pelos lugares obtidos na divisão anterior, mais um. O partido que tiver maior quociente nessa divisão terá o próximo lugar. O sistema é engenhoso e permite uma alternativa de atribuição de lugares, a qual, no entanto, cessará quando um dos partidos tiver um quociente muito baixo e o do outro permanecer elevado.

O voto em BRANCO, assim, não favorece o partido do governo, nem o da oposição. Tecnicamente, insistimos — desde que tenda a crescer — poderá tornar impossível o preenchimento dos lugares da Câmara. Basta, no nosso exemplo, que um ou os dois partidos não tenha obtido 600 votos. Não haverá, para um ou os dois partidos, QP igual ou superior a 1.

# ELEITOR VAI VOTAR PARA PROTESTAR

E.S.P.-12-11-74

## Do enviado especial e do Serviço Local

O presidente nacional do MDB, deputado Ulysses Guimarães, reiterou, em comício realizado ontem em Limeira, a sua convicção de que o comportamento dos eleitores sexta-feira será marcado por uma atitude de protesto. "O povo vai votar protestando por não poder engajar-se na vida política da Nação" — afirmou para cerca de três mil pessoas reunidas no centro da cidade.

A campanha eleitoral do candidato do MDB ao Senado, Orestes Quércia, será encerrada hoje à noite, com um comício em Americana e outro em Campinas. Ontem, Quércia percorreu as cidades de Torrinhã, Limeira e Piracicaba, onde se realizaram concentrações. Com o encerramento da campanha pelo rádio e pela televisão, os dirigentes do partido oposicionista darão maior ênfase, agora, às concentrações em portas de fábricas, sociedades, de amigos de bairros e agremiações esportivas.

### Protesto

Em Limeira, ontem, o deputado Ulysses Guimarães declarou que "o povo vai protestar por não termos uma democracia na sua forma mais elevada. Vai protestar por não termos um Legislativo atuando segundo seus interesses, pois os deputados são meros acólitos dos Poderes Executivos. O povo vai protestar pela moedade garroteada pelo decreto 477. Vai protestar contra a injustiça social".

Ulysses Guimarães afirmou que, "numa democracia verdadeira, o povo é o maior juiz e o maior tribunal. Ora, o que ocorre no Brasil é que o povo não pode ser nem tribunal nem juiz". O deputado lembrou a sua "anticandidatura" à Presidência da República, ressaltando que sua pregação fora baseada na denúncia de que o povo não poderia votar.

Nos próximos dois dias, Orestes Quércia percorrerá diversos bairros de São Paulo e Campinas, promovendo os candidados do MDB à Câmara Federal e à Assembleia Legislativa. Com o objetivo de conseguir o maior número possível de votos para o partido, Quércia intensificou suas atividades nos últimos dias.

### Quércia analisa a campanha

Na casa de Franco Montoro, nesta Capital, reuniu-se ontem, pela última vez antes do pleito, a Comissão de Propaganda da Campanha do MDB, presidida por aquele senador e de que fazem parte Laércio Cavalcanti, Rolando Colombaro, Irenio Fonseca e Jorge Alves de Lima, além do próprio candidato ao Senado, Orestes Quércia. Participaram, ainda, dos trabalhos diversos deputados federais e estaduais.

A comissão analisou os últimos dados fornecidos pelas pesquisas, avaliou os resultados da campanha no interior e nesta capital, deliberou acerca da organização do trabalho de fiscalização da votação e da apuração e tomou as derradeiras providências para o comício noturno de hoje, em Campinas.

### Resultados

Falando sobre a campanha, Quércia disse que, em sua opinião, a campanha do MDB, embora infinitamente mais pobre do que a da Arena, foi melhor porque produziu melhores resultados. Acha, também, que o interesse do povo cresceu muito nestes meses de campanha. "Diziam — declarou — que o povo não ia mais a comício e nós desmentimos, reunindo milhares de pessoas até em reuniões no período da manhã".

Acrescentou o candidato que sua mensagem, que atingiu todas as faixas da população, está de acordo com a encíclica "Populorum progressio", segundo a qual o novo nome da paz se chama desenvolvimento, não só desenvolvimento do Estado mas desenvolvimento

do povo. "Porque de nada vale o progresso e o desenvolvimento se os seus frutos não forem distribuídos ao povo, aos assalariados. O que dissemos é que através desse desenvolvimento se alcança a paz social e a paz social que queremos não é a romana. Roma dominou durante séculos grande parte do mundo. Houve paz, mas pela submissão, à força. Não queremos este tipo de paz que é parecida à paz de um cemitério, onde todos estão mortos. Queremos a paz da participação do povo, das críticas construtivas".

"Nós do MDB — concluiu Quércia — achamos que o povo não pode ficar à margem das grandes decisões. Todos têm direito à participação e devemos estar unidos no centro das grandes decisões. A população deve ser o artífice do seu próprio desenvolvimento. Devemos construir o futuro de nossa Pátria, participando, unidos. Esta mensagem foi entendida pelo povo e estamos confiantes nos resultados da nossa luta, estamos confiantes na vitória".

### Confiança

Da mesma forma que Quércia, Franco Montoro confia na vitória. "Chegamos ao fim da campanha, verificando-se objetivamente que o MDB já ganhou. A campanha foi num crescendo em que o povo acolheu as mensagens do MDB e hoje, os próprios adversários o reconhecem, a vitória é do candidato do MDB".

Para o senador emedebista, é de se reconhecer que "tudo foi conseguido por meio de uma campanha de alto nível, em que respeitamos e continuamos a respeitar os nossos adversários. Foi uma luta democrática em que o vencedor foi o povo".

E Montoro concluiu: "Temos a certeza de que, como resultado dessa vitória, demos um passo decisivo para a normalização da vida política brasileira, para um desenvolvimento com justiça social e mais liberdade".



## O INTERESSE POPULAR PELA CAMPANHA

ESP.-15-11-74

O principal dado de análise que se recolhe ao final de 60 dias de campanha eleitoral está no próprio fato de se ter conseguido, apesar da apatia dos primeiros dias, despertar inusitado interesse pela participação política e o debate público, pelo qual se oferece, pela primeira vez nos últimos anos, um quadro crítico objetivo da situação brasileira e do qual o maior beneficiado tende a ser o próprio governo.

Grande parte do êxito popular da campanha se deve obviamente à decisão do governo não só de evitar, como de conter os apelos a uma interferência direta e ostensiva na campanha, atribuindo exclusivamente aos partidos e à Justiça Eleitoral a fixação de seus limites e restrições e colocando-se assim no plano do apelo ao sistema legal, pelo qual tem evidenciado nitida preferência.

No que lhe coube, a Oposição teve significativa parcela de participação, logrando mobilizar setores que por diversas razões permaneciam apáticos e desinteressados diante das eleições. Aproveitando o embalo proporcionado pelas anticandidaturas do deputado Ulisses Guimarães e do acadêmico Barbosa Lima Sobrinho à Presidência da República, o MDB lançou-se à campanha com inesperado senso de oportunidade a aproveitar as consequências das controvertidas escolhas de candidatos arenistas, e as surpreendentes organização e flexibilidade, levando à perplexidade a Arena que aos trinta dias da campanha lutava como um exército em fuga.

A revelação de dados relativos ao setores econômico e social, até então negados ao público, ajudaram a criar as condições básicas e essenciais para uma campanha desinibida, totalmente diversa daquelas a que havíamos assistido em 66 e 70, quando a lembrança dos atos e dos recessos forçados começaram por inibir os próprios candidatos. A partir daí, a oposição abandonou a tônica meramente institucional e passou a colocar no primeiro plano de suas críticas os temas econômicos e sociais que haviam sido o carro-chefe da propaganda oficial, acolhendo a tese insistentemente defendida pelo ex-deputado Humberto Lucena e pelos senadores Amaral Peixoto e Franco Montoro. E a questão institucional passou a ser apresentada como causa principal dos problemas de natureza econômica e social com que se identifica parecia significativa do eleitorado.

A Oposição falou o que o povo queria ouvir, sem contudo apresentar alternativas, exceção feita talvez ao candidato do MDB fluminense, Roberto Saturnino, cujas críticas se faziam acompanhar de soluções reputadas de realistas e viáveis. Esta possivelmente a única falha do MDB na campanha, mas que seus líderes prometem corrigir por meio da criação do ministério-fantasma, no puro modelo britânico.

De qualquer forma, qualquer que seja o resultado que apresentem as urnas, ele não parece inquietar os responsáveis pela condução política do governo. Cautelosos em analisar a campanha antes que disponham dos números, obser-

vam que nem a Revolução, nem o atual governo estão em julgamento. Além dos candidatos, individualmente, o que põe em juízo são os partidos e neste particular o julgamento da Arena não é positivo.

Na medida em que se transferiu para a Arena a responsabilidade na escolha dos futuros governadores e dos candidatos ao Senado, evidenciou-se a fragmentação das bases arenistas e seu alheamento às teses e programas do governo. O que se evidenciou quando o MDB iniciou o que a muitos parecia a tática óbvia de uma campanha em que levantavam as principais restrições na comunicação dos candidatos com o eleitorado, foi que a Arena não estava só preparada para a defesa do governo, até porque sua participação nos negócios do governo vinha se limitando até então à mera chance aos projetos que eram encaminhados ao Congresso pelo Palácio do Planalto com exíguos prazos para exame.

É certo que as eleições não promoverão alterações substanciais na composição partidária do Congresso. O máximo que almeja a Oposição é sabidamente alcançar um terço dos assentos na Câmara dos Deputados e obter no Senado, no qual apenas um terço se renova agora, um total de onze cadeiras na melhor das hipóteses. E é reconhecido que a esta altura são mínimas as possibilidades de lograr maioria nas Assembleias Legislativas, à exceção do novo Estado do Rio de Janeiro, onde o governador poderá expedir decretos-

leis até que a Constituinte complete sua tarefa de elaborar e votar uma nova Constituição estadual.

São de outra ordem, portanto, as modificações que se podem esperar do pleito, além da notória mudança de comportamento diante da atividade política. Pelo que se pode observar independentemente do cômputo dos votos, o maior beneficiário da campanha em moldes democráticos será o próprio governo.

Do que já pode extrair da campanha partirá forçosamente para a reformulação e reestruturação do partido, pelo que se entende não só a renovação de seus quadros, como a mudança de relacionamento com suas bases. É presumível que a partir de agora, se ofereça ao partido uma co-participação nas decisões para, por intermédio dela, obter maior solidariedade e co-responsabilidade aos seus planos e programas, ampliando assim a influência política no governo.

Desconfiados os compreensíveis exageros de crítica e suportável taxa de demagogia presentes nas campanhas, tem-se também que é possível extrair da campanha o respaldo às modificações de caráter econômico e social já alinhados no II PND e que encontravam resistências em certos setores.

Isto sem falar no aspecto institucional, a respeito do qual, pelo que se ouviu na campanha de parte dos candidatos da própria Oposição e de seus dirigentes, o presidente da República recolheu uma nitida resposta à sua proposta de uma gradual mas segura institucionalização.

A campanha deixou a nitida impressão de que ninguém deseja conduzir o processo político que resulte em retrocesso idêntico ao que ocorreu em 1968.

## AUTÊNTICOS NÃO FARÃO EXIGÊNCIAS

O grupo "autênticos" do MDB não fará nenhuma exigência à direção nacional do partido para a próxima legislatura, deixando ao comando oposicionista a responsabilidade pela unidade interna. Assim, não haverá pressões para a obtenção de cargos de liderança, vice-lideranças, presidências de comissões técnicas ou lugar nas mesas do Senado ou da Câmara. A informação foi prestada ontem pelo deputado Alencar Furtado (MDB-PI). Por sua vez, o senador eleito Marcos Freire salientou que a divisão do MDB entre "autênticos" e "moderados" deve ser considerada um episódio superado. E o deputado Ulisses Guimarães observou que o partido não pretende paralisar os trabalhos legislativos por "problemas miúdos" — como a obtenção de cargos na mesa da Câmara. No entanto, ressaltou que a Arena deve aceitar o fato de que não aumentou sua bandeira, agora praticamente igual à do MDB.

Desmentindo a existência de

reivindicações da parte dos "autênticos", o deputado Alencar Furtado salientou que o fato de um grupo de parlamentares se reunir para debater os resultados das eleições e as implicações que isso cria, não representa nenhuma ameaça à unidade partidária. Segundo Furtado, para os "autênticos", não haverá mais a reabertura das crises que o MDB viveu nos anos passados.

Pretendem os "autênticos", com isso, dar uma prova de maturidade política, deixando ao comando do partido a responsabilidade pela sua unidade. Ao contrário das vezes anteriores, eles não reivindicarão cargos de liderança, vice-lideranças, presidências de comissões técnicas ou mesmo lugares nas mesas diretoras do Senado ou Câmara. Caberá à direção oposicionista — esperam os "autênticos" — reconhecer o valor do grupo na dinamização que o partido experimentou, concedendo aos seus integrantes cargos e funções em número e importan-

cia compatíveis com sua expressão política.

## Análise

A maior evidência dessa nova posição dos "autênticos" poderá ser avaliada pelo discurso que o deputado Alencar Furtado pronunciara terça-feira, véspera do encerramento dos trabalhos da Câmara, mostrando que algumas das linhas fundamentais do governo Geisel afastam-se dos presidentes que o antecederam e se identificam com teses constantes do programa da oposição.

No entanto, segundo Furtado, os "autênticos" não abrem mão do direito de procurar sensibilizar o novo Congresso para suas teses e estilo de fazer oposição.

A informação de que os "autênticos" estavam promovendo reuniões em Brasília para analisar a nova situação política criada com os resultados das eleições, havia provocado tensões dentro do MDB. O depu-

E.S.P.

28-11-74

tado "moderado" Tancredi Neves, ao se encontrar com Genivaldo Dias "autêntico", pusera as mãos na cabeça e disse: "Mas será que vocês vão começar tudo de novo?". Com as declarações de Alencar Furtado e Marcos Freire, o ambiente já se desanuviou.

Depois de demontar a obstrução dos trabalhos legislativos por causa dos postos das Mesas da Câmara e Senado, o deputado Ulisses Guimarães advertiu que "se houver um tratamento discriminatório, teremos de responder à altura". Segundo ele, o problema dos postos nas Mesas está entregue aos líderes Amaral Peixoto e Laerte Vieira.



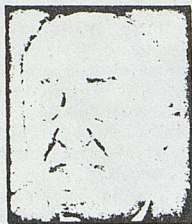
## QUERCIA X C. PINTO

VISÃO.-4-11-74

*Antecipando-se ao ainda incerto debate pela TV entre Carvalho Pinto e Orestes Quercia, VISÃO pediu-lhes que respondessem a um questionário sobre alguns dos principais temas políticos do país. Ao publicar um resumo das respostas, procurou-se dar o mesmo espaço aos dois candidatos. O seu pensamento:*

**Visão** — O que entende por “volta ao Estado de Direito”?

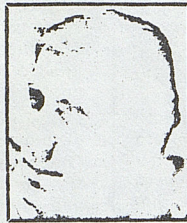
**Carvalho Pinto** — Vivemos uma fase de transição revolucionária no curso de um processo que conduz a uma reformulação institucional, cuja necessidade é por todos sentida. Preconizo, como processo mais seguro e realista, a gradativa normalização democrática. A volta ao Estado de Direito significa a consagração das garantias democráticas, de acordo com as tradições do nosso direito e as inovações suscitadas pelas transformações contemporâneas. Pressupõe, a meu ver, uma melhor definição de princípios da Constituição, de forma a caracterizar com clareza os direitos e garantias individuais, assim como os direitos e deveres do Estado, eliminando as perigosas áreas de arbítrio e critérios subjetivos.



**Orestes Quercia** — Entendo por “volta ao Estado de Direito” o que todo o mundo entende. O Estado de Direito é o Estado sem leis de exceção, sem Ato Institucional n.º 5, sem Decreto-lei 477, com o pleno exercício do *habeas corpus*, etc. É o Estado no qual o Governo reconhece e ampara os direitos fundamentais do homem. É o Estado constitucional, onde a Constituição limita o poder dos que governam e onde o Executivo, o Legislativo e o Judiciário são poderes autônomos. É o Estado em que o povo escolhe os governantes. É, enfim, o Estado em que ele próprio é meio e não fim, e onde nunca a lei, expressa na Constituição, poderá ser sobrepujada pela vontade do próprio homem.

**Visão** — De que depende essa volta?  
**Carvalho Pinto** — Do próprio com-

portamento dos políticos, como se subordina a um critério revolucionário. As circunstâncias históricas, a evolução econômica, social e política, enfim, o conjunto de acontecimentos que orientam a ação do Estado é que ditarão a redemocratização. Há que se compatibilizar a democracia com os instrumentos de defesa do regime, para se garantir o desenvolvimento e a própria liberdade individual.



**Orestes Quercia** —

1) Da permissão, por parte do Governo, para que o povo escolha, livremente, seus governantes; 2) da participação, sempre crescente, do povo nas eleições permitidas e da total aceitação do Governo do veredicto das urnas; 3) da plena consciência, da parte do Governo, de que todos os períodos de exceção terminaram sempre em condições desastrosas para os que os impuseram e para a própria nação.

**Visão** — Quais são as fronteiras entre “oposição” e “contestação”?

**Carvalho Pinto** — Componente do regime democrático, a oposição é legítima e necessária. Contestação, em termos condenáveis, é o passionalismo e o saudosismo. É a crítica cega, irresponsável, negativa. Tem sabor de revanchismo, pressupõe a simples volta ao passado, o que, evidentemente, é impossível. A oposição pode e deve, através do voto, buscar o poder.



**Orestes Quercia** — Procurou-se sempre, para confundir o povo, confundir os limites entre “oposição” e “contestação”. Quem se opõe, coloca-se, como nós, dentro de princípios claros, definidos, do conhecimento de todos. Contestação é outra coisa. Contestar é ser contra, sem contrapor soluções. Opositor coloca-se sempre em posição democrática. O contestador não aceita o diálogo, radicaliza-se e não vê mais nada.

## Já se admite a união nacional

ESP.-12-11

**BRASILIA** — Para provar que sua esperada vitória nas eleições de senador em vários Estados, bem como a conquista do terço de deputados na Câmara Federal, não exprime e nem exprimirá contestação ao sistema revolucionário, o MDB, pelos seus principais dirigentes, está disposto a aceitar a tese da união nacional, se ela vier a ser proposta pelo governo ou pela Arena, a partir da instalação do novo Congresso. Obviamente não caberá aos oposicionistas sugerir ou levantar a idéia de modo oficial, uma vez que, apesar de toda a euforia diante dos possíveis resultados do pleito do dia 15, eles continuarão minoritários no Congresso e em quase todas as assembleias legislativas. O que sustentam, porém, é que, se a união nacional for proposta em torno de princípios ou metas afinadas com o seu programa e com suas concepções, não haverá por que se negarem ao diálogo e à cooperação ampla com o governo.

O MDB está preocupado. Menos com o resultado das eleições, que lhe será parcialmente favorável, do que com suas consequências. Importa, a partir do pronunciamento popular, demonstrar claramente que nem o eleitorado se manifestou de forma contestatória e nem os eleitos admitirão partir para provocações. O crescimento do MDB irá exprimir tão-somente o desejo popular de ver concretizadas as teses da melhor distribuição da riqueza, da defesa dos interesses nacionais, da necessidade de um diálogo mais amplo entre as diversas correntes de opinião e, por certo, de um aprimoramento do regime. Insiste a direção oposicionista na tônica de que a Revolução não está em jogo ou em julgamento, mas apenas a postura de seu terceiro governo.

União nacional, para a cúpula do partido, deve ser entendida como esforço comum de todos em prol daqueles objetivos comuns. Para concretizá-los, suas bancadas no próximo Congresso não colocariam obstáculos. Pelo contrário, receberiam muito bem quaisquer propostas objetivas, se partidas da Arena ou do governo.







## Sem participação no Executivo

Por certo que união nacional, no caso, não envolveria a participação do MDB no governo, por meio do convite a alguns de seus integrantes para ocuparem cargos na administração federal. Este foi o conceito anterior de união nacionalista, tendo em vista as peculiaridades do momento revolucionário, sabem os empedidos ser impossível. E, mesmo que assim fosse, entender todos, o partido deveria recusar quaisquer convites de participação no Executivo. A união nacional é válida, para eles, se envolver apenas uma obra maior de compatibilização do regime com a democracia.

A grande preocupação do MDB, vale repetir, é retirar das campanhas de seus candidatos e da vitória parcial prevista qualquer conotação revanchista. Sabem das dificuldades emergentes no setor revolucionário, relacionadas com o raciocínio formulado nas áreas mais ortodoxas, de que vitória da oposição significará derrota e contestação da Revolução. Contra esse raciocínio injusto e radical é que desejam fixar suas posições. Reconhecem que o presidente Geisel está permitindo campanhas livres e louvam a sua firmeza por isso. E desejam que, como consequência, não soframos novo retrocesso institucional, mas possamos solidamente checar a caminhada no rumo da volta ao Estado de Direito e da melhor satisfação dos interesses e necessidades populares.

Esta tem sido a tônica dos mais recentes pronunciamentos dos chefes oposicionistas e neste sentido, certamente, é que o senador Franco Montoro encaminhará sua conversa com o presidente Ernesto Geisel, depois das eleições, quando tiver sido remarcada sua audiência. Não existe ainda, da parte do presidente do partido, deputado Ulisses Guimarães, uma decisão de procurar o chefe do governo. Mas, dependendo das condições políticas das semanas que se seguirão às eleições, não é improvável que o parlamentar paulista tome a iniciativa de procurar o presidente. Como ele mesmo repetiu há dias, o general Geisel representa a derradeira esperança da conciliação entre a Revolução e a liberdade. Ele sabe das boas intenções do presidente e se mostra disposto a apoiá-las, sem que isso venha a representar adesismo ou acomodação. Pelo contrário, conforme acentua, será a conjugação dos objetivos há muito defendidos pela oposição.

C. C.

## SE O MDB GANHAR?

ESP.- 7-11-74

O presidente nacional do MDB, deputado Ulisses Guimarães, qualificou de absurdas as afirmações de setores arenistas segundo as quais uma vitória da oposição nas eleições do dia 15 poderia representar um atraso no processo de redemocratização do País. "O resultado do julgamento popular — saíntou — tem de ser acatado. Atraso é a falta de eleições diretas". Em Brasília, o senador Franco Montoro afirmou que as esperadas vitórias dos candidatos do MDB "não terão qualquer significação de revanchismo, radicalização ou volta ao passado". Ao contrário, "dará mais força à luta pela normalização democrática da vida pública brasileira".

Para Ulysses Guimarães, a campanha eleitoral pela televisão e os comícios demonstram que o partido da oposição está tendo uma grande aceitação popular. Disse que o povo "está maduro" para as eleições diretas e que as eleições indiretas é que são um "atraso na vida política nacional". Franco Montoro também é da mesma opinião: ele acha que o fato mais surpreendente da atual campanha tem sido a manifestação da politização do eleitorado brasileiro, tanto dos pequenos como dos grandes centros. Isso levou-o a admitir que a oposição elegerá pelo menos dez a 12 senadores e aumentará sua representação na Câmara Federal e nas Assembleias Legislativas.

Segundo o senador, o MDB tem procurado, na sua campanha nacional, valorizar a importância da fiscalização e do debate, mostrando que, na vida pública — como na ciência — os erros devem ser investigados e não escondidos, e que só o debate e a crítica podem corrigir as falhas e promover o progresso.

"A Arena — observou — confiou na máquina dos governos e o MDB depositou sua confiança na opinião pública. Essa diferença é que vem dando aos candidatos da oposição possibilidades de vitória. Esperamos a eleição dos nossos candidatos ao Senado no Rio Grande do Sul, São Paulo, Maranhão, Estado do Rio, Minas, Paraíba, Ceará, Pernambuco, Acre, Rio Grande do Norte, Amazonas, Goiás e Espírito Santo".

Outro aspecto negativo para o partido situacionista, no entender do Montoro, é a "revolução do transistor, que proporciona a todos a visão real do País". A televisão é, também, "outro motivo de desgaste dos que só sabem aplaudir e não gostam de dialogar". Entretanto, ele está preocupado com a possibilidade de fraudes em vários Estados, lembrando que na última eleição para o Senado, em São Paulo, foram registradas "perfeições" em alguns municípios, onde a Arena obteve todos os votos, não havendo nenhum nulo, em branco ou para a oposição. Isso "não pode mais acontecer", declarou o senador.

## No Sul, um dia de distúrbios

ESP. -14-11-74

O encerramento da campanha eleitoral na fronteira gaúcha teve como ponto crítico uma série de distúrbios. Os dois principais foram o apedrejamento do posto do INPS em Uruguaiana, a 619 quilômetros de Porto Alegre, e outro na fronteira com Paso de Los Libres. Cerca de 200 simpatizantes do MDB, depois de uma concentração do partido, presenciada por mais de duas mil pessoas, passaram pela agência do INPS e resolveram apedrejar o prédio, quebrando oito vidraças.

Enquanto isso, em São Borja, um fazendeiro influente na cidade, que fica a 614 quilôme-

tros da capital, e pertencente à Arena local, foi acusado de ter disparado um tiro contra um caminhão que levava dezenas de pessoas pertencentes ao partido da oposição, e que haviam participado de uma passeata. Apesar de o motorista do veículo ter apresentado várias testemunhas na Delegacia local, onde fez registro de queixa, o delegado não quis dar maiores informações e pediu para que o fato não fosse divulgado, porque pretende ouvir as testemunhas só depois das eleições.

Segundo um escrivão, "o delegado não quer a divulgação para não tumultuar a or-

dem político-eleitoral", mesma atitude tomada por um radialista local que, talvez motivado pela posição social do acusado, negou que tivesse ocorrido o acidente. E insistiu em afirmar que "reina calma em São Borja, onde a campanha foi de nível".

Mas, para o ambiente da cidade no final da campanha política, o mesmo radialista afirmou que mais de 300 veículos participaram da passeata promovida pelo MDB e que durou duas horas, pelas ruas centrais. Na concentração da Arena, informou, "não teve mais que 1.500 pessoas".



## RECIFE: COMICIO

RIO:

ESP. -09-11-74

### PASSEATAS

ESP.-12-11-74

Com passeatas e espetáculos em clubes, e em meio a divisões internas representadas pelas críticas dos "autênticos" do partido, o MDB carioca encerrou domingo à noite sua campanha eleitoral, quando o senador Danton Jobim, candidato à reeleição, afirmou que a vitória desta vez será muito mais expressiva do que a alcançada há quatro anos atrás. A festa final do partido foi promovida no Caneção, a maior casa de espetáculos do Rio, que ficou inteiramente lotada, permanecendo do lado de fora inúmeras delegações de bairros.

Enquanto isso, o deputado Amaral Neto, o mais votado da Arena carioca, despediu-se da Zona Norte apresentando o espetáculo audiovisual "Show de Brasil", com algumas cenas de suas aventuras entre os índios do Xingu. O filme foi projetado em quatro grandes telas no Jardim do Meier, diante de cerca de 1.500 pessoas, sendo que a parte final do programa foi dedicada à apresentação de animais selvagens, em que o candidato aparece ao lado de um leão domesticado do ex-imperador da Etiópia e depois trancado dentro de uma jaula, em companhia de duas onças pintadas.

#### Passeata

Domingo à tarde, o deputado federal e candidato à reeleição Lysaneas Maciel, um dos que não aceitam a orientação política do governador Chagas Freitas, realizou uma passeata motorizada pela cidade, só interrompida para comícios-relampago nos locais de maior concentração popular. Saíndo do centro, os automóveis — cerca de 60 — dirigiram-se à Zona Sul, passando por Copacabana e Leblon, para fazer o primeiro comício na Praça Santos Dumont, no Jôquei. Em seguida, o cortejo dirigiu-se à Tijuca, para daí seguir para Vila Isabel, no rumo dos subúrbios.

Em dado momento, um grupo de partidários de um candidato a deputação estadual da Arena, Vitorino James, tentou impedir a realização de um comício na praça Saens Pena. Ocupada a praça pelos participantes da passeata emedebista, os carros do candidato arenista passaram a volta-la, tentando impedir, com o uso de buzinas e de alto-falantes que transmitiam dobrados e hinos, que a voz dos oradores se fizessem ouvir. Lysaneas Maciel, diante da provocação, observou:

O candidato do MDB pernambucano ao Senado, deputado Marcos Freire, conseguiu reunir mais de três mil estudantes, num comício-relampago realizado ontem de manhã no centro do Recife. Nos últimos dias de campanha eleitoral, tanto o MDB como a Arena vêm concentrando todos os esforços nos maiores centros urbanos, principalmente na Capital.

#### Comício

O breve comício de Marcos Freire, na avenida Conde de Boa Vista, provocou congestionamento de tráfego do Recife. Desde as primeiras horas da manhã já era grande o número de estudantes naquela avenida: sentados nas calçadas ou nos carros, sob um sol de 32 graus, os jovens gritavam o nome do candidato oposicionista e cantavam as músicas do MDB.

Marcos Freire chegou ao local às 11 horas, falando rapidamente sobre alguns proble-

mas que os estudantes enfrentam, como a falta de vagas nas universidades pernambucanas e o decreto-lei 477. Segundo o MDB, o comício não teve caráter político, uma vez que não estava autorizado e, ao seu final, o candidato foi carregado pelos estudantes.

Outra manifestação do eleito- rado que entusiasmou os emedebistas verificou-se ontem no Ceará, na cidade de Iguatu — onde nasceu o candidato da Arena a senador, Edilson Távora. A cidade foi escolhida pelo candidato do MDB, Mauro Benevides, para marcar o encerramento da campanha do MDB no interior do estado e, segundo o partido, "foi a consagração da vitória oposicionista no pleito ao Senado". As manifestações de otimismo dos emedebistas, entretanto, foram recebidas com incredulidade pelos arenistas que testarão a popularidade de Edilson Távora, ainda hoje, na mesma cidade.

# Promessa de abertura será testada, diz New York Times

ESP.- 22-11-74

NOVA YORK — Para The New York Times, a promessa do presidente Geisel, de uma gradativa abertura democrática, será submetida a um "rigoroso teste", devido à recente derrota da Arena. A aceitação, porém, da decisão das urnas, segundo seu editorial de hoje, "será uma prova de confiança do Governo em si mesmo e no seu programa de decompressão política". Afirma o jornal norte-americano que as eleições representam um processo necessário "para a democracia que o presidente tinha em mente" e conclui dizendo esperar que ele seja "suficientemente forte e confiante, para impedir qualquer retrocesso".

E' o seguinte, na íntegra, o editorial de hoje do The New York Times sobre o recente pleito brasileiro:

"A promessa do presidente Ernesto Geisel de levar o Brasil a "um processo gradual, porém seguro, para a democracia", será submetida ao seu mais severo teste, devido às inesperadas derrotas sofridas pelo partido situacionista, nas eleições da semana passada.

Uma atitude arbitrária, porém, não só prejudicaria a imagem conquistada pelo Governo, ao permitir as eleições mais livres realizadas no Brasil na última dé-

cada, mas também aumentaria as condições de intranquilidade política e violência.

Embora o MDB tenha conquistado, a esta altura, 16 das 22 cadeiras senatoriais em disputa e eleito um terço do total dos deputados, o partido governamental, conhecido como Arena, detém ainda maiorias decisivas num Congresso de poder limitado. Talvez seja uma frustração para o Governo ter a oposição controlando as Assembleias Legislativas em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Estado natal do general Geisel, o Rio Grande do Sul, mas a aceitação desses resultados será uma medida da confiança do Governo em si mesmo e no seu programa de gradativa decompressão política.

Antes de sua posse em março último, o general Geisel declarou que um elemento essencial para a continuação do espetacular desenvolvimento econômico do Brasil seria uma "democracia positiva, racial, econômica e social, de acordo com o caráter do povo brasileiro". A tônica de sua presença no cargo, no entanto, tem sido uma cautelosa liberalização.

As eleições representam um progresso necessário para a democracia que o presidente tinha em mente. Deve-se esperar, agora, que ele seja suf-

cientemente forte e confiante para impedir qualquer retrocesso".

#### VOTO DE PROTESTO

O Financial Times, por sua vez, afirmou ontem, num longo comentário sobre os resultados das últimas eleições brasileiras, que "o triunfo do MDB representa, antes de mais nada, um forte e claro não ao Governo Geisel". Segundo aquele jornal de Londres, "cerca da metade dos atuais eleitores brasileiros não se recorda do período anterior a 1964". Os jovens sabem apenas, acrescenta, "que não lhes agradam as coisas como estão".

Em seu editorial, ressaltou o Financial Times que "os resultados do pleito deixarão um considerável número de governadores recentemente eleitos (alguns selecionados por Geisel), numa situação bem peculiar". Segundo a Constituição, acrescentou, "o papel do governador estadual se limita a aplicar o programa traçado pela Assembléia". Em seguida, perguntou: "O que ocorrerá agora em São Paulo e em pelo menos outros cinco Estados, onde o MDB passou a controlar as Assembleias, enquanto os novos governadores, obviamente, pertencem à Arena?"



## Ulisses Guimarães

ESP.-23-11-74

O deputado Ulisses Guimarães disse ontem que o MDB dará prioridade, em sua atuação, à reforma política, por entendê-la como pré-requisito para as reformas econômicas e sociais. Anunciou o presidente nacional do MDB que a oposição proporá emendas à Constituição de maneira a dar-lhe expressão democrática. Na sua opinião, urge que se dê ao Brasil um projeto político que represente uma definição, "até porque todos os híbridos são infecundos".

Considera Ulisses Guimarães que as eleições do dia 15 representaram uma abertura, "que se fez como devia, não por outorga, mas pelo voto do povo", sendo, portanto, fundamental para os destinos políticos do País. Manifestou-se contra a tese de união nacional, mas salientou que a oposição não se nega ao diálogo proposto pelo futuro governador Sinalva Guazbéli, "desde que ele se situe em torno da execução do programa do MDB".

"O MDB não pode agora trair seu programa, nem os eleitos trair os mandatos que foram recebidos dentro de uma determinada ordem de idéias". Quanto ao diálogo nos Estados e em torno da administração, lembra que o problema dos diretórios regionais, mas considera pessoalmente um grave erro, por entender que a responsabilidade de administrar é do governo e a da oposição, fiscalizar.

### INTERPRETE

Falando ontem no Clube dos Repórteres Políticos, no Rio, em almoço do qual participaram o senador Nelson Carneiro, o acadêmico Barbosa Lima Sobrinho e os senadores eleitos Roberto Saturnino e Leito Chaves, o presidente nacional do MDB mostrou-se disposto a dialogar, "por exemplo, em torno de uma reforma constitucional que conduza a uma definição política democrática, como figura no programa do partido".

Entende Ulisses que seu depoimento sobre as eleições tem valor secundário, "porque já falou quem tinha de falar: o povo; já falaram as urnas". A seu ver, portanto, "o fato substancial foi o pronunciamento das urnas, do qual o MDB foi o beneficiário, como intérprete e veículo". Compara a eleição não a uma tempestade, mas a uma tromba d'água, "que encheu o rio do MDB, enquanto a Arena, adipsa, converteu-se de um caudaloso Amazonas no Jaguaribe, que seca no inverno".

Destaca como fato principal da eleição a "renovação da re-



## Geisel assina amanhã a lista de promoções

GLOBO-24-11-74

BRASILIA (Sucursal) — Amanhã, com a assinatura de decreto presidencial, serão conhecidos os nomes dos oficiais-generais que subirão mais um posto em suas carreiras militares. Existem, nas três armas, vinte e três vagas abertas e concorrem a elas mais de setenta militares.

No Exército, para a única vaga de general de quatro estrelas concorrem os generais-de-divisão Dilermando Gomes Monteiro, Abdon Senna e Olavo Vianna Moog. Para general-de-divisão foram indicados os nomes dos generais-de-brigada Rui de Paulo Couto, Florimar Campello, Gentil Marcondes Filho, Amadeu Martire, Benedito Maia Pinto de Almeida, Délio Barbosa Leite e Geraldo Alvarenga Navarro. Para as vagas de general-de-brigada estão na lista elaborada pelo alto comando, na última quinta-feira, os coronéis Bertholdo Carvalho Castello Branco, José Paiva Portilho, Kywal de Oliveira, Hélio de Mendonça, Saul Guterres Dias, Hélio Ibiapina Lima, José Epitácio

de Melo, Adalberto Villas Boas, Ivan Laurido de Santana, Paulo Miranda Leal, Gilberto Costa Pereira, Aécio Morrot Coelho, Edmundo

Pereira dos Passos, Asdrubal Esteves, Anibal Augusto Moreira, Antonio da Silva Campos, Fernando de Cerqueira Lia e Rubens Mário Negreiros.

Na Aeronáutica, concorrem à vaga de major-brigadeiro os brigadeiros Paulo Salema Garção Ribeiro, Rodolfo Becker Reifshneider e Stetson Machado de Carvalho. Já para as duas vagas de brigadeiro disputam os coronéis Luiz Maciel Junior, Eber Teixeira Pinto, Alberto Bins Neto, Nelson Osório de Castro e Rubens Carneiro de Campos.

Na Marinha, concorrem às duas vagas de almirante-de-esquadra do Corpo da Armada os vice-almirantes Alvaro de Resende Rocha, Herick Marques Caminha, Eddy Espellet, Paulo de Castro Moreira, José da Silva e Sá Earp, Paulo Gityhy de Alencastro e Julio de Sá Bierrenbach.



## SOLUÇÕES DE CONSENSO

VISÃO.-18-11-74

O Governo Federal assistiu com tranqüilidade ao desenrolar da campanha eleitoral que chega ao fim como a mais livre das que se realizaram no país após 1964. Os sinais de inquietação, registrados à medida em que se firmava a perspectiva de um avanço da oposição, não vieram do Palácio do Planalto e foram bem absorvidos ali. Se esses sinais confirmaram haver ainda, dentro do sistema revolucionário, fortes resistências à distensão, a atitude do Governo fez aumentar a confiança geral no seu programa político, que se quer de curso lento, gradual e seguro.

Funcionou um acordo tácito entre o Governo e os partidos para assegurar à campanha um nível de liberdade propício ao debate e à mobilização popular. A base desse acordo foi a clara e vigorosa orientação oferecida ao país pelo presidente Ernesto Geisel, no discurso que pronunciou ao receber os dirigentes nacionais e regionais da Arena, quando se ensaiava a arregimentação eleitoral.

Sua adequada execução se deveu à ação discreta e firme efetuada pelo

Governo, sempre por via dos mecanismos institucionais, e à sensibilidade com que a oposição identificou a nova realidade política e a ela se ajustou. Tendo ocorrido já em plena campanha, nem a conclusão do processo contra Francisco Pinto (cassado pelo STF, rapidamente afastado do mandato pela direção da Câmara e logo preso) foi capaz de gerar algum incidente que perturbasse o quadro.

### Soluções de consenso

A ação conjugada entre o Supremo Tribunal Federal e o comando parlamentar no caso Francisco Pinto — e o comedimento do MDB nessa mesma emergência — demonstrou que as instituições políticas estão determinadas a impedir a consumação de situações críticas, sempre que prevenidas dos riscos. Teríamos aí o primeiro exercício importante da prática do consenso. E a superação fácil daquele episódio contribuiu, certamente, para que o Governo pudesse manter o controle da campanha sem

apelo a intervenções extra-institucionais, que comprometeriam o seu esforço para conduzir o processo político por soluções de consenso.

Assim é que o Palácio do Planalto pôde responder à inquietação de certos setores quanto a alegados excessos na campanha, indicando que existe um órgão institucional próprio e apto a lidar com tais problemas, coibi-los e, se preciso, punir os responsáveis. Esse órgão é a Justiça Eleitoral que, durante a campanha e mesmo depois dela, julga as denúncias que lhe forem levadas, sejam de fraude ou coação, sejam de calúnia ou injúria, sejam de casos que se enquadrem na vaga expressão "contestação".

Já no último mês da campanha, em face da "preocupação quanto aos excessos", chegada ao Governo, o ministro da Justiça, Armando Falcão, conversou com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Thompson Flores. O resultado foi uma instrução do TSE aos tribunais regionais, recomendando maior severidade no controle das manifestações dos candidatos.

## O voto no MDB não significa engajamento

E.S.P.- 21-11-74

Não se pode interpretar o voto que milhões de brasileiros confiaram ao MDB como uma forma de engajamento ao partido, que só, ocorrerá efetivamente, no futuro, se os oposicionistas corresponderem à expectativa e confiança de seus eleitores. Isso é o que se nota pelo menos no Estado de São Paulo, onde o vínculo que uniu os votantes e candidatos esteve fundamentado num inconformismo que poderá passar.

E' verdade que esse inconformismo se mostrou bastante expressivo, a ponto de revelar-se majoritário nas urnas, mas não passou disso. O beneficiário direto da vinculação resultante dessa circunstância foi o partido oposicionista, que assumiu a forma claríssima de um instrumento de protesto. Daí a entender que houve um engajamento dos eleitores ao MDB existe uma longa distância. Essa é, pelo menos, a opinião de observadores de experiência, descompromissados com ambas as partes.

Deve-se lembrar que a oposição, agora vitoriosa, sempre

se destacou da Arena mais pelo nome do que pela atuação política. Limitando-se, muitas vezes, a opor-se apenas ao que o Sistema consentia, não cresceu em respeito e admiração. No momento em que a conjuntura econômica e social do País mostrou-se mais vulnerável, houve por coincidência a oportunidade, nascida da propaganda eleitoral, de levar a público algumas teses de maior simpatia, como a necessidade de redemocratizar as instituições e de distribuir mais adequadamente a renda nacional.

Essas teses levantadas pelo MDB, pintadas com as cores do partido, constituíram a partir de certo momento uma espécie de carta de princípios que o partido jamais teve desde sua criação. Lançadas na forma de um apelo de adesão, elas canalizaram gradativamente para os candidatos um maior apoio. Pode afirmar-se que o MDB se transformou, durante a campanha eleitoral, no centro de convergência das opiniões de inconformismo.

Mas somente daqui para a

frente é que se poderá avaliar a permanência dessa vinculação, que apresenta características de ser passageira. É forçoso admitir que o adesismo momentâneo ao partido poderá prolongar-se ou ser extinto na medida em que os candidatos, verdadeiros depositários da confiança, se mostrarem merecedores do apoio. E sob esse aspecto que desde já os observadores antevêm decepções, tanto para candidatos como para eleitores do MDB.

Deve-se considerar que foram eleitos para o Congresso e Câmara Federal alguns emedebistas de boa formação política e de passado respeitável. Infelizmente, contudo, não é a maioria e nas suas aguçadas seguiu uma parcela considerável de eleitos que não se mostram preparados para exercer sequer funções menos expressivas na esfera parlamentar. A representação oposicionista na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa, assim, dificilmente deixará de decepcionar o eleitorado. Para se chegar a essa previsão desestimulante, basta avaliar a forma-

ção cultural — e até mesmo o passado — de alguns emedebistas que se elegeram e se beneficiaram do decantado "voto de protesto".

Não obstante as intenções das lideranças, não se vê como se conseguirá eliminar entre esses elementos a atração quase irresistível representada pelos favores do Executivo, uma arma que na certa será usada para dividir as forças e destruir a unidade partidária. Fora esse aspecto, não se vê como a cultura sofisticada de alguns dos eleitos deixará de chocar-se com o desespero assustador de outros. Por se tratar de uma representação heterogênea, em que estarão lado a lado tipos como o "Cirapué de Couro" e Ulisses Guimarães, admite-se que não será fácil sobrepujar os interesses pessoais pelos do partido. Será diante dos fatos futuros que o eleitorado do MDB tomará a decisão final de engajar-se ou de retirar o apoio dado a seus candidatos. A. T. C.



# Pecuaristas não se surpreendem

E.S.P.-19-11-74

O resultado das eleições do dia 15 foi, de certa forma, a resposta do setor agropecuario às medidas restritivas e de pressão determinadas pela inadequada política econômico-financeira iniciada no governo anterior e que se refletiram na atual administração. Um exemplo característico pode ser apontado pelo que ocorreu no Paraná, inclusive nas áreas onde a Arena tinha a sua base e onde também houve vitória do MDB.

O comentário foi feito ontem pelo presidente da Associação dos Criadores de Nelore do Brasil, José Mario Junqueira, para quem "a derrota do governo, em quase todos os Estados, pelo menos entre os representantes da agropecuária não constituiu surpresa".

Nestas eleições — segundo Junqueira — "a gricultura e a pecuária manifestaram a sua revolta contra uma política descapitalizante, que consiste em dar preços baixos para os produtores agropecuarios e isentar de impostos as exportações de manufaturados de empresas multinacionais".

Boaventura Farina, presidente da Associação Comercial de São Paulo, interpreta o resultado das eleições como uma manifestação altamente positiva, especialmente no que se refere a imagem do Brasil no exterior. O dirigente considera também que a política econômica do governo revolucionário não sofrerá modificações.

Mario Garnero, presidente do Sindicato Nacional da Industria de Tratores, Automoveis e Veiculos Similares, não considera que o resultado das eleições possa afetar a política econômica. A resposta do eleitorado pouco tem a ver, no seu ponto de vista, com os problemas economicos e a evolução da economia.

O presidente da Federação e Centro das Industrias do Estado de São Paulo — Fiesp-Ciesp —, Theobaldo De Nigris, negou-se ontem a fazer qualquer comentário a respeito da vitória do MDB sobre a Arena nas últimas eleições parlamentares. Segundo o assessor de De Nigris, ele considera o problema "um assunto eminentemente político".

# desvios foram condenados

ESP.-17-11-74

Entre as interpretações e conclusões que os analistas políticos começam a procurar nos resultados revelados ontem pelas urnas de todo o País, uma parece ganhar maior destaque: houve uma incontida e irreprimível manifestação da vocação democrática do povo brasileiro. Uma nitida tendência oposicionista já se verificava na opinião pública durante as últimas semanas da campanha eleitoral e, embora as previsões dos próprios dirigentes do MDE não indicassem o volume de votos que está sendo dado ao seu partido, o que ressaltava, na opinião dos líderes da oposição e analistas independentes é a desconformidade com alguns aspectos do regime.

Como consequência concreta que já começa a se delinear pela votação dada ao MDB na grande maioria dos Estados, não está apenas o acentuado crescimento de sua bancada no Senado. Como aí a eleição atinge apenas um terço de sua composição atual — entre 66 membros, 59 são da Arena e 7 do MDB — a renovação não deverá ter profunda significação prática. O mesmo, no entanto, não pode ser dito em relação à Câmara dos Deputados, onde o grande objetivo da oposição era atingir um terço das vagas, com o que, pelo regimento interno, teria em duas mãos uma série de instrumentos que lhe permitiriam

uma atuação mais eficaz do que a que pôde desenvolver na legislatura que chega ao fim.

Embora as apurações ainda não permitam avaliar exatamente o numero de cadeiras que caberá a cada partido, a tendência revelada no primeiro dia de apuração indica que o MDB não apenas já garantiu o terço desejado, como ameaça — em termos de possibilidade — formar maioria na Câmara dos Deputados. E esse parece ser o dado mais importante no momento, sobre o qual deverão se concentrar as atenções, não apenas dos eleitores, mas principalmente do governo.

O quarto governo revolucionário garantiu uma campanha e uma eleição que só não foram mais livres em função dos instrumentos que herdou dos governos anteriores. E os atuais porta-vozes do governo não cansaram de repetir que o processo de normalização democrática teria de ser gradativo, sem revogações imediatas ou precipitadas dos atos excepcionais. Nesse processo, o governo Geisel assumiu o compromisso de realizar campanha e eleições sem maiores restrições. Depois de muitos anos, elas seriam o primeiro passo para o aprimoramento do regime, e foram também a primeira oportunidade para a explosão da discordância popular.

# Bóias-frias desta vez esquecidas

E.S.P.-16-11-74

Os "bóias-frias" de Maringá — trabalhadores avulsos da lavoura — não foram tão procurados nas eleições de ontem, a exemplo do que ocorreu no pleito anterior, pois o seu único interesse se limita à alimentação oferecida pelos cabos eleitorais e a maioria desse tipo de trabalhador é constituída de analfabetos.

Dos 500 "bóias-frias" do Jardim Alvorada, seu núcleo de concentração, apenas cerca de 200 são eleitores, segundo cálculo do "gato" (capataz dos "bóias-frias") José Longo.

No momento a maioria dos "bóias-frias" de Maringá estão sem trabalho na lavoura e para conseguir a alimentação do dia-a-dia dedicam-se agora à venda de sorvetes, pequenos serviços na construção civil, limpeza de ruas ou qualquer tipo de tarefa doméstica. Se

antes já enfrentavam dificuldades enormes — explica José Longo — hoje passam por maiores sacrifícios e talvez por isso não têm nenhum interesse em eleições.

E ontem, se não votaram, fizeram o seu apelo. Para eles não importa o vencedor. Importa que o eleito lute por normalizar a situação dos "bóias-frias", única categoria de trabalhador que ainda não tem legislação que lhes garanta direitos sociais. Essa apatia pela política, entretanto, não impediu que alguns exercessem o direito de voto. Para José Longo, 90 por cento dos que votaram o fizeram na oposição. Esta é também a opinião dos proprietários de armazéns do Jardim Alvorada, onde os trabalhadores volantes normalmente se reúnem.

# PARA D. PAULO MDB FOI UM MEIO DE PARTICIPAÇÃO

ESP.-19-11-74

"O Movimento Democrático Brasileiro foi o instrumento que o povo utilizou para expressar a sua ansiedade de participação, tolhida há tantos anos". Com estas palavras, o cardeal arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, interpretou a vitória do MDB em todo o País. Admitiu que esperava este resultado "mas não da forma como foi concretizado, mostrando o grau de insatisfação do povo".

Para o cardeal, a vitória do MDB não é devida tão-somente à alta de preços ou a qualquer outra consequência atual da situação em que vivemos, "mas um conjunto de fatores que ficam além da verdadeira consciência popular,

Quando ao trabalho do partido da oposição, em seus novos cargos, acredita que os dois últimos meses — "quando muitas verdades foram veiculadas" — foram importantes para uma mudança de atitude

e, "a partir de agora, o debate torna-se inevitável". E acrescentou: "O povo, sobretudo a juventude, amadureceu, tomou a sério o poder de exprimir-se livremente, tanto no meio popular como nas escolas".

Dom Paulo Evaristo Arns coloca o partido como peça importante nesta mudança: "Temos fundamentos sérios para alimentar esperanças

E' uma promessa solene do exmo. sr. presidente Ernesto Geisel e a expectativa de varias nações do mundo. Tudo dependerá do objetivo e seriedade do MDB e seus representantes". Por outro lado, lembrou um outro fator importante: "Dependerá também da posição do governo

Ressaltou ainda os trabalhos que deverão ser realizados entre o poder Executivo e o Legislativo, "união que deve existir de fato de agora em diante".



## ENTREVISTA COM MARCOS FREIRE

E.S.P.-19-11-74

A vitória do MDB em Pernambuco leva ao Senado um dos mais combativos deputados do chamado grupo dos "autênticos". Sua campanha em Pernambuco atingiu, inclusive, os Estados vizinhos onde as imagens das televisões do Recife são captadas, a tal ponto que em Alagoas e na Paraíba estão surgindo votos para ele.

Em longa entrevista, concedida na tarde de ontem, a Carlos Garcia, da Sucursal do Recife, o deputado Marcos Freire disse que encarava o resultado do pleito "com satisfação, mas com humildade" e que "o MDB emerge desta eleição como força popular de peso e, como tal, não pode ser ignorado no processo político brasileiro".

Marcos Freire disse que cabe agora ao governo esquecer as coisas do passado, deixar de dividir o País em antes e depois de 64, convocar todas as forças vivas da Nação para se buscar, sem ressentimentos inúteis e sem temores de quaisquer espécies, os caminhos que superem o profundo fosso que ainda hoje, depois de dez anos, divide os brasileiros".

Foram as seguintes as respostas dadas por Marcos Freire ao "Estado":

**"Estado" — Qual o significado da vitória do MDB em Pernambuco e no País?**

**Marcos —** Acharmos que o êxito dos candidatos do MDB em Pernambuco e no Brasil deveu-se sobretudo a identificação de suas mensagens com o pensamento e anseios da coletividade.

**Estado —** Como responde às acusações de revanchista e contestador que lhe foram feitas durante a campanha?

**Marcos —** Pensamos que representariamos antes o inconformismo. Não da superação de tempos idos e passados, mas do desencontro do tempo presente. Distribuiu — a partir de 1964 toda uma ordem pré-existente, atentando-se contra certos juízos de valores aceitos sem contradições, em busca de soluções que viriam em benefício de todos. Esse objetivo não foi alcançado. As taxas do PIB, as reservas monetárias em divisas, o volume de exportações crescentes, os índices de renda per capita, permanentemente proclamados pelo governo, bem pouco significaram para o povo.

Dai o sentimento de que é preciso a essa altura, não buscar o passado, mas mudar a situação presente. Mudá-la no sentido de reformular a estratégia desenvolvimentista do governo que, além de ter sacrificado o povo, o alijou da necessária participação no processo de desenvolvimento nacional. Essa reformulação está a exigir,

portanto, olhos para o futuro, evolução no sentido de superar os erros e desvios, tanto do presente, quanto do passado. Começamos a participar do processo político eleitoral há apenas seis anos. Nessa nossa curta vida pública não caberia retrocesso aos dias de ontem, mesmo porque, julgamos que 64, como 45, como 30, e até 1891, são fatos incorporados à história e o que nos cabe é nos preocuparmos hoje com a realidade de 74 e dos anos que estão à nossa frente.

**Estado —** Como explica sua grande vitória em Pernambuco, quando o MDB consegue apenas cerca de um terço das bancadas na Assembléia e na Câmara?

**Marcos —** O MDB em Pernambuco tem estrutura partidária frágil, com diretórios em menos de um terço dos municípios. Daí porque muitos não acreditavam na nossa vitória. Acontece, no entanto, que se esqueceram de que, dentro das particularidades político-sociológicas do Brasil, as eleições majoritárias se assentam em outras bases, muito diferentes daquelas em que se processam as eleições proporcionais. E estas dependem muito, de fato, da organização partidária, do prestígio pessoal dos candidatos, da sua compactação com os eleitores, para não falar de outros meios, usados descaradamente no Brasil, de corrupção e de suborno eleitoral. Ora, já as eleições majoritárias sempre se constituíram entre nós um fator de galvanização da opinião pública, de um verdadeiro divisor de águas em torno de plataformas pro-

gramáticas defendidas. Verdade que isso ocorria mais especificamente em relação às eleições dos chefes de executivos. Na ausência delas, suspensos que foram os pleitos diretos para presidente da República, governadores de Estados e prefeitos das capitais, restou a última eleição majoritária em âmbito estadual, que é exatamente a de Senador. Por isso mesmo, ela assumiu no último pleito um significado todo especial e não é de admirar. A exemplo do que ocorreu em Pernambuco com Cid Sampaio em 1958 e no Brasil com Jânio Quadros em 1960, saímos vitoriosos sem que haja uma correspondência no número de deputados eleitos para a Assembléia Legislativa e para a Câmara.

**Estado —** Qual o futuro do MDB?

**Marcos —** O MDB, de uma certa forma, com estas eleições chegou ao seu futuro. Conseguimos, malgrado os cerceamentos institucionais do presente, um grande respaldo popular, vencendo fragorosamente a Arena. Mostrou que asseguradas as condições de disputa leal, teve condições de ter em seu favor a maioria do eleitorado brasileiro. Fortaleceu-se, portanto, como tal, não pode — ou pelo menos não deve — legitimamente deixar de ser ouvido na busca das soluções para os grandes problemas brasileiros. É hoje uma força que representa grande parcela do nosso povo. É de ser auscultada como peça essencial no nosso quadro político e, se se quer, caminhar para um sistema democrático, não há como se lhe nezar e até se lhe assegurar o direito de influências e participar do equacionamento dos problemas nacionais.

**Estado —** Como fica agora o MDB com a divisão entre "autênticos" e "moderados"?

**Marcos —** A vitória esmagadora da oposição na maioria dos Estados se deveu ao fato de o MDB ter se apresentado como uma oposição autêntica. "O slogan" de nossa campanha, criado aqui em Pernambuco — sem ódio e sem medo — terminou se difundindo por todo o País, adotado até mesmo em São Paulo, e representa bem o nosso posicionamento. Dizer todas as coisas que precisavam ser ditas, sem qualquer rancor contra quem quer que fosse, mas também destituído de qualquer terror. Isso é ser oposição autêntica. Hoje o nosso "slogan" já é talvez um "slogan" nacional. O resultado disso foi a vitória nas urnas na maioria dos Estados em que concorremos. Seria insensato, então, que depois dessa experiência tão bem sucedida, a oposição se encolhesse, abdicando, assim, da firmeza e autenticidade que lhe deram o apoio popular. Penso que o MDB dentro dessa orientação, encontrou a si mesmo. E que estarão assim superadas muitas daquelas divergências contingenciais que o dividiam anteriormente.

**"Estado" —** Qual sua opi-

não sobre um governo de união nacional, que está sendo aventada entre muitos políticos brasileiros?

**Marcos —** O presente episódio eleitoral tem maior significado para a vida política nacional. Nós da oposição devemos encará-lo com satisfação, mas com humildade. Convencer-nos de que ele representa, em um determinado momento da história, a identificação da nossa luta com o sentimento popular. Por outro lado, o governo deve olhá-lo com a responsabilidade de quem tem em suas mãos o poder de decisão, para o bem ou para o mal. Se não lhe faltar a visão de estadista, esta será a grande hora do presidente Ernesto Geisel recompor os caminhos do entendimento nacional. Isso se nenhuma abdicar das posições políticas que nos são próprias, mas encontrando-se a fórmula de, acima de coloração partidária, conseguir-se a superação do abismo que divide irmãos há cerca de dez anos. O MDB emerge dessa eleição como força popular de peso, e como tal não pode ser ignorado no processo político brasileiro. De sua atuação e de sua participação no poder de decisões nacionais depende a própria integração da parcela de povo que ele representa. Mas isso terá de pressupor, sem dúvida, o atendimento de uma série de condicionamentos de ordem ideária e pragmática, sem que a oposição estaria faltando àqueles que lhe deram a maioria nas eleições majoritárias do último dia 15 de novembro. Acharmos que a atitude do governo em relação ao resultado desse pleito pode ser escrever uma nova página na história política do Brasil. Cabe ao poder central extrair dele as lições positivas que lhe são oferecidas. Talvez reconheça que a imagem de um Brasil já desenvolvido não foi aceita pelo povo, que talvez a tenha buscado em vão, inutilmente, durante muitos anos e agora chegou à conclusão de que ela era uma simples miragem. A própria Arena talvez tenha se deixado auto-iludir pela persuasão com que tentou convencer o povo. Talvez hoje o povo tenha convencido o governo de que tudo era falso. Ele continuava esperando soluções para os seus problemas que, em termos de homem, não foram resolvidos. Constatado isso, aceite esse diagnóstico do resultado eleitoral, é partir para uma reformulação de profundidade no conduzir os destinos nacionais. E o próprio governo deve aceitar o nosso "slogan" — Sem ódio sem medo — equacionar diferentemente a problemática nacional. Esquecer as coisas do passado, deixar de dividir o País em antes e depois de 64, convocar todas as forças vivas da Nação para se buscar, sem ressentimento inúteis e sem temores de quaisquer espécies, os caminhos que superem o profundo fosso que ainda hoje, depois de dez anos, divide os brasileiros.



## ENTREVISTA DE ULISSES GUIMARÃES E.S.P.-19-11-74

Eis a íntegra da entrevista exclusiva que Ulisses Guimarães concedeu ao Estado de S. Paulo ontem à tarde, em sua residência:

**"Estado"** — É possível que o MDB consiga maioria na Câmara Federal. A eleição do presidente da República é feita pelo Congresso Nacional, e assim a oposição poderia até pensar em eleger o próximo presidente. Já existe um programa do partido, diante da nova situação que se apresenta?

**Ulisses** — É muito difícil conseguirmos essa maioria. Não há nada certo a esse respeito. Em primeiro lugar, teríamos que ter a maioria em todos os Estados, ou então que, em outros, houvesse 5 ou 6 deputados de vantagem. No Senado, não haverá maioria de jeito nenhum, porque a atual eleição aconteceu para a renovação de apenas um terço dos senadores e a maioria da Arena nessa Casa é expressiva. Não resta dúvida que conseguimos um sensível reforço no partido e que certamente obteremos número para ter mais de um terço. O partido tem um programa, tem objetivos, mas todos eles começam pela reforma da Constituição, trazendo as eleições diretas, terminando com a situação criada pelo Ato Institucional no. 5. Há muitas causas para os problemas brasileiros, mas a raiz de todas elas, segundo entendemos, é o motivo político.

**"Estado"** — Os maiores líderes da ARENA apressaram-se em afirmar que o grande vencedor dessa campanha foi o presidente Geisel. O senador Franco Montoro disse que o vencedor foi o povo. Na sua opinião, quem foi o grande vencedor?

**Ulisses** — Eu diria que houve um tripé para essa vitória, Geisel presidiu o pleito de maneira imparcial e permitiu a oposição fazer suas críticas. Não houve, desta vez, o tipo de pressões que os candidatos costumavam sofrer, em ocasiões anteriores. Em segundo lugar, o partido ocupou seu espaço, foi ativo. Venceu o programa partidário, oferecido ao povo. Entendemos, nas eleições passadas, que a oposição se dividia em duas partes, no Brasil: os votos do MDB e os votos nulos e em branco. Conseguimos somar esses votos para o MDB, partindo de uma mensagem, um programa. O MDB é um partido que tem candidatos, e não candidatos — ou um candidato — que têm um partido. Quase nada se falou de candidatos, mas sim do programa do MDB. Então, foi o MDB que venceu. Em alguns casos — como no Estado do Rio — precisamos substituir o candidato à última hora, por problema de saúde, e o nosso indicado está praticamente vitorioso,

O elevado número de votos na legenda comprova isso. Finalmente, o mais importante vitória: o povo. Este é soberano. Já Saens Penna falava em alfabetizar e educar o soberano".

**"Estado"** — Até que ponto a sua candidatura — ou anticandidatura — à Presidência da República influenciou nos resultados destas eleições?

**Ulisses** — Pela primeira vez pudemos dizer coisas até então não divulgadas. A anticandidatura foi um símbolo de que se um homem pode competir até à presidência da República; os candidatos podem se inscrever no MDB e ser votados pelo povo. A partir do instante da anticandidatura o partido de oposição ganhou mais força, mais personalidade. Foi um expediente para enfrentar o medo. Em segundo lugar, o fato de Barbosa Lima Sobrinho disputar a vice-presidência também teve significação. Ele representava a faixa dos votos brancos e nulos, saía do jornalismo e trouxe, consigo, esse tipo de público que o MDB precisava somar aos seus quadros".

**"Estado"** — O MDB diz falar "a linguagem do povo". O que significa isso?

**Ulisses** — Pesquisamos as aspirações, reivindicações do povo, e passamos a tentar levar isso como pontos do programa. Foi uma espécie de "afinar a viola" para cantar bem, juntos. Depois de estruturar diretórios municipais e regionais, partimos para o contato com estudantes, em diretórios acadêmicos. O resultado é a grande renovação observada em nossos quadros, inclusive candidatos. Nossa média etária é muito mais baixa que a da ARENA. Quêrcia tem a idade mínima para ser Senador, e há outros dois com menos de 40 anos. Com os trabalhadores, o contato foi mais difícil, porque os sindicatos acham-se rigidamente controlados. Mas distribuímos um comunicado geral, mostrando nossas idéias, e isso também sensibilizou e agradou aos trabalhadores. Nesse comunicado falamos do Programa do MDB, que é o programa de aspirações populares: diminuir o custo de vida, a inflação; fazer, rapidamente, a recuperação salarial; promover uma distribuição mais justa da renda; impedir que as médias e pequenas empresas sejam absorvidas pelas grandes, inclusive as multinacionais, principalmente no Interior, trazendo como um de seus subprodutos o desemprego. Colocamos sempre uma ordem hierárquica: o aspecto político acima de todos os outros. Não havendo normalidade democrática, todo o resto se compromete. O AI-5 mantém uma situação anormal. Não há voto direto. Os poderes Legislativo e Judiciário são subpoderes, enfeudados no superior executivo. Ressaltamos, além do mais, os problemas de Educação e Saúde. O povo nada pode fazer diante desse qua-

dro, porque não elege o governo à sua imagem e semelhança. E quando isso não ocorre, surgem as distorções. Tudo pela falta de eleições diretas. Economistas e sociólogos assessoraram na elaboração do Programa do Partido, com a análise dos problemas vitais do País. As soluções propostas mereceram elogios até do Exterior, como Estados Unidos e França. A ARENA, ao contrário, sequer tem um Programa registrado no TSE. E nosso programa buscou, acima de tudo, ser sincero.

**"Estado"** — E os erros da ARENA?

**Ulisses** — A grande diferença entre ARENA e MDB é que a ARENA não tem autonomia como corpo político. É o partido do governo, mas não está no governo. Por exemplo, a situação curiosa existente no Brasil, em que a regra é ser inelegível, ser elegível é exceção. Mas quem fez a lei da inelegibilidade esqueceu de acrescentar um ponto importante: para se eleger, é preciso ter votos. O que ocorreu, então: os candidatos oferecidos pela ARENA, além de não terem votos, contrariavam, em muitos casos, as lideranças. No Ceará, por exemplo, Edilson Távora contrariava a Virgílio Távora, que em vez de fazer campanha viajou para o Japão. A escolha de Carvalho Pinto foi mais ou menos forçada pelo futuro governador, Paulo Egídio, e a escolha do vice desagradou a Laudo Natel. Foi, ao que parece, um erro de enfoque, pois a ARENA achava que podia ganhar a eleição com qualquer candidato. Com Flávio Marçílio aconteceu a mesma coisa. A ARENA, por não ter autonomia de decisões, é teleguiada do Palácio do Planalto. Os candidatos impostos à revelia trouxeram problemas. Se fossemos escrever a história da campanha da ARENA, formaríamos um volume de *Don't* — o que não se deve fazer numa campanha política".

**"Estado"** — A campanha do MDB baseou-se, então, em apontar erros e situações desfavoráveis ao governo?

**Ulisses** — Eu já disse uma vez que o MDB não sente prazer em fazer o arrolamento de tantos problemas, mostrando um quadro triste do Brasil. Nós não queremos parecer que estamos correndo atrás de carne. Mas as irregularidades, as distorções e os erros existem, e tínhamos que registrar esse quadro de desacertos, principalmente no terreno social. Prometemos que o governo ficaria de ouvidos roucos de tanto ouvir essas críticas.

**"Estado"** — Que tática a ARENA deveria ter adotado, se pretendesse vencer as eleições? E o que deve fazer, daqui para a frente, para se recuperar? Criar o pluripartidarismo enfraqueceria o MDB?

**Ulisses** — Não adianta remanejar nomes e homens. O problema é estrutural: melhoria de salários, melhor divisão de rendas, fazer um país em que o povo seja, realmente, acionista, melhorar a Educação, a Saúde e, fundamentalmente, restituir a normalidade democrática, que é a doença fatal, porque gera todas as outras, leva o povo à periferia. Quando o governo não surge do povo, pelo voto, o povo, em vez de autor, passa a personagem, e um personagem periférico, frequentemente esquecido. A Arena pode atender às reivindicações populares, ou trabalhar para a sua concretização, e assim ganhará, automaticamente, o prestígio. Isto porque agora o povo conhece um programa, e entende quem é a seu favor e trabalha por ele".

**"Estado"** — Durante a campanha, desapareceu a divisão entre autênticos e moderados. A vitória foi conseguida. E agora? O MDB terá uma linha geral de conduta — autêntica ou moderada — ou voltará a se dividir em dois blocos irreconciliáveis?

**Ulisses** — O MDB é democrático. Entendo que é o único partido democrático existente, que quer que suas decisões sejam tiradas em convenções. Se isto é exato, então é também natural que as diversas tendências se manifestem, dentro do MDB. Trata-se de um fenômeno meramente democrático, que não pretende unanimidade, sempre. Mesmo nos Estados Unidos, existem democratas próximos de conservadores e conservadores próximos de democratas, enquanto que também se verificam posições mais radicalizadas. Mas, mesmo com as tendências diversas, quando foi preciso ir para a luta, todos se identificaram.

**"Estado"** — Durante a campanha, o MDB criticou praticamente todos os setores do governo e sua mensagem foi aceita pela população. O MDB não corre o perigo, agora, de não conseguir consertar tudo o que criticou, de se esvaziar, de se desacreditar diante do imenso contingente eleitoral que o transformou em partido majoritário? A função legislativa tem hoje no país, condição de mudar alguma coisa?

**Ulisses** — O Partido continuará lutando por suas teses. Ele se desmoralizaria se fosse majoritário no Congresso Nacional e, podendo reformar a Constituição da República, não o fizesse, perdendo a oportunidade de conseguir outra vez eleição direta e recuperação dos poderes. A Constituição é o instrumento legal supremo, que define o país. Essa reforma, entretanto, não ocorrerá, pois mesmo que tenha quorum na Câmara, o MDB não o te-





**O GLOBO — O que acha da sugestão de Gilberto Freire de o Governo conceder quatro Ministérios ao MDB?**

**FRANCO MONTORO** — Qualquer sugestão neste sentido deverá ser examinada em profundidade e decidida pelos órgãos partidários. Como regra, o Governo deve ser exercido por um Partido e fiscalizado por outro. Os Governos de coalizão e de união nacional só se justificam em momentos excepcionais da vida nacional e por motivos também excepcionalmente graves, o que não nos parece ser o caso do Brasil.

**NÉLSON CARNEIRO** — O MDB é um Partido de Oposição e nela deve continuar, a fim de cumprir o seu papel de fiscalização, que é indispensável ao regime democrático.

**O GLOBO — O que acontecerá com o MDB depois das eleições?**

**FRANCO MONTORO** — O MDB vai se preparar para, em equipe, e através de uma organização adequada, notadamente na parte de assessoria e de estudos, realizar aqueles pontos que foram objeto da campanha. A campanha integrou todos os grupos do Partido e trabalharemos para que essa integração prossiga.

A primeira medida que vou sugerir, de forma concreta, na próxima semana, será reunir em Brasília as bancadas, já com os novos parlamentares eleitos, primeiramente com os senadores e depois com os deputados e os dirigentes regionais, para o estudo dos problemas e fixação dos rumos a seguir, de modo a ser feito tudo em equipe.

**NÉLSON CARNEIRO** — O MDB não tem que mudar. A Oposição é o partido do "sim" e do "não". Do "sim" para as sugestões e projetos de acordo com o seu programa e que seja do interesse coletivo. Do "não" para as iniciativas que, a seu ver, não atendam às necessidades coletivas e conflitam com o seu programa partidário.

Para colaborar com o Governo nas iniciativas que interessem ao povo, não é preciso aderir nem disputar cargos, mas apenas votar conscientemente.



rá no Senado. Mas o partido, seguramente, continuará a lutar. Ao mesmo tempo, o Movimento Democrático Brasileiro não é um partido paternalista. Acha que a liberdade, a democracia e os valores sociais o povo consegue através de luta. Não é o MDB que conseguirá isso para o povo, mas o próprio povo. O que o MDB quer é dar ao povo o grande instrumento para concretizar essa conquista, com os benefícios a que faz jus.

Supondo, agora, que o MDB fosse maioria e conseguisse fazer as reformulações que prega, o que aconteceria? O partido deveria, então, fazer uma reformulação fundamental: mudar seu programa, trocar as suas bandeiras de luta.

Vale a pena lembrar, aqui, um episódio que ocorreu com Churchill. Ele ganhou a guerra, mas perdeu as eleições. Isto porque o povo achou que ele servia para ganhar a guerra, mas não era bom para ganhar a paz. Um país precisa ter uma política. A política é a superestrutura, é poder, governo, comando. Para isso, é preciso que haja uma definição política. Entretanto que não temos uma definição política. O que existe é equívoco e híbrido, meio democrático e meio autoritário. E os produtos híbridos são infecundos.

## MONTORO e CARNEIRO

O GLOBO-24-11-74

**BRASILIA (O GLOBO) — O Senador Néelson Carneiro disse que o êxito da atuação do MDB na nova legislatura dependerá de "muito juízo" de seus pares; e o Senador Franco Montoro afirma que tudo será feito "de baixo para cima", por acreditar que somente assim o Partido poderá manter a integridade que acredita ter sido a razão do sucesso da Oposição nas últimas eleições.**

Em entrevista a O GLOBO, os dois senadores do MDB, que desempenharam importante papel na condução da campanha eleitoral da Oposição, anteciparam alguns dos aspectos da orientação que proporão aos órgãos partidários e aos novos parlamentares.

## O valor do terço

E.S.P.-20-11-74

Tales Ramalho e Nelson Carneiro lembraram que recentemente o líder Laerte Vieira tentou, sem êxito, emendar a Constituição de 69. Os projetos não foram sequer formalizados, por falta de apoio de pelo menos um terço da Câmara.

"E agora que o MDB terá mais de um terço, como agirá?"

"Vamos continuar tentando fiscalizar o governo, corrigir falhas, aperfeiçoar o nosso processo político. Se necessário e existindo motivos, formaremos Comissões Parlamentares de Inquerito, que tentamos antes sempre sem apoio da maioria" — disse Ulisses.

O presidente do MDB afirmou que de ora em diante, pelo aumento da representação, o partido viu suas responsabilidades aumentadas.

"Nossa conduta — acentuou — é conhecida em todo o País. Nunca fizemos crítica calunio-

sa ou difamatória. Jamais tumultuamos os trabalhos parlamentares. Durante a campanha, como no Congresso, nos mantivemos em alto nível. Afinal, nós buscamos o diálogo".

Laerte Vieira observou que o MDB vai procurar restabelecer a autonomia das Capitais e outros municípios que tiveram eliminado o direito de eleger seus prefeitos. E Nelson Carneiro acrescentou:

"Vamos continuar nossa luta para restabelecer os subsídios para todos os vereadores municipais".

### SEGREDO

A certa altura, depois de uma observação de Amaral Peixoto, Ulisses Guimarães revelou "um dos segredos da vitória do MDB".

"O partido identificou as causas do voto em branco e do voto nulo, registrados em 1970. O MDB se concentrou sobre esse eleitorado, majoritário sobre o da Arena, se somados

os votos nossos. Identificamos a oposição ao MDB. Os desconhecidos com a situação política e econômico-social foram, finalmente, incorporados ao MDB. Tais eleitores foram localizados na faixa da juventude, dos trabalhadores, dos intelectuais".

Ulisses falou também da reorganização dos diretórios em 1972 e de sua "anticampanha" que lançou o "anticandidato" e aí o eleitor começou a perder o medo. Foi importante a participação de Barbosa Lima Sobrinho — comentou Tales Ramalho.

"É verdade. A partir do gesto nobre de Barbosa Lima, a inteligência brasileira compreendeu que o MDB era uma opção válida, na busca da normalidade institucional" — foi a observação de Ulisses.

No final, um jornalista brincou com Tales Ramalho: "Vamos deixar todos a sós porque

haverá reunião do PSD". Amaral Peixoto interferiu: "levem com vocês o Laerte, que é da UDN".

Ulisses encerrou a brincadeira, afirmando: "O Laerte pode ficar. Deu trabalho, mas já foi domesticado".

Dos dirigentes oposicionistas presentes, o único de origem não-peixotista era o líder Laerte Vieira.



# MDB espera alternar poder

E.S.P.-21-11-74

Ao analisar ontem os resultados das últimas eleições, o senador Franco Montoro afirmou que a rotatividade dos partidos no poder, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos e na Inglaterra, poderá vir a ocorrer também no Brasil, em respeito e acatamento à vontade popular, permitindo, assim, que um candidato do MDB possa ocupar futuramente a presidência da República. Essa hipótese reflete o clima de euforia entre os parlamentares da oposição e o sentido de organização do partido, que foi considerado a principal arma utilizada pelos oposicionistas em todo o País, durante a campanha.

"Aos que estranham o crescimento do MDB — declarou Montoro — e vêem nesse fato um desvio perigoso, é oportuno lembrar que, quando as antigas legislas partidárias foram substituídas, pelo atual bipartidarismo, o então presidente Castelo Branco e seu ministro da Justiça, Juracy Magalhães, invocaram expressamente o exemplo dos Estados Unidos e da Inglaterra onde, respectivamente,

os republicanos e democratas ou trabalhistas e conservadores se revezaram no poder".

## RENOVAÇÃO

Cauteloso em suas declarações — conforme foi classificado por parlamentares do partido do governo, que fizeram questão de ressaltar a importância de sua participação na campanha do MDB — Franco Montoro disse que as eleições da última sexta-feira "não tiveram, e não têm qualquer significação revanchista, contestatória ou de volta ao passado". Explicou que a vitória da oposição representa uma renovação não apenas de pessoas ou partido mas, principalmente, de processos e métodos de ação política.

Afirmando que o MDB está preparado para assumir suas novas responsabilidades, sustentou reiteradamente a luta que o partido fará para a conquista do poder: "Nossa crítica se tornará mais responsável a partir de agora porque a oposição, ao se tornar governo,

deverá promover a efetivação das medidas que propôs e, de outra parte, a ação do governo será mais objetiva porque os detentores do poder sabem que, em pouco tempo, poderão ser substituídos".

Montoro também apontou a valorização dos jovens como outro aspecto da campanha que beneficiou o MDB, revelando que a marginalização da juventude foi percebida pelo partido, "que ofereceu oportunidade a todos de se integrarem na campanha, o que realmente foi de grande valia".

## MATURIDADE

Sem deixar de aplaudir o presidente Geisel, "que permitiu e garantiu eleições livres", o senador paulista declarou que "acima da vitória de partidos e candidatos, as eleições de 15 de novembro representam uma vigorosa afirmação de consciência política e de maturidade do povo brasileiro".

Interpretando o pensamento da bancada majoritária, o senador José Sarney (Arena-MA) qualificou a manifestação de Franco

Montoro de "um pronunciamento histórico de grande importância, porque através da palavra do articulador da campanha do MDB está sendo dito à Nação que as regras estabelecidas pelo presidente da República foram cumpridas".

Sarney, aproveitando o reconhecimento feito pela oposição, de que o pleito transcorreu normalmente e que a eleição de grande número de oposicionistas revela o clima de legalidade existente em todo o País, constatou, "com felicidade", que o Brasil amadureceu profundamente no setor político, nos últimos dez anos.

Fazendo um rápido balanço das realizações dos governos revolucionários, o senador maranhense afirmou que, "além da modernização nos vários setores da administração, a Revolução pode, finalmente, apresentar como saldo positivo a extinção do caciquismo, do nepotismo, do poder econômico e de outros entraves a eleições livres que, realmente, ocorreram".

# A vitória da oposição cria impasse político

ESP.-19-11-74

Procurando interpretar as causas e o sentido da esmagadora vitória eleitoral dos oposicionistas, em todo o País — pois a tanto equivale a que foi obtida nos pleitos majoritários, em 17 Estados, pelo menos, que poderiam ser 19 ou 20, se o partido da oposição tivesse acreditado antecipadamente na sua chance — os comentaristas e observadores da nossa vida política são forçados a reconhecer, na manifestação das urnas, menos uma profissão de fé exclusivamente partidária, do que um voto de cansaço da situação. Uma situação que não resolve os problemas e não sai do caminho que vai trilhando, sem que se lhe perceba o ponto de destino. Não resolve, nem sai da frente — é a fórmula do impasse a que chegamos desnecessariamente, por mera inadequação dos métodos adotados às exigências e questões a enfrentar no terreno político, prin-

cipalmente.

Em todos os Estados, o voto popular assumiu sentido indistigável de um voto federal, não por ser destinado à escolha do terço do Senado — oposicionista, na próxima legislatura — mas, evidentemente, por não restar à opinião nacional outra forma de patentear sua desaprovação a um estado de coisas que, depois de lhe haver exaltado o entusiasmo cívico até ao espírito de sacrifício, começa a pesar-lhe como um novo desapontamento, que o sustado "milagre" não mais compensa.

Na relação dos vitoriosos para o Senado, ou dos mais votados para a Câmara dos Deputados ou para as Assembléias estaduais, não se encontram nomes que justifiquem, por si mesmos, a votação recebida. Pelo contrário, em mais de uma chapa, é possível reconhecer melhor nível a alguns dos candidatos do partido governista,

embora fragorosamente derrotados. Pode-se concluir, portanto, que as derrotas, como as vitórias, foram de posição e não partidárias ou individuais. Candidatos dignos de mais numerosos sufrágios, perderam substância eleitoral, por serem, nos casos críticos, os governistas incondicionais, que se sabe muito bem. Seus adversários foram sufragados, preferentemente, pelo que deles se pode esperar de resistência e combate, ou, ainda que tais esperanças acaso não sejam correspondidas (o que se torna difícil, depois do pleito), para que o governo sinta, na escolha popular, ao menos a ferroada de marimbondo de um movimento geral da opinião democrática do País.

É evidente que a vitória das oposições poderia ser acrescida de outras, na Bahia e no Pará, por exemplo, onde os últimos resultados do nosso co-

nhecimento pendem para a supremacia discreta dos candidatos governistas ao Senado. Nessas duas unidades da Federação, ocorreu o fenómeno da falta de fé, por parte dos oposicionistas, que poderiam, certamente, alcançar melhores resultados com outros nomes. Admitia-se, até o dia 15, que o mesmo sucedesse em Minas, onde a candidatura de oposição foi insistentemente oferecida (e recusada) a um político de projeção no Estado. Seu substituto, porém, leva de vencida, facilmente, o contendor de ocasião, quem sabe se superando, até, outros nomes de mais consolidado prestígio.



LEITE CHAVES

ESP.-19-11-74

E.S.P.- 19-11-74

# Montoro: a oposição não barganha vitória

Avaliar os resultados das eleições em todos os níveis e fixar posições diante da nova situação criada com a inesperada vitória em muitos Estados, como a obtenção da maioria na Assembleia de São Paulo, são agora as maiores preocupações dos dirigentes do MDB. Tentando antecipar algumas dessas novas posições, o senador Franco Montoro já frisou ontem que não teria sentido uma eventual renúncia do futuro governador Paulo Egydio. "O MDB — salientou — não fará oposição sistemática, mas procurará o diálogo entre os Poderes Legislativo e Executivo". Mas advertiu que a maioria conquistada pelo partido não deve ser instrumento de barganhas políticas.

Um indicio claro dessa atitude prudente dos dirigentes oposicionistas foi observado ontem em Campinas, quando o senador eleito Orestes Quercia cancelou uma entrevista coletiva à imprensa. Por sua vez, o presidente nacional do partido, deputado Ulisses Guimarães, seguiu ontem para Brasília, a fim de ouvir os líderes estaduais da oposição. O senador Montoro deve seguir também hoje para a capital federal, onde tentará uma confirmação da data em que será recebido pelo presidente Ernesto Geisel. A audiência deveria ter sido concedida antes das eleições, mas acabou sendo adiada.

## SAO PAULO

Numa possível antecipação das posições da bancada estadual do partido, o senador disse ontem que o prefeito da capital deverá ser um homem de gabarito. Enquanto isso, assessores de vários deputados preocupavam-se em afastar qualquer cogitação da possibilidade de um governo de coalizão nos próximos quatro anos.

A cautela de muitos dirigentes oposicionistas, aparentemente, tem fundamentos. Muitos deputados eleitos possuem pouca experiência política e parlamentar e os dirigentes estão preocupados em não perder o controle de seus comandados. Segundo um dos deputados mais votados do MDB, "a questão é saber se a vitória não

poderá se transformar numa derrota com algum gesto mais impensado ou ingenuo".

## BARGANHA

"O certo — ressaltou o senador Franco Montoro, durante reunião em sua casa — é que a maioria conquistada pelo partido não deve ser transformada no varejo de vantagens pessoais ou partidárias, mas ser posta a serviço de uma meta nacional, que signifique desenvolvimento nacional em favor do povo". Idêntica posição já havia sido tomada no sábado, quando em entrevista ao Estado, Quercia falava em união nacional.

Analisando a contribuição que o MDB poderá dar ao processo de normalização política, Montoro observou: "De um modo geral, queremos oferecer nossa contribuição ao governo para incorporar no governo e na Revolução essa força popular que representamos".

"Ninguém pode — ressaltou — minimizar a vitória do MDB, dizendo que ela significa o surgimento de vários "jânios" em cada Estado. Os homens eleitos a 15 de novembro surgiram num momento da vida política brasileira e, como tal, devem ser encarados, isto é, sem confusões ou comparações com lideranças do passado. São homens cuja eleição tem o significado e o valor de um momento nacional que não deve ser subestimado. É o melhor material, a maior soma de dados que os analistas do Sistema poderiam dispor para repensar e reavaliar uma série de erros e desvios do desenvolvimento brasileiro".

## COMPREENSÃO

Montoro disse também não acreditar na renúncia de Paulo Egydio, advertindo porém que S. Paulo terá que ser governado num clima de compreensão. "Em lugar de termos um Legislativo subordinado ao Executivo, teremos — frisou — como determina a Constituição, dois poderes independentes e harmônicos entre si. Esta harmonia se dará efetivamente porque o MDB não re-

cusará o apoio às medidas de interesse público que forem propostas".

Montoro reafirmou, enfaticamente, que a vitória do MDB não terá o sentido de revanchismo ou de volta ao passado "porque não seriam atitudes patrióticas e poderiam tumultuar o processo". "O povo — observou — tem que continuar sem subversão, ódio ou medo e o MDB sem fazer oposição sistemática. Com a maioria do Legislativo nas mãos do MDB, o Executivo sendo da Arena, a única saída será o diálogo. Um diálogo independente e seguro entre os representantes do povo e os governadores ou prefeitos".

Para o senador paulista, foi o presidente Geisel quem criou o clima democrático em que se desenvolveram as eleições: "Ele está de parabéns, pois cada um votou com inteira liberdade, como disse em sua mensagem no dia das eleições. Porém, aqueles que dizem o contrário, são maus patriotas e maus perdedores".

Idêntica posição havia sido assumida um dia antes das eleições, quando o deputado Francisco Amaral, um dos "autênticos" do MDB, ressaltou que a atuação firme do presidente Geisel possibilitara um clima de liberdade nas eleições: "Ele se portou como um verdadeiro magistrado".

## CONTATOS

Passadas as eleições e praticamente encerradas as apurações, diversos parlamentares da Arena começam a procurar deputados do MDB para a realização de encontros políticos destinados a discutir a nova situação criada com a vitória oposicionista.

Depois do futuro governador Paulo Egydio telefonar para o senador Franco Montoro, ontem foi a vez do deputado Rafael Baldeci procurar o deputado Francisco Amaral para propor uma reunião. O pedido foi feito por telefone e o encontro deverá ocorrer ainda esta semana em Brasília, para onde ambos seguirão possivelmente ainda hoje.

"Queremos a via eleitoral para a reconquista dos direitos do povo". Francisco Leite Chaves, que ontem deu sua primeira entrevista depois de sexta-feira, está tranquilo e ao mesmo tempo surpreso com sua vitória. Ele é praticamente o novo senador pelo Paraná e sua maior preocupação, agora, "é conseguir um novo Brasil. Na verdade, o governo deu um grande passo em direção aquilo que acreditamos ser o Estado de Direito. Mas, isso não foi uma concessão. Foi tão somente a devolução de algo que tinha sido retirado dos brasileiros e era sua legítima propriedade".

Para ele, o Senado é quem mais ganhará com essa vitória do MDB. "Veja um Senado com homens da dimensão e da energia de um Paulo Brossard, de um Saturnino Braga, de um Orestes Quercia. Será a garantia da representação efetiva e da abertura para uma nova formulação política".

Leite Chaves acha que "o povo se comportou extraordinariamente neste episódio eleitoral. Soube ouvir, soube julgar, soube optar. A derrota, no entanto, não é do governo, é da Arena, um partido que se acomodou à sombra do poder e distanciou-se do eleitorado".

Mesmo com a vitória esmagadora em todo o País, Leite Chaves acredita que talvez a oposição não consiga a maioria, "mas em quase toda parte será um terço dos representantes, o número necessário para requerer comissões parlamentares e atuar ativamente em defesa da progressiva abertura política, até a redemocratização total do País".

De qualquer forma, o novo senador pelo Paraná é de opinião que o governo deveria "criar um terceiro partido, porque o oficial, a Arena, já está muito desmoralizado e comprometido. Um terceiro partido seria a saída para o governo capitalizar a "parte boa" da Arena, dando-lhe uma estrutura organizatória própria".

Por isso, ele acha que "uma das causas da derrota da Arena foi o comportamento desse partido durante a campanha. O "caso das vacinas", ocorrido em Curitiba; a falsificação de votos em Umuarama; e o uso de taxis para transporte ilegal de eleitores são exemplos do tipo de atitude que desacreditaram o partido da oposição".

Um dos pontos centrais que Leite Chaves pretende defender no Senado é "a defesa do Paraná, que participa com 17% da exportações nacionais, mas é beneficiado apenas com 1%". Disse ainda que vai lutar contra o Ato Institucional n.º 5, o decreto 477 e defender melhores salários.



# Oposição pode influir no projeto econômico

E.S.P.-19-11-74

Economistas do primeiro escalão técnico do governo admitiram que um "Congresso forte", isto é, um Legislativo com uma bancada de oposição maciça, poderá acelerar o processo de humanização da economia brasileira, mas advertiram que "um fenômeno dessa natureza", conforme qualificaram, pode também resultar na perda parcial do dinamismo com que o Executivo vem realizando o projeto econômico, o que implicaria dois perigos: maior dificuldade na luta contra a inflação e maior vulnerabilidade à recessão que já se instalou no mundo desenvolvido.

Falando na qualidade de analistas econômicos, que têm contato diário com a potencialidade da economia brasileira, os técnicos revelaram que "a oposição não prometeu demais". Baseando-se no que ouviram nos programas do TRE, afirmaram que os temas abordados como aberturas sociais estariam perfeitamente ao alcance das possibilidades do País, "dependendo apenas de ordens de magnitudes" e que o governo já vinha dando ampla atenção a alguns deles.

Confessaram-se surpresos de que a maioria das críticas tivesse sido dirigida à política econômica, "mesmo diante de um confronto entre resultados obtidos no Brasil e no resto do mundo". Mas foram todos de opinião que o governo só deve seguir dois caminhos: ampliar o diálogo com o Congresso, para mostrar a inconveniência de certos "exageros sociais", incompatíveis com a realidade e usar menos os congressistas para traçar normas de política econômica. Disseram que o primeiro caminho pode ser seguido como "uma solução" e que o segundo pode ser adotado como "uma advertência".

## EUFORIA SOCIAL

Embora ressalvassem que não eram futurologistas, os técnicos previram que a ação maciça do MDB no Congresso poderá resultar, a curto prazo, numa espécie de "euforia social", em que a legislação econômica provavelmente aparecerá com maior dose de humanismo ou socialização, mas com resultados efetivos aquém da expectativa.

A médio prazo, o País poderá ser ameaçado pelo processo de recessão que assusta o mundo e que provocou no próprio governo "uma certa prudência que o teria levado a não implantar algumas medidas mais rapidamente". No caso das duas hipóteses, disseram que somente ocorrerão se a oposição exagerar a sua tendência para a abertura social.

## DOIS PERIGOS

A principal advertência dos técnicos teve a finalidade de mostrar a possibilidade de surgirem duas consequências principais, como decorrentes de um movimento oposicionista exacerbado: maior morosidade no exame da legislação delegada e maior pressão para a edição de leis sociais que poderão não apenas reduzir o ritmo do crescimento econômico, mas também dificultar a luta contra a inflação.

Explicando melhor o que qualificaram de "dois perigos", os economistas chamaram atenção para o fato de o Congresso jamais ter utilizado o poder de aperfeiçoar os planos econômicos ou mesmo as pequenas leis que lhe são propostas pelo Executivo. Atribuíram esse fato ao baixo índice de tecnicidade do Legislativo, adiantando que, nesse nível, um Congresso oposicionista poderá cair num processo de provocar atrasos sistemáticos na aprovação de novas leis, a respeito das quais os congressistas entendem muito pouco.

O segundo perigo estaria diretamente ligado ao fato de o governo ser o maior investidor na economia, detendo cerca de 60 por cento dos investimentos feitos no País. Assim sendo, caso parte desses investimentos fosse desviada para obras de sentido social enganoso ou apenas aparente, por força de pressão do Legislativo, a economia certamente sofreria desfalques perigosos, a começar pelas empresas privadas que hoje são altamente financiadas pelo governo.

## INFLAÇÃO

Os técnicos concordam com a hipótese de o governo talvez não ter conseguido conscientizar a população, em definitivo, para o problema da inflação, ao mesmo tempo em que afirmaram não estar

ameaçando a oposição com a responsabilidade que esse problema representa para o futuro financeiro do País. "Até porque — observaram — o controle da inflação vem sendo feito no campo monetário e dos preços industriais, contra os quais o MDB não disse nada".

Mas revelaram que essa falta de consciência refletiu-se nos pronunciamentos dos candidatos da oposição. Algumas das críticas e reivindicações, segundo os técnicos, versaram sobre medidas que, se adotadas, resultariam em prejuízos sérios para a luta contra a inflação. Demonstraram que há sempre soluções não-inflacionárias, a respeito das quais talvez os candidatos não estivessem informados.

Dentro desse contexto, acreditam que os candidatos incorreram em alguns "exageros sociais", ao apontarem concessões que o governo preferiu não fazer, para não comprometer o desempenho da economia e, consequentemente, o objetivo de distribuir benefícios indiretamente e de forma anti-inflacionária.

## POSSIBILIDADES

Ao falar da possibilidade de o País atender a várias reivindicações, os técnicos relacionaram algumas evidências de que a economia é forte para uma maior abertura social:

- 1) o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE, operando recursos ao nível espantoso do próprio Banco Mundial, já está passando do campo das essencialidades primárias, como o financiamento às indústrias básicas e de transformação, para fazer empréstimos a empresas editoriais;
- 2) a caixa do Banco do Brasil não se está ressentindo, em absoluto, das substanciais elevações do nível de recursos que vêm sendo aplicados na agricultura;
- 3) a cada dia, o Banco do Brasil cria novas linhas especiais de financiamento, seja para pequenas e médias empresas, seja para as companhias financeiras;
- 4) a condição de superavit do Tesouro permite reduções de impostos indiretos e a conces-

são de novos benefícios no âmbito do imposto de renda, sem que isto chegue sequer a diminuir a arrecadação;

5) até o INPS tem superavit, o que dá ensejo a uma elevação grande da taxa de saúde da população.

## PROBLEMAS

Explicaram que, na medida em que os índices de inflação ingressam numa tendência de baixa, e o Tesouro dispõe de recursos para financiar uma nova arrancada do setor industrial e ainda auxiliar o comércio, resta aguardar o resultado da equação que já foi feita para os problemas resultantes da necessidade de importar petróleo, fertilizantes e máquinas e equipamentos, solucionando questões que afligem o balanço de pagamentos.

No caso do petróleo, segundo indicaram, o governo está esperançoso não apenas relativamente às possibilidades de reduções no consumo, o que praticamente estabilizaria as despesas, como também se apoia nos programas de produção da Petrobrás.

Relativamente a máquinas e equipamentos, o processo já instaurado de substituição de importações, em que o BNDE desempenhará um papel múltiplo e significativo, vai encontrando resposta nas reuniões já realizadas com produtores nacionais, para exortá-los a realizar programações trienais para as suas indústrias.

Quanto aos fertilizantes, cujas implicações no crescimento da produção de alimentos tem importância vital, os programas recentemente anunciados poderão, senão solucionar, pelo menos reduzir o problema a proporções perfeitamente controláveis.

Foi com base nessas perspectivas, divulgadas oficialmente pelo próprio governo, que os economistas justificaram a afirmação de que os candidatos do MDB não prometeram nada além das possibilidades reais da economia.



# O governo está tranquilo e proclama a sua vitória

E.S.P.-19-11-74

O governo não considera o resultado das eleições como uma derrota da Arena, por não ter ela conseguido lograr a vitória da maioria dos seus candidatos ao Senado. Se os resultados são negativos para os candidatos ao Senado, são positivos para os candidatos à Câmara.

Os resultados, portanto, não refletem uma derrota do partido do governo, mas uma expressiva vitória de alguns candidatos da oposição. "Para quem não tinha nada, conseguir algumas vitórias tem um grande significado".

Nos comentários colhidos ontem no Palácio do Planalto, o secretário de Imprensa, Humberto Barreto, lembrava que o que representa de fato o partido é a eleição para a Câmara, que exige o voto por legenda. Quanto ao Senado, onde o voto é majoritário, a escolha é feita mais pelos atributos pessoais do candidato.

Como exemplo, Humberto Barreto citava o caso da Arena do Ceará que, ao que tudo indica, fará treze deputados federais, mas não conseguirá eleger o seu candidato ao Senado.

— Foi derrota da Arena? Claro que não. Muita gente que votou no candidato do MDB para o Senado, votou em candidatos da Arena para a Câmara — acrescentou.

O governo recebeu os resultados com surpresa, se bem que já esperava a derrota dos candidatos ao Senado em Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo, Ceará e Minas Gerais, onde os relatórios políticos enviados ao Planalto indicavam "posição difícil". A surpresa deveu-se aos números.

— A surpresa não foi só para o governo. Creio que até o MDB ficou surpreso com a votação obtida pelo Quercia, Marcos Freire ou Brossard.

As maiores surpresas para o governo se deram no Paraná e Rio Grande do Norte, onde as prévias indicavam resultados otimistas. Dentre as inúmeras causas apontadas para a derrota dos candidatos arenistas,

a excessiva confiança do partido na escolha dos candidatos pode ser vista como fundamental.

Em alguns Estados, onde o MDB não tencionava concorrer para o Senado, seus candidatos surgiram depois que o partido opositor conheceu a fragilidade dos candidatos arenistas. Em outros Estados, houve falta de engajamento de alguns governadores na campanha e uma divisão da Arena, o que ficou mais do que patenteado no voto por legenda.

Diante disso, o governo entende que cabe à Arena tirar dos ensinamentos dessas eleições o melhor proveito possível. Se ela não foi derrotada, que se acatele, pois o governo não tem a menor intenção de tutelar o partido. Não se fala ainda em mudanças na liderança do partido e o senador Petronio Portela não tem ainda nenhuma audiência marcada com o presidente Geisel. É provável que ele compareça ao Palácio do Planalto, após a divulgação dos resultados finais das eleições. O presidente Geisel não tenciona fazer qualquer pronunciamento a propósito das eleições que, se não significaram uma vitória para o partido do governo, representaram uma grande vitória para o País, que deu um passo decisivo para as aberturas democráticas.

E quando se diz que o governo não tutelar mais a Arena, surge o fato de Assembléias Legislativas que passaram a contar com uma oposição majoritária.

— O problema desses Estados é dos governadores, que terão de ter uma dose suficiente de engenho e arte. Para isso, eles foram eleitos. Quem estava certo era o Aureliano Chaves, que anunciou que faria um governo apolítico. Ele não encontrara problemas e poderá até mesmo governar com os dois partidos — disse uma fonte do Palácio do Planalto.

Por outro lado, o governo considera salutar o fortalecimento do MDB, mas entende que esse fortalecimento deva

ser gradual, como fórmula de evitar excessos e entusiasmo exagerado.

No Palácio do Planalto, o resultado é visto mais como uma vitória pessoal do presidente Geisel, que cumpriu a promessa de eleições livres, sem pressões de grupos ou minorias radicais. Para alguns setores do governo, o que se temia com a promessa presidencial seria uma grande vitória da oposição, que pudesse acirrar os ânimos e criar áreas de intranquilidade e contestação. Não houve tal fato e o País atravessa uma fase de absoluta tranquilidade.

Quanto ao problema de São Paulo, com a vitória esmagadora de Orestes Quercia, tudo indica que a política de combate à inflação foi a principal responsável pela derrota do senador Carvalho Pinto. Da mesma forma, a agricultura deve ter sido a grande responsável pela derrota de João Mansur, no Paraná.

Por outro lado, o governo não aceita como críticas as causas invocadas pela oposição durante a campanha e lembrá que "tais causas não são frutos de oito meses de governo".

## O PENSAMENTO MILITAR

A maioria do pensamento militar, na Capital, parece interpretar os resultados eleitorais como atos de rotina política, jamais de contestação ao regime. O que poderá servir para alimentar reações militares, no entanto, será o comportamento da oposição rejuvenescida no pleito da semana passada. Para os militares, não poderá haver subversão e nem se poderá ameaçar a Revolução, com o pretexto da vitória do MDB.

Nos meios políticos, a certeza de que a postura das Forças Armadas não sofrerá alteração é fundada no clima de tranquilidade nos quartéis. É incontestável o interesse dos militares pelos resultados das eleições, colhendo-se, inclusive, opiniões de que a derrota de determinados candidatos da Arena provocou satisfação.

## Governo previa

ESP.-17-11-74

"O presidente não está grude no rádio, como muita gente poderia imaginar: afinal, o que está feito, está feito", declarou ontem, em Brasília, o assessor de Imprensa da Presidência, Humberto Esmeraldo Barreto. De acordo com ele, sem manifestar surpresa com o resultado das eleições, que acompanha na criação do Bloco Fundo, o general Ernesto Geisel mostrara "satisfação" diante da tranquilidade apresentada durante as eleições e do clima de absoluta normalidade em que se estão processando as apurações.

Efetivamente, o governo já fora avisado, há pelo menos um mês, do quadro eleitoral desfavorável à Arena, revelado pelas pesquisas dos organismos especializados. As áreas oficiais que confirmam essa informação já admitiam uma surpresa: o vulto, em dimensão e profundidade, dos resultados alcançados pelo MDB. E, embora as mesmas fontes oficiais garantam que o governo não chegou a aborrecer-se com as revelações das urnas, considera provável que se apressem certas reformulações, já previstas.

Dessa maneira, afirma-se que o pleito encerra suas lições, que serão devidamente analisadas. Mas, ao menos numa abordagem inicial, o governo admite que a insatisfação popular, medida pela votação dada a diversos candidatos arenistas ao Senado, significará um estímulo para o abreviamento das reformas políticas programadas.

As reformulações começaram pela Arena, até mesmo como um imperativo da eleição. Realmente, o partido precisará, antes de mais nada, preencher os numerosos claros abertos com os resultados, partindo para uma renovação que é apontada por muitos como uma medida necessária para sua própria sobrevivência.

Com efeito, os resultados indicam profundas modificações no quadro político. Essa alteração é revelada, por exemplo, na atitude do futuro governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins, que procurou ontem cedo, pelo telefone, o senador Franco Montoro, desejando manter contatos com a oposição — que já apresentava, nas apurações, uma vantagem crescente sobre o partido do governo. — informação que corria os meios políticos.



## PASSARINHO PEDE EXPURGO

E.S.P.-20-11-74

Em entrevista à imprensa de Belém, pouco antes de seguir ontem para Brasília, o ex-ministro da Educação disse que considera ter sofrido uma contestação muito maior dentro da Arena do Pará do que fora dela, ao contrário dos candidatos no Senado de outros Estados. "Talvez eu tenha sido o candidato que enfrentou a maior contestação interna", diz, enquanto exhibe cédulas eleitorais de candidatos arenistas que não incluem o seu próprio nome, embora essa seja uma exigência legal.

Passarinho reconhece que no Pará, como em outros Estados, "há muita gente indesejável dentro da Arena" e que "é preciso definir quem deve permanecer no partido e quem deve sair". No caso particular do Pará, considera difícil a conciliação de dois líderes, como ele e o ex-governador Alacid Nunes, que se sucederam no governo do Estado depois de 1964, dentro do mesmo partido. Passarinho manifestou sérias e profundas reservas quanto ao comportamento de Alacid, que não teria apoiado a indicação do candidato arenista ao Senado, como manda a lei, fazendo, ao contrário, uma surda campanha pelo candidato do MDB.

Em Brasília, o senador Jarbas Passarinho enfatizou que não acredita que os resultados deste pleito venham prejudicar a distensão que poderá ser feita, na área política, pelo presidente Ernesto Geisel. O ex-ministro da Educação salientou, ainda, que a "ilusão do favoritismo dos candidatos ao Senado da Arena e o custo de vida, este decorrente de crises internacionais, foram os principais motivos que levaram a agremiação situacionista a sofrer derrota em vários Estados".

O senador Passarinho observou, por outro lado, que deverá vencer a eleição senatorial no Pará por uma margem de 100 mil votos sobre o seu adversário. Revelou que, ao contrário dos outros candidatos de seu partido ao Senado, sofreu em seu Estado uma campanha desenvolvida por uma "coligação do MDB com a fac-

ção da Arena que não me suportou". Acentuou que nesta campanha eleitoral passou por uma verdadeira "prova de fogo".

"Sofri injúrias, infâmias e difamações de toda ordem. Até mesmo um hippie, que estava dormindo no cemitério, deu uma entrevista à imprensa afirmando que havia sido punido por mim pelo decreto-lei 477 e que, em consequência, havia perdido o seu emprego, razão pela qual estava morando no Pará, minha terra, para viver às custas de esmolas".

"Quando verifiquei essa entrevista — acrescentou — imediatamente entrei em contato com a Universidade de Brasília. José Patrocínio da Silveira, o hippie entrevistado, era aluno da Escola de Comunicações da UNB, estava matriculado desde o início do ano, mas, simplesmente, não comparecia às aulas desde março".

"Além de todos estes fatos — enfatizou o ex-ministro — às vésperas das eleições distribuíram no Pará um manifesto intitulado "o canalha Jarbas Passarinho", com 13 itens, mostrando as razões pelas quais os eleitores deveriam votar na oposição e não em mim".

Jarbas Passarinho frisou, mais adiante, que o homem do campo, hoje, não está alheio às coisas que ocorrem no País. "Prova disso — exemplificou — é que nos mais longínquos lugares do Pará onde estive em campanha, ouvia dos humildes lavradores a frase do senador Franco Montoro: "O Brasil cresceu 56 por cento e o salário do trabalhador diminuiu 51 por cento".

O senador paraense reiterou que os seus colegas de partido espalharam em todo o Estado milhares de cédulas colocando seu nome no primeiro quadro, quando na cédula oficial deveria ser o segundo quadro. Todos estes fatos — completou — devem ser estudados pelo partido, acrescentando: "Quando vejo o caso da derrota de Djalma Maranhão, uma das mais ilustres figuras do Parlamento brasileiro, ponho em dúvida até mesmo a justiça da escolha da representação popular".

### "PARTIDO DO PNB"

Jarbas Passarinho disse que pedirá aos líderes da Arena que façam uma reavaliação dos objetivos partidários, "abandonando aqueles que foram inteiramente superados, traçando novos rumos, que situem melhor o partido na nova situação". A vitória do MDB demonstrou, a seu ver, que a Arena não pode ser "o partido do PNB" — produto nacional bruto —, como querem alguns tecnocratas. "A Arena não deve ficar restrita aos aspectos numéricos, à quantificação, aos valores apenas materiais: deve zelar também pela felicidade do povo".

Realizar política deve ser uma das grandes metas da Arena, considera Passarinho. Não participa da opinião, manifestada por alguns observadores, de que a Revolução tem sido autofágica, devorando os próprios líderes políticos que cria. Reconhece que essa é uma contradição porque impede a formação de uma verdadeira geração de políticos formados pós-64. E admite ser ele próprio um desses casos.

Passarinho considera que as divisões não podem mais existir: "A Arena deve valer realmente o que deve valer como partido, deve eliminar aqueles elementos que permitiram que ela inchasse mas comprometeram sua unidade, criando um clima de agressão mútua". No seu caso pessoal está disposto, a lutar, desde já, pelo controle partidário no Pará.

## LIDERANCA RE CONHECE AN SEIOS DE LIBER DADE

ESP.-22-11-74

O senador Eurico Rezende (Arena-ES), vice-líder no exercício da liderança do governo no Senado, reconheceu ontem, pela primeira vez, que o povo brasileiro está ansioso pela volta imediata ao Estado de Direito pleno. Mas repeliu a tese segundo a qual tal reivindicação tenha sido a principal motivação do MDB na campanha eleitoral que resultou na vitória maciça da oposição no último dia 15.

No entanto, o líder da oposição, Amaral Peixoto, (MDB-RJ), insistiu em considerar como uma das causas do sucesso emedebista no último pleito a defesa daquele e de outros postulados que estão inseridos no programa do seu partido. E, pelo terceiro dia consecutivo, fez questão de aplaudir a "lisura do comportamento do governo federal, que não chegou a ser ofuscada pelos pequenos excessos cometidos, de um lado e do outro".

Amaral Peixoto adiantou que o resultado favorável ao MDB nas eleições reforçará a luta em favor da restauração da normalidade institucional. Como exemplo, salientou a união das forças oposicionistas na defesa do pleno restabelecimento das atribuições do Judiciário e do Legislativo.

Por sua vez, Eurico Rezende, alegando não estar disposto a assumir sozinho o ônus da derrota da Arena, declarou que o fracasso de seu partido o foi, também, do governo federal. E esclareceu que a tônica da campanha do MDB não foi o debate dos grandes problemas, mas sim a exploração da alta do custo de vida, "que é reconhecida por todos os brasileiros".

Enquanto isso, o senador Jarbas Passarinho preocupou-se, tal como em outras oportunidades, em excluir das críticas o governo Médici, do qual fez parte como ministro da Educação. "Estamos — frisou — entre curiosos e perplexos, verificando com que facilidade se tiram conclusões". Entre estas, condenou as que atribuem ao governo passado os erros que começam a provocar os atuais problemas.



# Célio afirma que Oposição dará contribuição ao novo Congresso

JORNAL DO BRASIL.-24-11-74

Brasília (Sucursal) — O líder do Governo na Câmara, Deputado Célio Borja, disse que a nova bancada oposicionista poderá oferecer ao novo Congresso contribuição valiosa para a estabilização e aperfeiçoamento das instituições políticas brasileiras.

Também o vice-líder do Governo no Senado, Sr. Eurico Resende, acredita que a Oposição terá importante contribuição à Câmara e ao Senado, a partir da próxima legislatura, lembrando que os primeiros pronunciamentos dos principais líderes do MDB "são afirmativos no sentido de que o Partido está disposto a ajudar o Governo na solução dos grandes problemas nacionais".

## QUEM FOI JULGADO

Para o Sr. Célio Borja, "parece que, basicamente, a 15 de novembro o povo julgou o desempenho dos Partidos durante a campanha eleitoral".

— Se a eleição não julgou nem a Revolução nem o Governo, o que julgou?

— Continuo achando cedo para tirar conclusões. Entendo que na análise do significado do pleito o cientista social terá importante contribuição a oferecer, mais de sociologia política do que de política formal.

— Quais as lições que a Arena se propõe a tirar das eleições?

— Parece já evidente que o Partido precisa rever seu processo de atuação.

Indagado se a bancada arenista poderia aprovar a constituição de CPI proposta pelo MDB, disse o líder Célio Borja que o papel de fiscalizar o Executivo é do Partido de Oposição, "embora a Arena tenha sempre uma contribuição im-

portante a dar, na adoção e aperfeiçoamento de problemas governamentais submetidos à deliberação do Parlamento".

— O espírito crítico — disse — não é privilégio da Oposição.

## IMAGINAÇÃO CRIADORA

Sobre a contribuição que o MDB poderá dar ao futuro Congresso, o Senador Eurico Resende observou que não basta, para o êxito desse propósito, "o peso da aritmética eleitoral obtida nesse período de reprodutiva transição. Valerá a inteligência posta a serviço da imaginação criadora."

— Ademais, é absolutamente necessário que se tenha em vista esta preliminar sustentada por todos os presidentes revolucionários: "A Revolução é irreversível". Assim, deve compenetrar-se a Oposição de que não se abrirá mão dessa preliminar, quaisquer que sejam as ocasiões ou circunstâncias. A atenção a esse princípio e o reconhecimento desse primado são pontos fundamentais e inafastáveis em qualquer intervenção político-institucional.

Considera o representante do Espírito Santo que se faz mister a lucidez necessária, "visando a conciliar, no diálogo dos dois Partidos, a irreversibilidade revolucionária com a nova estratégia da honrada Oposição".

## MOTIVAÇÃO

— Se o MDB, na legislatura que está terminando, tivesse tido a representação que conquistou agora no pleito, o que teria podido fazer?

— Não sabemos. Mas sabemos que a Arena teria tido mais motivação, menos otimismo, e por isso mais pugnacidade perante a pos-

tulação eleitoral, através da valorização do Legislativo. Ficou demonstrado que o povo sempre esteve atento à atuação dos parlamentares e a prova disso está no fato de que, enquanto o MDB, além de eleger 16 senadores, reelegeu, praticamente, todos seus deputados, nos quadros da Arena houve renovação quase absoluta, faltando pouco para perder a maioria na Câmara — afirmou o Sr. Eurico Resende.

Indagado sobre a possibilidade de o MDB pedir CPI no próximo ano, o vice-líder da Arena disse que poderão ser feitas as investigações "se houver necessidade, isto é, se ocorrerem motivações sérias".

Na sua opinião, "não há lições para a Arena tirar do pleito, mas sim, prosseguir o Governo nos seus esforços para melhorar as condições de vida do povo, meta que vem sendo obsessivamente perseguida e que, de alguns meses a esta parte, sofreu a incidência de fatores internacionais, fora do nosso controle".

## MUNIÇÃO

— O povo não compreendeu o problema do custo de vida — disse o Sr. Eurico Resende, a propósito da "grande arma disparada pelo MDB, sem esgotamento de munição, durante toda a campanha eleitoral". Acrescentou o vice-líder do Governo:

— O povo não teve paciência para esperar o resultado das medidas adotadas pelas nossas autoridades, com o objetivo de atenuar ou conter a alta dos preços. A tônica da mensagem oposicionista não saiu daqueles limites e isso conduziu o eleitorado a votar contra, simplesmente contra.

# Arenistas buscam causa do malogro

E.S.P.-19-11-74

Enquanto as apurações prosseguem em todo o País, líderes arenistas já comentam a derrota, pedindo, inclusive, a renúncia do seu presidente, senador Petronio Portela, como é o caso da candidata Sandra Cavalcanti, a mais votada na Guanabara para a Assembléia Constituinte. Outros, como João Cleofas, denunciam que arenistas entraram em "melancólicas composições com nossos adversários". Já o economista Aluizio Campos, candidato ao Senado pela Paraíba, entende que o quadro eleitoral de seu Estado demonstra ter havido "desliza-

da traição e venalidade por parte de alguns líderes arenistas". A derrota é consequência da falta de unidade de comando da Arena — disse — que por sua vez gerou a desintegração do partido. O presidente da Câmara dos Deputados e candidato à reeleição pela Arena do Ceará, Flavio Márcilio, atribuiu à má condução da cúpula arenista o insucesso dos candidatos de seu partido nas eleições para o Senado Federal.

No entanto, o senador Jarbas Passarinho, candidato à reeleição pelo Pará, acha que a Arena deve, imediatamente após

os resultados das urnas, esclarecer o povo, lutando por condições de justiça social mais claramente definidas no programa do governo, "pois está provado que não basta crescer materialmente". Dentro deste mesmo espírito, o deputado José Carlos da Fonseca, candidato ao Senado pelo Espírito Santo, depois de afirmar que não acredita numa reviravolta capaz de lhe assegurar a vitória, disse que "estamos diante de um fenômeno social muito mais importante do que o simples episódio eleitoral", embora considere ainda prematura qualquer

análise mais profunda.

O líder da Arena na Câmara, deputado Cello Borja, advertiu, porém, que a análise do pleito poderá indicar que as esquerdas estão de fato representadas no novo Congresso. Observou ainda que a situação deve ser examinada com atenção, tendo em vista as três oportunidades em que os comunistas tentaram a conquista do poder: em 1935, de armas na mão, em 1945, aliando-se a um ex-ditador, e no período que antecedeu a revolução de 1964, promovendo agitação social.



ESTADOS	SENADO 22/11					
	ARENA		MDB		BRANCOS	NULOS
ACRE	Kalume	20.660	Sena	23.451		
ALAGOAS	Vilela	123.026	M. Falcão	95.070		
AMAZONAS	Brito	43.775	Carreira	71.888		
BAHIA	Vianna Fº	510.254	Sampaio	293.259		
CEARÁ	Távora	364.582	Benevides	424.461		
ESP. SANTO	Fonseca	159.350	Cardoso	198.609		
GOIÁS	R. e Silva	268.721	F. Barbosa	374.151		
GUANABARA	Gama Filho	469.378	Danton	1.150.983	124.497	183.683
MARANHÃO	La Rocque	40.670	—			5
M. GROSSO	Canale	175.308	Bezerra	150.553		
M. GERAIS	J. Augusto	789.257	Itamar	1.113.710	241.118	264.052
PARÁ	Fassarinho	150.587	Nascimento	86.764		
PARAÍBA	Campos	231.152	Carneiro	257.385		
PARANÁ	Mansur	680.332	L. Chaves	993.642		
PERNAMBUCO	Cleofas	456.485	Freire	546.408		
PIAUI	Portella	67.903	Veloso	27.395		
R.G. NORTE	D. Marinho	209.622	Agenor	255.636		
R.G. SUL	Jost	892.190	Brossard	1.376.030	193.911	102.475
R. JANEIRO	Torres	400.721	Saturrino	688.946		
SÃO PAULO	C. Pinto	1.547.201	Quércia	4.378.008	403.056	311.769
S. CATARINA	Silveira	471.198	Vieira	543.140		
SERGIPE	L. Maciel	70.120	Gilvan	93.435		

ESP. 01-12-74

## PASSEATA SUSPENSAS

O delegado seccional de Polícia de Franca, cumprindo determinação geral do ministro da Justiça, suspendeu a passeata, anteriormente autorizada, que o MDB pretendia realizar ontem, naquela cidade, para festejar a vitória de seus candidatos no último pleito.

Para explicar sua decisão, o delegado divulgou os termos de comunicado recebido do secretário da Segurança Pública e do delegado-geral e alusivo à determinação ministerial.

O chefe local do MDB, Onofre de Paula Trajano, lamentou a proibição da passeata, esclarecendo que se tratava de manifestação de regozijo, não de provocação, pois há cerca de 10 anos Franca não conseguia eleger um candidato à Câmara Federal ou à Assembléia Legislativa.

No dia 16, todavia, o MDB já realizara uma passeata festejando a vitória eleitoral.

## MONITORO COM GEISEL

4-12-74

O senador Franco Montoro confirmou ontem que sua audiência com o presidente Geisel, solicitada há mais de um mês, será realizada hoje, às 18 horas, no Palácio do Planalto. O motivo do encontro, segundo explicou, prende-se unicamente à sua intenção de entregar ao chefe do governo um exemplar de seu mais recente livro, "Da Democracia que temos para a Democracia que queremos".

Segundo foi acertado na manhã de ontem entre o chefe do Gabinete Civil, ministro Golbery do Couto e Silva, e o senador Montoro, a oportunidade não se prestará para maiores entendimentos ou trocas de opinião a respeito da realidade política ou do resultado das últimas eleições.

### DIALOGO

Franco Montoro está consciente da necessidade de não precipitar nada, em especial de não aparecer como um agitado oposicionista em busca dos detentores do poder. Isso ele salientou ontem, após confirmar a audiência, dizendo que levará ao presidente da República uma crítica, pois seu livro não significa outra coisa. Apenas, sentiu haver

clima para que as críticas sejam honestamente colocadas diante dos responsáveis pelo País, com a finalidade de alertá-los.

"Eu jamais tomaria a iniciativa — frisou o senador — de pedir uma audiência aos membros do governo passado, pois todos sentiamos a decisão do monólogo, partida do próprio ex-presidente Médici. Agora, porém, os tempos são outros e o presidente Geisel tem enfatizado, por palavras e por atos, a importância do diálogo com as forças políticas, no sentido de ouvi-las e procurar uma diretriz que represente as necessidades do País, não as suas concepções pessoais. Por isso, senti-me estimulado a procurá-lo."

## ULISSES E O PREFEITO

4-12-74

O presidente nacional do MDB, deputado Ulisses Guimarães, não indicou ao futuro governador de São Paulo o nome do deputado federal arenista José Roberto Faria Lima para a Prefeitura de São Paulo, nem outro nome qualquer. E se tal lhe fosse pedido, não indicaria nem sugeria nome algum.

## O MDB E O GOVERNADOR

4-12 As posições diferentes de Paulo Egydio Martins, futuro governador, e do MDB, partido majoritário na próxima legislatura, levam a crer que haverá de parte a parte o interesse de chegar a uma composição amigável. O que parece difícil, nestes dias de expectativa, é o primeiro passo.

## REAJUSTE SALARIAL 4-12

Afirmando que "é preciso que haja desenvolvimento da riqueza para que haja distribuição", já que "é impossível distribuir miséria", o titular da recém-criada Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, João Jesus de Salles Pupo, anunciou ontem a nova política governamental referente aos reajustes salariais e ao desenvolvimento do mercado de mão-de-obra. Segundo afirmou, os reajustes "passarão a ser regulados segundo formas matemáticas e com base em pesquisas periódicas sobre a situação econômica do país". O novo sistema baseia-se em três princípios fundamentais: conter a inflação; manter a participação do assalariado no produto nacional; e oferecer emprego a todos os brasileiros.



# MILITARES GARANTEM EMPENHO DEMOCRÁTICO

ESP. 28-11-74

O orador oficial da cerimônia em homenagem aos mortos da Intentona Comunista de 1935, brigadeiro Oswaldo Terra de Farias, fez ontem, em nome das Forças Armadas, o primeiro pronunciamento oficial sobre as eleições de 15 de novembro, nas quais o partido da oposição foi amplamente vitorioso.

Nossa presença, a cada 27 de novembro, junto ao tumulto dos companheiros sacrificados neste dia, em 1935, tem sentido de homenagem, gratidão e persistência. Homenagem ao sacrifício supremo de empenho da própria vida, na defesa dos valores morais e tradicionais na nacionalidade brasileira.

Persistência na evocação do episódio, para que não se esmaça no tempo nem se minimize no conteúdo, a grandiosidade de um momento e o valor dos protagonistas, que o tornaram, para sempre, marco indelével de nosso processo histórico-cultural.

O dinamismo da história, que a concepção "toynbeiana" reduz a um esquema-tipo, sintetizado no binômio desafio-resposta, o desafio de 35 foi cruel, ensejando a explosão de certos comportamentos humanos, que feriram, frontalmente, os mais predominantes atributos do caráter brasileiro. A resposta, por sua vez, escudada em legítima reação de defesa, foi grandiosa e heróica, justificando esta permanente peregrinação evocativa, como símbolo de nosso respeito aos que tombaram e de total repúdio ao sistema que se pretendia implantar.

Mas, se o sacrifício foi grande, o exemplo excedeu-lhe em

dimensão, gerando reações coerentes em sucessivas e espontâneas manifestações políticas do povo brasileiro. Em 35, contra o comunismo; em 42, contra o nazifascismo; em 64, contra a desagregação social, cuidadosamente planejada para nova investida extremista.

Em todas estas emergências, sem exceção, cerraram fileiras povo e Forças Armadas, que sendo povo, por excelência, representam, neste País, exemplo democrático de mobilidade social ascendente, oferecendo a todos os brasileiros igualdade de oportunidades na composição de seus quadros, permitindo-lhes atingir os mais altos postos da hierarquia militar, livres de quaisquer injunções, que não sejam as da sua própria capacidade.

Foi, exatamente, na identificação povo-Forças Armadas que o movimento de março encontrou alicerces para lançar as bases de um processo pedagógico-corretivo de comportamento, visando canalizar para o leito das divergências democrático-constitucionárias, que são válidas e desejáveis, as energias dispersas na esterilidade da satisfação de interesses pessoais ou de contestação ao regime, que não nos conduzem aos grandes objetivos nacionais, meta maiúscula da política e da estratégia.

Se, de início, os adeptos do

liberalismo incondicional — cujo declínio se acelera em escala mundial — não se conformaram diante das naturais restrições do processo pedagógico-corretivo, compreendem hoje a lenta e segura ascensão do liberalismo pragmático brasileiro, harmonizando em dimensão social, desenvolvimento e segurança, liberdade e responsabilidade, produção e trabalho, educação e emancipação, em decidida perseguição do objetivo maior — o bem comum.

E o compreendem, diante dos pronunciamentos de estadista com que v. exa., senhor presidente, dignifica a mais alta magistratura brasileira, apontando aos organismos partidários as graves e amplas responsabilidades que lhes cabe no Brasil novo, como catalisadores de opinião. Diante das medidas concretas, de grande alcance social, em que v. exa. corrige rumos estratégicos em áreas sensíveis. Diante, ainda, da regularidade com que a Revolução vem cumprindo o calendário cívico de renovação política, em todos os escalões, possibilitando o surgimento de novas lideranças. Neste particular, o último evento, — estimulado, pessoalmente, por v. exa. e exemplarmente conduzido pelo poder competente — reafirma os ideais da Revolução de Março, enunciados no limiar da nova era de 64, que encerrou período de flagrante ocaso do princípio de autoridade.

Ali, então, se estabeleceram, como pontos de honra do movimento recém-instalado, objetivos políticos, econômicos, psicossociais e militares, em perfeita consonância com o que há de mais autêntico no caráter brasileiro.

E um a um, eles vêm sendo atingidos, ampliados e novamente perseguidos, num processo dinâmico de conquista e reformulação de objetivos nacionais atuais com que o poder nacional se reestrutura e revigora, para vãos mais altos em busca dos sempre ambicionados objetivos nacionais permanentes.

No elenco de tais objetivos, a democracia ocupa lugar de destaque, pelo que representa de defesa das forças espirituais, em luta contra as ambições do materialismo; de primado do indivíduo sobre o totalitarismo desumano, de direito de escolha, contra a opção única; de diálogo construtivo, com base na força das idéias, contra o monólogo opressor das idéias-força.

Ela tem sido uma filosofia de governo, ao longo de nossa evolução política. Em sua defesa levantaram-se, em sucessivos episódios, as expressões mais vivas de nossa nacionalidade, representativas de todos os campos de poder, crescendo páginas épicas, como as que nos legaram os mártires que hoje reverenciamos.

Companheiros de 35. Passados tantos anos de vosso holocausto, continuam vivos, na mente dos brasileiros, os mesmos ideais que vos inspiraram. Continuam íntatos os elevados propósitos do povo e das Forças Armadas, que juntos desencadearam, neste País, o mais profícuo trabalho de recuperação moral, política, econômica e social dos últimos tempos.

Permanecem vigilantes os mecanismos de defesa do regime, aptos ao desencadeamento da dinâmica desafio-resposta, toda vez que os valores básicos que elegemos como nossos possam ser ameaçados por forças desagregadoras.

## Exaltada a tradição legalista das Armas

"As Forças Armadas do Brasil têm tradição legalista e formação eminentemente nacionalista. Já se recusaram a servir de capítas do mato em defesa do regime escravagista. Não se prestam a pretorianismo meramente policial, até porque sua verdadeira função precípua consiste em serem guardiães dos interesses nacionais". A declaração foi feita ontem na Câmara pelo deputado Alencar Furtado (MDB-PR), para quem

o interesse nacional exige "uma ação comum pela auto-determinação, justiça social, liberdade, democracia e desenvolvimento".

"A nacionalidade — frisou o parlamentar — não se constrói na grandeza dos sonhos dos seus filhos, com o País crescendo para o desenvolvimento estrangeiro contínuo. Um enriquecimento setorial não é brasileiro, quando vemos milhões de desempregados, esfaimados

ESP. -04-12-74

e doentes, constituindo-se em legiões imensas de desesperados e, de outro lado, o enriquecimento do Estado, de braços com o progresso econômico de minorias agraciadas".

Alencar Furtado analisou também os principais objetivos de seu partido: "A nossa ação política investe contra a divisão internacional do trabalho, condena as ditaduras envilecedoras, bem como as suas distorções que imoralizam. Combate o paternalismo do livre-cambismo, o subdesenvolvimento economi-

co, o imperialismo apátrida e prepotente e a rapinagem dos trustes que se erigem em superpotências dentro dos países, dominando-os política, econômica e militarmente".

O parlamentar denunciou também a ação das grandes oligarquias, os grupos econômicos estrangeiros que se apropriam de pontos vitais da economia, lembrando que "o povo repressado nos seus anseios mais legítimos, sempre apola os que com ele se identificam".

## POSICÃO MILITAR AGRADA POLITICOS

ESP. 29-11-74

O pronunciamento do brigadeiro Oswaldo Terra de Farias por ocasião do 39.º aniversário de comemoração da Intentona Comunista, defendendo as bases de um "liberalismo pragmático brasileiro", teve repercussão intensa e favorável no Congresso Nacional e em outros

setores políticos do País. Do presidente da Câmara dos Deputados aos representantes do grupo "autêntico" do MDB, as observações salientavam que as colocações do chefe do Estado-Maior do Comando Geral do Ar atendem aos pontos de vista anteriormente expressos

pelo presidente Geisel, no sentido do retorno ao Estado de Direito de forma progressiva.

No Senado, por deliberação unânime de seus membros, o plenário aprovou o requerimento subscrito pelos senadores Lourival Batista (Arena-SE), Antonio Carlos Konder Reis

(Arena - SC) e Ruy Santos (Arena - BA), solicitando a transcrição nos anais do pronunciamento do brigadeiro Oswaldo de Farias.

Para os observadores políticos de Brasília, o impacto produzido pelo discurso do chefe militar no dia 27 foi semelhan-



te à sensação decorrente dos resultados da eleição de 15 de novembro, e seu principal efeito foi desanuviar o clima de expectativa criado em seguida ao triunfo do MDB nas urnas, com relação aos rumos reservados à política.

Embora a satisfação fosse geral, ontem, no Congresso, entusiasmo maior era manifestado por parlamentares do MDB, enquanto a grande maioria dos arenistas, notadamente no Senado, se mantinha em atitude de cautela, como se houvesse orientado da liderança partidária para que o assunto fosse tratado com cautela. O próprio presidente da Arena, senador Petronio Portella, limitou-se a dizer que tem por hábito não comentar discursos de autoridades militares, não pretendendo modificar esse comportamento.

Menos reticente a respeito do discurso em que foi externado o pensamento das Forças Armadas mostrou-se o senador José Barney, da Arena maranhense, para quem o discurso do brigadeiro Terra de Farias reflete o grau de receptividade das Forças Armadas aos reajustamentos que o presidente da República vem promovendo nos setores político, econômico e social do País.

O líder da Arena na Câmara, deputado Celio Borja, lembrou que em cada época há uma resposta aos desafios, frisando que, se em 1935 o repúdio à sublevação comunista foi um, hoje, por formação cívica

e cultural o povo brasileiro continua repelindo os extremismos de qualquer natureza. Nesse contexto, esclareceu, o pronunciamento do chefe do Estado-Maior do Comando-Geral do Ar reafirma os compromissos com a democracia como regime político e forma de organização social. No entender de Celio Borja, ficou claro o respeito e o acatamento de toda a Nação ao presidente Geisel, com o recente episódio eleitoral significando a superação de uma etapa para a consolidação do compromisso democrático brasileiro.

Entre as lideranças arenistas no Senado, a opinião é a de que as considerações feitas pelo brigadeiro Terra de Farias surgem como antecipação do anunciado pronunciamento do presidente da República. Por isso mesmo, observou o vice-líder Eurico Rezende, o discurso do chefe militar assume grande importância.

Na oposição, a manifestação do representante das Forças Armadas foi bem recebida por todos os lados. O senador Franco Montoro, de São Paulo, considerou o acontecimento mais auspicioso dos últimos anos e destinado a produzir efeitos positivos no processo político e a obter repercussão positiva até mesmo no exterior. O senador paulista assinalou que começam a se acumular evidências de que, finalmente, a Revolução estaria pondo em prática as promessas de recuo com o Estado de Direito, embora ainda não tenha ficado perfeitamente concei-

tuado o alcance da expressão "liberalismo pragmático", empregada pelo brigadeiro Terra de Farias.

"As Forças Armadas do Brasil, na palavra de seu líder, acabam de reafirmar os ideais que o nosso partido tantas vezes proclamou e que as urnas defenderam", declarou o líder do MDB, Laerte Vieira, ao comentar ontem na Câmara o discurso do brigadeiro Terra de Farias. Ele disse que "a democracia brasileira está do parabéns" e destacou do discurso do brigadeiro trecho em que não só se exaltava a união que deve existir entre as Forças Armadas e o povo, como dizia da importância dos organismos partidários para a vida do País, e de suas responsabilidades.

Já o secretário-geral do MDB, deputado Theles Ramalho, frisou que "o discurso em que as Forças Armadas assumiram sua posição, em presença do presidente da República, significa um propósito institucionalizador da Revolução de 1964, a exemplo do que se verificou com a Constituição castelista de 1937, posteriormente destituída pela incorporação de dispositivos estranhos ao espírito que a criou". O deputado Fernando Lyra, por sua vez, observou que, historicamente, tem sido uma tradição das Forças Armadas, no País, não agir em desacordo com o pensamento popular. E destacou pontos do discurso do brigadeiro que, a seu ver, mantêm afinidade com o anseio democrático manifestado pelo povo a 15 de novembro.

Se o aspecto político do pronunciamento do chefe do Estado-Maior da Aeronáutica ganhou as maiores atenções dos parlamentares que o analisaram, para o deputado Cláudio Dias um ponto mereceu especial destaque: aquele em que é destacada a importância da democracia como objetivo nacional permanente, "pelo que representa em defesa das forças espirituais em luta contra as ambições do materialismo". Confessando-se espiritualista, o parlamentar da oposição destacou que, com base em tais pressupostos, o Brasil poderá dar cumprimento à sua missão de oferecer uma síntese do pensamento político, econômico e social, repudiando a um só tempo os extremos do capitalismo anticomunista e do comunismo alienado.

**EM SÃO PAULO**

O presidente do MDB paulista, Lino de Matos, afirmou em nota à imprensa: "Entendo que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica apoiaram, sem restrições, os resultados do último pleito eleitoral. Apoio de maneira muito clara e objetiva, conforme se depreende do discurso do brigadeiro Oswaldo Terra de Farias".

Observa o dirigente emendebista que "os que militam na política tiveram nessa atitude das Forças Armadas uma autêntica ratificação da sua indispensabilidade da vida pública". Na sua opinião, isso significa o "reconhecimento dos erros cometidos nos julgamentos temerários contra o político".

**NOVO CONGRESSO RECEBERÁ PLANOS**

Editorial do E.S.P.- 04-12-74

BRASÍLIA — O governo aproveitará o período que vai do encerramento da atual sessão legislativa, amanhã, até a abertura dos trabalhos da próxima legislatura, em março do ano que vem, para elaborar as bases de um plano político capaz de ser gradativamente aplicado e promover, com o tempo, o aprimoramento do regime. O projeto poderá estar esboçado em suas linhas principais no momento em que o novo Congresso começar a funcionar e será oferecido ao debate parlamentar por meio das lideranças da Arena. Não se tratará de fórmula estereotipada e final, para ser imposta ao Poder Legislativo, senão de sugestões referentes ao comportamento político, às reformas legais e até às emendas constitucionais que poderão ser votadas no correr dos próximos anos. Um roteiro preliminar, apenas.

Trabalharão no plano, obviamente, o presidente Geisel, o ministro Golbery do Couto e Silva e o ministro Armando Faria das, com toda certeza, serão chamados a colaborar, nesta primeira fase, os líderes da Arena e o presidente do partido, bem como os futuros

presidentes da Câmara e do Senado, pois a definição em torno de seus nomes não deverá demorar muito, saindo antes do fim deste ano ou nos primeiros dias de janeiro. Assim, aos já citados se reunirão Celio Borja, Petronio Portella e, quem sabe, Daniel Krieger, Bias Fortes Filho, Magalhães Pinto, Luis Vianna Filho e outros. A presença de Petronio Portella é garantida, pois, mesmo que não continue na liderança do governo no Senado, até setembro será o presidente da Arena. Celio Borja também, pois ou continuará líder na Câmara ou irá presidir aquela Casa. Daniel Krieger, Magalhães Pinto e Luis Vianna Filho são os nomes mais prováveis para a presidência do Senado e a liderança do governo na Câmara Alta.

**Atos Institucionais continuam em vigor**

Do plano faltam maiores detalhes. Não se torna difícil, porém, prever os seus limites: não se tratará de um modelo institucional completo e capaz de ser aplicado cirurgicamente, mas de um roteiro a ser

proposto ao debate político e, se aprovado ou emendado, em condições de pautar a gradativa tarefa reformista. Não envolverá, de início, a revogação do Ato Institucional n.º 5 ou de outros instrumentos de ação revolucionária.

Alterações no sistema eleitoral, com o estabelecimento do voto distrital; manutenção das eleições diretas para governador de Estado; maior participação da classe política nos debates e decisões do governo; restabelecimento dos predicamentos da magistratura; remodelação da ação participativa, tendo em vista a renovação e o aproveitamento de novas lideranças e a ampliação do diálogo com as forças oposicionistas aumentadas no último pleito são alguns dos itens a constar do plano.

Está o governo atento para as dificuldades políticas do ano que vem, dentro de uma constatação principal: se o aprimoramento do regime era meta fundamental do presidente Geisel, anunciada em seus discursos, agora passou a ser necessidade fundamental. O expressivo protesto do eleito, em parte contra o imo-

**POLITICOS**

bilismo institucional, não pode deixar de produzir seus efeitos. Assim, vê-se o governo premido a aumentar o ritmo de sua programação política, acelerando etapas e ampliando o debate. Tudo isso se houver compreensão e colaboração da classe política, principalmente da oposição, que não poderá admitir contestações ou fornecer pretextos e motivos para um retrocesso.

Uma ressalva, porém, é de antemão colocada pelas principais figuras do comando político oficial: jamais se admitirá que qualquer alteração coloque em risco os pressupostos, as conquistas e as metas da Revolução. Aprimorar o regime não é restabelecer o passado ou muito menos mergulhar num futuro desconhecido. Os instrumentos de defesa do Sistema continuarão presentes: apenas, em futuro ainda não definido, poderão ser incluídos na Constituição. Esta será, no entanto, a conclusão de todo o trabalho anterior, jamais o seu ponto de partida.

C.C.



# ESG inicia estudo do modelo político

E.S.P.-6-10-74

Da Sucursal do Rio

A Escola Superior de Guerra promoverá este mês um painel sobre o modelo político brasileiro. A iniciativa se insere no contexto do debate e da circulação de idéias, em vista da reforma política que se acredita venha a ser realizada ainda na administração Geisel. Os estudos da ESG, de acordo com algumas informações, não se destinam à elaboração de um projeto, mas se colocam como uma contribuição de caráter doutrinário para o debate que a partir do próximo ano poderia ser iniciado no Congresso Nacional.

O painel, que será realizado dia 18, encerrará o ciclo de estudos sobre política interna a ser iniciado amanhã e que não se restringirá exclusivamente às questões político partidárias, mas deverá abranger aspectos da administração e do judiciário, pois se acredita que a reforma preconizada não estará limitada aos aspectos formais dos partidos e do Congresso, mas se estenderá a outros setores.

Por enquanto, só há informações a respeito dos conferencistas e dos temas escolhidos. Mas por eles é possível confirmar-se as previsões de setores parlamentares de que, ao convocar os esforços de imaginação criadora dos políticos, o presidente Geisel não quis referir-se exclusivamente aos aspectos partidários e eleitorais mas, ao contrário, pretende estendê-los a outros aspectos, objetivando uma reforma mais ampla e profunda que, partindo da descentralização administrativa em favor das bases municipais, conduza a uma reestruturação política mais racional e condizente com a realidade brasileira.

Se tais estudos não se destinam à elaboração de um projeto a ser imposto à área política, pelo menos poderão servir de base a um esforço ordenado e racional que permita encontrar um caminho, que, oferecendo estabilidade, se situe também den-

tro da tradição brasileira de representatividade e de respeito aos direitos e garantias individuais, encarados como pressupostos básicos de qualquer regime democrático.

É notório que a democracia se inclui entre os objetivos nacionais permanentes inscritos na doutrina da Escola Superior de Guerra. O que parece sintomático, porém, é que ela se inscreva agora entre os objetivos nacionais atuais, isto é: aqueles que se pensa atingir, a curto prazo.

O que parece sobressair da natureza dos estudos que ali tem sido realizados este ano, dando continuidade aos esforços tentados em 1972 sob o comando do General Rodrigo Octavio, é que chegou a hora de se iniciar a reforma política inscrita entre os objetivos da revolução de 64, deflagrada na verdade para garantir e aperfeiçoar a democracia, e não para suprimi-la.

O ciclo de estudos a se iniciar segunda-feira com uma palestra do futuro vice-governador de São Paulo, professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, a respeito das "Instituições políticas do Estado brasileiro", não constitui um fato isolado. Ele dá sequência ao painel já realizado este ano com a participação do senador Daniel Krieger, do ex-senador Afonso Arinos e do professor e

ex-ministro Roberto Campos, entre outros, e do qual resultaram sugestões pelas quais se previam a substituição dos mecanismos de exceção, contidos no AI-5, por instrumentos legais de contenção das crises políticas dentro dos princípios de normalidade constitucional.

Para o atual ciclo de estudos estão convidados o senador Daniel Krieger, que falará sobre "Sistema eleitoral e representatividade", o deputado Celio Borja, que discorrerá sobre "Participação política", os ministros Rangel Reis e João Paulo dos Reis Veloso e o desembargador Graco Aurelio Vasconcelos. Este último tratará da "Reestruturação do judiciário". Além do professor Alfredo Buzaid, que se encarregará da controvertida questão do "Federalismo brasileiro".

Há, como se vê, variação de tendências por parte dos conferencistas e uma diversidade de temas. E parece sintomático que o painel pelo qual se encerrará o ciclo de estudos seja realizado pelo ministro Reis Veloso, o deputado Celio Borja e o desembargador Graco Aurelio, representando os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e capazes, portanto, de analisar todos os aspectos da questão.

A realização do ciclo foi recebida, nos setores políticos, como um indicio de que se cogita efetivamente da até agora esquecida questão institucional. Sobretudo pela presença do senador Daniel Krieger e do deputado Celio Borja, cujas posições, já reveladas em anteriores conferências na própria ESG e por pronunciamentos no Congresso, oferecem a expectativa de que se cogita para o País de um modelo democrático.

O que se espera agora é que a partir daí se crie uma consciência efetiva da necessidade da reforma e que ela seja debatida em seu foro específico, que é o Congresso Nacional.

Um novo  
"modelo"

institucional  
ESP.-11-10-74

A difundida idéia de que a abertura política pressupõe, no atual momento brasileiro, modificações substanciais na estrutura do Estado gerou uma série de esforços destinados a estabelecer um novo "modelo" institucional. Colocando-se entre os patrocinadores desse tipo de exercício, o futuro governador de São Paulo anunciou o preparo de um esquema por seu companheiro de chapa, professor de Direito Constitucional da Universidade de São Paulo e ex-secretário geral do Ministério da Justiça durante a gestão do ministro Alfredo Buzaid, de quem era assessor direto.

Uma amostra dos princípios que podem informar o modelo em preparo é dada por um trabalho do futuro vice-governador, publicado há dois anos sob o título "A Democracia Possível". Iniciado com uma análise pessoal do que seria um sistema democrático, o livro procura, nas palavras do próprio autor, firmar as linhas gerais de um processo de institucionalização democrática, terminando com a formulação de uma "democracia para o Brasil". Nesse caminho, o professor examina problemas diversos, permitindo que se tenha uma idéia das posições que poderá assumir.

Um estudo que anuncie buscar uma democracia possível já levanta, de imediato, uma dúvida no observador: trata-se de identificar os mecanismos que venham a possibilitar uma democracia plena — um sistema de governo que proteja todos os direitos fundamentais do ser humano, ao garantir-lhe a participação, de forma igualitária, no processo global de tomada de decisões — ou procura-se limitar esse sistema de modo a que, na maneira de pensar do seu autor, um certo número de direitos individuais alcance a sobrevivência? O texto da obra em discussão fornece plenamente a resposta para tal questão.

Nesse sentido, o ex-secretário geral do Ministério da Justiça afirma, por exemplo, que "é realismo, em-





ra antipático, reconhecer que o desenvolvimento induzido, em ritmo acelerado, tem uma contrapartida política". Garante não pretender, dessa forma, sacrificar integralmente a democracia, mas, nas suas próprias palavras, considera que a contrapartida mencionada é, contudo, um certo grau de autoritarismo político, ainda que se conservem as bases democráticas". E, acrescenta, "esse autoritarismo importa, por um lado, no fortalecimento das instituições governamentais", ao mesmo tempo em que "tem outra face, que é uma dolorosa restrição da liberdade individual".

Mas, além de reconhecer, "realisticamente", a necessidade de se limitar a liberdade individual, caso se deseje o rápido desenvolvimento econômico, o professor procura delinear o quadro em que viveria a "democracia possível". Assume, nesse ponto, posições frontalmente contrárias aos sistemas partidários vigentes nas principais nações ocidentais, à existência do Congresso como órgão legislativo e a outros elementos até hoje considerados caracteres essenciais dos regimes em que existem plenamente as garantias aos direitos humanos.

Para substituir o sistema eleitoral, propõe o autor "a estruturação em pirâmide de todo o povo". O Estado tomaria a iniciativa — uma vez que "o brasileiro não tem espírito associativo" — de adotar instrumentos que distribuiriam toda a população em círculos políticos, fixados à medida do homem, ou seja, na base de 200 pessoas por círculo. Tais agrupamentos básicos elegeriam "representantes de primeiro grau", aos quais seriam atribuídas certas funções, entre elas a de eleger "representantes de segundo grau", em um vasto processo que culminaria por "estruturar a democracia numa cadeia de transmissão, cujos elos, de nível para nível, soergueriam os líderes e transportariam, de baixo para cima, as reivindicações, e, de cima para baixo, as justificações".

Qualquer participante do processo político seria, nesses termos, integrado à "pirâmide", concepção que dificilmente se pode considerar desligada de uma origem totalitária, de uma fu-

são do indivíduo no todo. A idéia se liga à preponderância completa conferida ao Executivo, que é um "produto da "pirâmide".

Em função de sua estrutura, o Legislativo é apresentado como "incapaz de atender às necessidades legislativas do Estado moderno". O antigo assessor do ministro Buzaid explica por que: "O livre debate impede o sigilo em decisões que, sem este, seriam inúteis". É assim que o atual Poder Legislativo se vê relegado, na concepção do professor, a um papel de simples fiscalizador. E a missão de elaborar a lei passa a um órgão do Executivo, a um órgão técnico: o Conselho Legislativo, composto por juristas e especialistas, que seria um entre cinco órgãos colegiados, aos quais se atribuiria poder decisório e que estariam integrados ao Executivo. São abolidas assim as instituições até hoje ligadas à partição das funções estatais na forma que até hoje tem possibilitado a existência de democracias. Em seu lugar, surgem as "pirâmides" e os "conselhos técnicos".

Essa concepção serve como um exemplo do que podem oferecer os modelos políticos prontos. Esquecem-se os defensores desse tipo de formulação de que as instituições que regem a vida dos povos são produto de uma realidade. E esta realidade, por sua vez, nos é dada pela História. É exatamente na observação da História brasileira que se distingue, de maneira nítida, uma segura tradição de liberalismo. Presente à estruturação do Estado monárquico surgido em 1822, essa linha pode ser notada nos documentos constitucionais que se lhe seguiram e que deram forma à vida política nacional. Essa linha democrática, de garantia dos direitos humanos básicos, só não está presente em momentos diversos, caso da ditadura estadonovista e de poucas outras fases em que tais direitos foram preteridos à realização de valores outros. E justamente nesses momentos, como no preparo da carta "polaca" de 1937, fez-se mais necessária que nunca a busca de novos modelos, aos quais se procurou adaptar a realidade institucional do País. O objetivo, nessa procura, sempre foi a substituição, por novos organismos, das instituições que tinham como fase necessária para a garantia do mais fundamental dos direitos do Homem: a Liberdade.

## Etelvino e a Institucionalização

E.S.P.-22-11-74

Da Sucursal do  
RIO

O deputado Etelvino Lins manifestou ontem sua convicção de que o resultado das eleições não prejudicará a execução do projeto de institucionalização, "entendo, ao contrário, que a revolução estará sujeita a riscos se retardar esse projeto". Não vacila em atribuir "a demora da institucionalização, e em razoável índice, o resultado do pleito".

Ao analisar, em mesa-redonda no Clube dos Reporteres Políticos, o resultado das eleições, Etelvino Lins disse que o presidente da República colheu dados para orientar o projeto político que a seu ver, na hora oportuna, será apresentado ao Congresso Nacional. Acredita que "antes do plebiscito o projeto seria um e agora será outro, sem quebra, é óbvio, das diretrizes invariáveis que asseguram a permanência do clima de ordem e tranquilidade que o povo exige para a prosperidade e o desenvolvimento do País".

### Plebiscito

Para Etelvino Lins o pleito assumiu aspectos de verdadeira consulta plebiscitária em que o grande vitorioso foi o presidente Geisel, "pelo clima de garantia e ordem que soube oferecer ao livre pronunciamento popular". Destaca que não é outro julgamento, que classifica de "sereno e patriótico" dos líderes do MDB, "eles próprios surpreendidos com a ampla votação obtida".

A seu ver, é o resultado desse plebiscito que vai constituir a grande preliminar do projeto político que a Revolução há de apresentar oportunamente ao Congresso". Tudo se desenvolveu, não tenhamos dúvida, dentro dos princípios de Estado-Maior com que o presidente da República costuma marcar os seus rumos e as suas decisões".

"O povo — disse — quer que o bolo cresça concomitantemente com a satisfação de suas necessidades imediatas, sem prejuízo da atual estratégia governamental que age e tem de agir em função dos tropeços criados pela inflação interna e das surpresas da inflação importada".

### Paciência

Talvez a explicação mais plausível do resultado do pleito, segundo o deputado pernambucano, foi que a paciência popular abalada pelos sacrifícios com que as classes menos fa-

vorecidas tiveram de contribuir para que a Revolução pudesse enfrentar os erros anteriores a 1964.

No campo político, é indiscutível, a seu ver, que o povo disse não ao processo de escolha indireta dos governadores, o que foi possível, pois esse rumo, em caráter permanente, haveria de nos conduzir, "como frisei em entrevista à imprensa, em julho último, a perpetuidade do AI-5, indispensável que se tornaria a sua força potencial para a escolha tranqüila dos dirigentes dos Estados e para a fiscalização de nossa conduta depois de eleições".

Entende que já não poderá vir o projeto político com aquela diretriz, senão com a escolha direta, prevista já no texto permanente constitucional. "Mas uma eleição direta em que sejam afastados os riscos do revanchismo ou do retorno ao passado, por meio de medidas que pesem em figurar no próprio mecanismo constitucional" — assinalou.

### AI-5

Etelvino Lins insiste na idéia que defende desde janeiro de 1969, sobre o AI-5. Recordava nunca haver falado em seu transplante puro e simples para o contexto constitucional. "Defendi e defendo a atualização do estado de sítio previsto na Constituição Revolucionária que é o mesmo das constituições de 91, 34 e 46. Instrumento anterior à própria revolução soviética e à revolução tecnológica que abala o mundo, impõe-se adaptá-lo à realidade dos nossos dias, a exemplo do que tem sido feito por todas as nações interessadas na preservação de sua estabilidade política". Disse.

Frisa que nenhum risco correrá à Revolução em promover a sua institucionalização, entendendo ao contrário que "ela estará exposta a riscos, se retardar esse rumo".

Atribuiu, em razoável índice, o resultado do pleito à demora em que promover a institucionalização. Pois, a seu ver, ninguém deseja a revogação pura e simples do instrumento excepcional, e sim que ele se esvazie através da incorporação ao contexto constitucional de instrumento enérgico de defesa do Estado de fácil manuseio e aplicação; para a prevenção e repressão de crises. E não é outro a seu ver, o pensamento claro do presidente Geisel em seu discurso-programa de março quando apelou para a imaginação criadora dos políticos.



## O PROCESSO DE ABERTURA: AS INTEÇÕES E OS LIMITES

VISÃO - 09-09-74.

O presidente da República seguiu no plano político, uma orientação que vem de longe, mas que não se impusera até agora por falta de enunciado claro e de executor firme. O que há de novo e importante no discurso do general Ernesto Geisel aos dirigentes nacionais e regionais da Arena, pronunciado no último dia 29, é que a clareza e a coerência do que disse encontram plena consonância na sua evidente determinação de alcançar os objetivos.

Ernesto Geisel reafirmou que o Poder Executivo é o árbitro exclusivo da oportunidade de cada avanço na evolução do regime, lembrando, para eliminar a possibilidade de "falsas interpretações", que para isso está armado dos instrumentos excepcionais, que desta vez especificou. Manteve, porém, a crença de que tais instrumentos serão "superados pela imaginação política criadora". Confirmou, portanto, a técnica gradualista, embora indicando que é necessária maior cautela do que se supunha.

As modificações terão de ser "realistas e oportunas". A velocidade de marcha será determinada pelos obstáculos que só o Governo consegue medir e que, por serem aferidos a cada instante, revelaram a necessidade de que o presidente da República fizesse, agora, o pronunciamento que fez.

### Frases repetidas

O discurso representa uma freagem, sem dúvida. Em compensação, os compromissos do Governo, no campo político, resultaram mais claros: não só prosseguirá esforçando-se para dar à nação o máximo de desenvolvimento possível com o mínimo de segurança indispensável. Mas "deseja mesmo, empenhando-se o mais possível para isso, que esta exigência de segurança venha gradativamente a reduzir-se". Os órgãos de segurança continuarão "no combate perseverante, rigoroso", mas com o limite da repulsa aos "excessos condenáveis" e às "violências inúteis".

O teor do discurso não surpreendeu. Acreditava-se que o presidente, por mais que desejasse uma campanha eleitoral capaz de motivar o eleitorado, precisaria fazer um pronunciamento que alertasse os partidos e os candidatos para a colaboração que deles o Governo espera. Com o discurso o presidente obteria o que o seu líder na Câmara, Célio Borja, ensaiou (Visão, 5-8-74), mas não

conseguiu levar à prática, ou seja, um acordo tácito entre a Arena e o MDB no sentido da realização de uma "campanha construtiva". Mais recentemente, após a v Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil e em face do estímulo que daí receberam as reivindicações de abertura política, já se supunha redobrada a necessidade de uma palavra do presidente para evitar que esse estímulo dominasse a campanha eleitoral — e para tranquilizar os círculos mais inquietos do sistema revolucionário.

As palavras de Geisel devem ser consideradas menos um recado do que uma verdadeira circular — tal a quantidade de destinatários. Ele respondeu a manifestações produzidas pela xxvi Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (Recife), pela v Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (Rio), por um seminário de cientistas políticos (Rio) e por políticos, entre os quais arenistas como o presidente da Câmara, deputado Flávio Marcílio, o senador João Cleofas, o deputado Etelvino Lins e até o senador Dinarte Mariz — este, tradicional praticante da ortodoxia oficialista.

Global ou parcialmente, pregou-se em todas essas manifestações uma revisão institucional para a normalização do regime. Ao respondê-las, Geisel repetiu trechos do discurso proferido na convenção da Arena, em setembro de 1973, quando a sua candidatura foi referendada pelo partido:

"No aperfeiçoamento do regime e, pois, das estruturas pertinentes, *dever-se-á não abdicar das prerrogativas ou poderes que foram atribuídos ao Governo, enquanto essenciais à realização dos objetivos concretos e específicos que lhe cumpre perseguir para a segurança social, econômica e política dos brasileiros.* As modificações necessitam ser realistas e oportunas, com franquias que tenham, como contrapartida necessária, a responsabilidade efetiva, e corresponder incontestavelmente à nossa índole e à *vontade política da nação, interessada, sobretudo, em que não se quebre o clima de tranquilidade indispensável ao pleno rendimento do seu labor ordenado e construtivo.*"

Conforme se registrou na época, não apenas o pensamento, mas frases inteiras (as grifadas acima) desse trecho correspondem ao que dissera no dia 3 de julho de 1972 o então presidente Medici, no discurso com que inaugurou a sede do Ministério da Justiça, em Brasília. A coincidência se explica — parece evidente — por

ser esse o pensamento institucional da elite militar. Essa orientação, que consubstanciaria um programa político cuidadosamente preparado, encontra no presidente Geisel um executor que não só a torna absolutamente nítida, como assume, na área política — na área do chamado sistema e na das elites civis —, a liderança indispensável para o êxito da missão.

No discurso aos dirigentes da Arena, agora, o chefe do Governo renovou enfaticamente essa diretriz, dando-lhe nova formulação depois de citar, ainda, o que dissera a respeito durante a primeira reunião do seu Ministério, no dia 19 de março, quando convocou o exercício da "imaginação política criadora". Completou-se assim, ao longo de três discursos — quase didaticamente —, a definição política do Governo.

### O limite indefinido

Em resposta às manifestações "que tendem a perturbar a vida da nação", Geisel declarou que o seu Governo "acolhe, com interesse, os debates e as discussões sobre a problemática política brasileira". Advertiu: "Não aceita, porém, nem poderia admitir jamais, pressões indevidas ou campanhas reivindicadoras de indivíduos ou de grupos quaisquer, que, sob variados pretextos, empunhando até mesmo a bandeira de nobres ideais e valores eternos, pretendem forçar mudanças e revisões inconvenientes, prematuras ou imprudentes, do quadro político nacional".

Não está aí uma condenação à Ordem dos Advogados, à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência ou ao seminário dos cientistas políticos, nem a qualquer dos parlamentares, muitos dos quais bem relacionados no Palácio do Planalto. Inclusive, um deles — o senador Daniel Krieger — falou recentemente no plenário insuspeitável da Escola Superior de Guerra. Trata-se de um ato político de liderança bem instrumentada, que precisa deter, permanentemente, o controle direto e vigoroso do processo de distensão. A intervenção antecipada do presidente da República põe água na fervura, mas não desmancha, de modo algum, a promessa de distensão.

Apenas uma coisa restou indefinida: o limite entre oposição e contestação, que é, realmente, impossível de definir, pois varia na dependência de problemas por vezes só perceptíveis para o Governo — dono do termômetro das dificuldades do processo. Agora, por exemplo, esse limite está aquém de onde estava antes do discurso presidencial de 29 de agosto.



# Ferreira Filho e a redivisão de poderes

ESP.-08-10-74

Da Sucursal de RIO

O professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, futuro vice-governador de São Paulo, defendeu ontem, em conferência na Escola Superior de Guerra, a revitalização do Senado Federal, preconizando sua transformação em órgão coordenador dos Estados e defensor da autonomia estadual, de maneira a compatibilizar o federalismo com as necessidades do desenvolvimento. Entende que o Senado, na evolução do federalismo brasileiro, terminou por se transformar numa segunda Câmara de moderação, o que não preenche sua função federativa.

A conferência, classificada de reservada, abriu o ciclo de estudos de política interna, promovido pela ESG. O professor Manoel Gonçalves sugeriu que a clássica separação de poderes entre Executivo, Legislativo e Judiciário, seja transformada em "Governo, Parlamento e Judiciário". Significaria, isso, que o governo seria basicamente o coordenador das decisões gerais, em nível político, e o Parlamento seria principalmente o órgão de controle e fiscalização, sem que isso representasse, porém, uma abdicção de sua função legislativa.

Analisando as atribuições de poder, observou que o conceito de Estado sofreu modificações, passando do Estado "gendarme" para um tipo de Estado cuja função não é de permitir fazer, mas coordenar a ação, tendo em vista o interesse coletivo. Acrescentou que, por isso, a mudança nas atribuições do poder conduz à necessidade de modificações no sistema de representação. Daí sugerir, como forma de aproximar os candidatos dos eleitores e, conseqüentemente, uma maior identificação dos problemas, o voto distrital, misto, pelo qual se garantirá, igualmente, a representação proporcional. Fórmula, por sinal, já prevista no texto da emenda constitucional n.º 1, ao permitir que a representação poderá exercer-se pelo voto majoritário e proporcional.

## DIVISAO

Manoel Gonçalves entende que o sistema clássico de separação de poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário — vigente na estrutura econômica liberal, já não cabe. A necessidade de programar o desenvolvimento mediante intervenção do Estado na economia, obriga a uma maior velocidade nas decisões, que dificilmente se conciliam com o sistema clássico de separação de poderes. Sugere, portanto, que,

em função das necessidades de desenvolvimento e da velocidade nas decisões, exigida pela dinâmica do mundo moderno, se promova uma reformulação na separação de poderes, que, a seu ver, deveria ser: Governo-Parlamento-Judiciário.

Ao Governo caberia a coordenação e a tomada de decisões gerais, oferecendo-se, em contrapartida, ao Parlamento, a função principal de órgão de controle e fiscalização de todos os atos exercidos pelo governo, sem que isso implique, em absoluto, na abdicção de sua função legislativa e legitimadora dos atos exercidos pelo outro poder.

Reconheceu, o professor, que o federalismo brasileiro vem sofrendo alterações, em razão das próprias modificações na estrutura do poder, decorrente do desenvolvimento. O Senado Federal, por exemplo, apesar de sua missão constitucional de representação dos Estados, transformou-se numa segunda Câmara de moderação, o que, embora não considere ruim, não preenche sua função federativa.

É de opinião que o Senado deveria ser revitalizado como órgão de coordenação dos Estados e de defesa da autonomia estadual, compatibilizando, dessa forma, o federalismo com a necessidade de coordenação do desenvolvimento.

# Falcão nega intenção de reformar a Constituição

ESP.-28-09-74

O ministro Armando Falcão desmentiu formalmente, ontem, que esteja nas cogitações do governo a reforma da Constituição nesse momento. Falcão rotulou de mera "fantasia" algumas informações divulgadas pela imprensa e que chegam a estimar data de entrada em vigor da futura carta — 15 de março próximo.

Entretanto, fonte autorizada esclareceu que o governo chegou a pensar nessa reforma, que teria como ponto principal a incorporação de dispositivos do AI-5. Mas a idéia acabou sendo abandonada — por tempo indeterminado — e o problema constitucional passou a "secundário".

Com a clara definição dos chamados objetivos nacionais e uma estratégia de ação já de-

lineada, essa reforma pode ser adiada. Por outro lado, a incorporação mesmo que parcial do AI-5 traria problemas. Caberia, de acordo com observadores governamentais, a interpretação de uma espécie de "manifestação de força", e os dispositivos acrescentados à carta passariam a ser vistos de uma maneira sistemática e se chocariam com a própria Constituição em vigor. Poderiam ainda surgir reações, principalmente no Poder Judiciário. Assim, o problema mereceria uma análise mais detida, além de um momento mais adequado para ser definido, especialmente por tratar-se de um ano de eleições parlamentares, além das mudanças que serão previstas após a posse dos fu-

turos governadores.

Vários juristas brasileiros já criticaram a quase "tradição" de se alterar a Carta, o que é visto pelos observadores como indicativo de um país ainda não estabilizado. E ocorre que, na grande maioria das vezes, essas reformas são superficiais, constituindo-se, praticamente, no acerto de mecanismos legais para adaptação a situações novas.

Esse problema está diretamente ligado também à filosofia política da Carta brasileira, que trata de matéria não essencialmente constitucional na substância de algumas matérias. Esse tratamento ocasiona as alterações, ao mesmo tempo em que impede o desenvolvimento de vários assuntos, que ficam limitados por lei.

Segundo os teóricos de Di-

reto Constitucional, cabe à Carta exibir a estrutura do Estado, o regime político o tipo de governo, a divisão de poderes, sua competência e atribuições, além de uma declaração de direitos políticos e sociais. Essa seria uma Carta sintética e de caráter permanente dentro de uma situação política estabilizada e definida.

O Brasil, entretanto, se definiu por um tipo de Carta mais minuciosa, o que atrai as mudanças naturalmente. Embora o governo desminta desse momento a sua reforma, essa atitude não poderá se estender por muito tempo, pois alguns dos programas em marcha dependem formalmente de mudança. E um dos principais é a própria reforma do Judiciário, já encampada pelo presidente Ernesto Geisel.



# AS F.FAA.

JORNAL DO BRASIL-27-10-74

BUENOS AIRES — Na reunião do Alto-Comando

Militar brasileiro de 10 de junho de 1974, o presidente Ernesto Geisel definiu suas diretrizes para as Forças Armadas recomendando, segundo a sumula oficial, que se desse preferência à aquisição de material da indústria brasileira.

Gastos Militares — (Milhões de Dólares)

País	País				Total
	1962	1967	1971	1974	
Argentina .....	410	418	392	600	1.820
Brasil .....	399	750	1.100	1.100	3.340
Chile .....	160	190	310	164	834
Colômbia .....	60	65	180	80	385
Peru .....	70	140	180	200	590
Venezuela .....	114	162	227	300	803

(De "Estratégia", revista do Instituto Argentino de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais — Maio-junho de 1974).

O Brasil adquiriu, nos últimos três anos, 45 aviões caça-bombardieiros Northrop F-5 subsonicos adaptáveis a supersônicos, dos Estados Unidos; foguetes "Cobra"; novos helicópteros e outros materiais que foram exibidos em manobras ostensivas, realizadas no Rio Grande do Sul, onde se mostraram, ainda, transportes blindados X-1, de fabricação brasileira, semelhantes ao M3-A1 norte-americano.

As estatísticas revelam, ainda, o distanciamento entre o Brasil e seus vizinhos. Ultimamente, e coerente com a tendência observada nas reuniões do presidente com os altos chefes militares, deu-se ênfase especial à fabricação nacional de material bélico, pesquisa, preparação de técnicos e desenvolvimento da indústria de armamentos.

Foi dentro desse contexto que as três armas brasileiras iniciaram planos de construção e desenvolvimento que apresentam, entre outros aspectos, o seguinte panorama:

1 — O Exército produzirá os mísseis alemães "Cobra" em uma fábrica em Minas Gerais. Os mísseis, que serão teleguidados, têm um alcance de dois quilômetros e poderão ser montados sobre veículos, especialmente carros de combate.

2 — Um decreto do presidente Ernesto Geisel, de 13 de setembro, criou o Centro de Mísseis da Marinha, que ficará diretamente subordinado à Diretoria de Armamentos e terá a função de manter, reparar, montar, testar e armazenar os foguetes da Armada Brasileira.

Os mísseis que equiparão seis novas fragatas — além do armamento restante, torpedos, canhões MK-8 e L-70, de 40 milímetros, lança-foguetes SA'S Bofors 375 milímetros, entre outros — impuseram à Marinha a opção por novas técnicas de operação e manutenção.

As seis fragatas, duas delas construídas no Brasil e as demais na Inglaterra, pesam somente 3.500 toneladas cada uma, mas têm grande capacidade de combate, dado o armamento de que dispõem. Os foguetes que serão montados nas fragatas são de três tipos: o modelo francês "Exocet", para operações superfície-superfície; o "Sea-cat", inglês, para superfície-ar; e o "Ikara", australiano, para combate anti-submarino.

Ao mesmo tempo, no campo dos foguetes de finalidade científica e bélica, anunciou-se o lançamento no dia 13 de setembro, da base de "Barreira do Inferno", Estado do Rio Grande do Norte, de um foguete "Sonda II" inteiramente fabricado no Brasil.

A expansão da indústria aeronáutica brasileira, uma das prioridades principais do governo de Geisel, passou a constituir um problema estratégico imediato para o Brasil. O processo de fabricação de aviões, ininterrupto há uma década, foi intensificado nos últimos tempos.

No dia 27 de agosto de 1969 fundou-se a primeira empresa mista — a Embraer — Empresa Brasileira de Aeronáutica — que, em janeiro de 1970, começou a trabalhar com a capacidade máxima e pôde, quatro anos depois, lançar o centésimo aparelho. O projeto principal é o "Bandeirante 10", um turboélice de transporte (tanto de passageiros como de expedições punitivas) com motores Pratt e Whitney, os mesmos que usa o Boeing. Esse avião está inscrito na aeronáutica militar como C-95; desenvolve uma velocidade de cruzeiros de 530 quilômetros horários, a três mil metros de altura, e tem autonomia de voo de 2.050 quilômetros.

O Ministério da Aeronáutica do Brasil encomendou, inicial-

mente, 80 unidades do "Bandeirante" para o 3.º Esquadrão Aéreo e tira vantagem na substituição das velhas máquinas de fabricação norte-americana. Recentemente, a Força Aérea Chilena se interessou pela compra do "Bandeirante" e do avião de treinamento "Uirapuru", também fabricado no Brasil.

Com esse objetivo, o chefe do Estado-Maior da Força Aérea Chilena esteve em São Paulo, depois de uma visita de três dias a Brasília. A viagem do general Gabriel van Snowden seria seguida de outras de missões técnicas da aeronáutica militar chilena, que examinariam a possibilidade concreta do Chile utilizar o "Bandeirante" e o "Uirapuru".

Em outubro, a Embraer colocará em operação um modelo do "Bandeirante" com cabina pressurizada e outros avanços técnicos. Esse modelo será o "Bandeirante-120". A Força Aérea desenvolverá um vasto programa de testes com esse protótipo. Entretanto, um projeto de avião a jato é o do "Bandeirante-130", reator com velocidade 0,8 Mach, o primeiro avião do tipo fabricado no hemisfério, com exceção dos Estados Unidos.

De grande importância no avanço tecnológico da aeronáutica brasileira foi o "know-how" adquirido ao instalar-se no Brasil a empresa aeronáutica italiana Macchi. Em co-produção com ela, a Embraer está fabricando o "Xavante", monorreator de treinamento e ataque a objetivos terrestres. Cem unidades desse tipo de avião reforçam o 1.º Grupo de Combate, do Rio de Janeiro, e o 4.º Grupo de Aviação, de Fortaleza. Com esse contingente, a Força Aérea Brasileira passa a totalizar 216 unidades de combate que, somadas aos 16 Mirage III e os 45 Northrop F-5, encomendados aos Estados Unidos, e um efetivo de 35 mil homens, a transformam numa das mais poderosas da América.

A produção de material aeronáutico é feita, ainda, por outras empresas menores, como a Neiva e a Aerotec, instaladas, como a Embraer, em São José dos Campos. A Neiva produziu um biplace de treinamento, com as características do T-25, equipado com dois canhões 7,62. No início de 1974, o Ministério da Aeronáutica sugeriu-lhe que fabricasse uma versão antiquerrilha do T-25, para vender a Portugal.

A Aerotec fabrica canhões para o T-25 e já forneceu, também, à Força Aérea Brasileira 70 aviões T-23 para treinamento dos pilotos que operarão os Fokker S-11 e S-12, devendo entregar proximamente mais 20

## DPF vai aumentar de 3 para 17 mil

ESP.-22-11-74

O ministro Armando Figueiredo da Justiça, visitou na manhã de ontem as obras da sede da Academia Nacional de Polícia, que está sendo construída no setor das Grandes Áreas-Norte, em Brasília, no lugar onde já funcionou o Centro de Aperfeiçoamento do Dasp. O prédio é fundamental para os planos do Departamento de Polícia Federal, cujo pessoal será aumentado de três mil para 17 mil nos próximos anos.

O ministro estava acompanhado do diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, coronel Moacyr Coelho, e do diretor da Academia Nacional de Polícia, comandante Clemente José Monteiro Filho.

O prédio deverá estar pronto dentro de dois anos. Está sendo erguido numa área de 400 mil metros quadrados, onde a Academia Nacional de Polícia fará a seleção e treinamento de novos policiais federais e ministrará cursos de aperfeiçoamento e atualização. Haverá blocos para salas de aula, administração e alojamento; centro de arena com 400 lugares; centro comunitário, com área de recreação e esportes; piscina de aplicação policial; estande de tiro; e laboratório de línguas. Tecnicamente, a Academia se igualará às melhores existentes no mundo.



# Governo está atento à subversão sindical

E.S.P.-9-11-74

Da Sucursal de  
BRASILIA

A disposição do governo de não permitir que os sindicatos "se transformem em instrumentos de subversão, como ocorreu certa época, no País" foi reafirmada ontem duas vezes, em ocasiões diferentes, pelo presidente Geisel e pelo ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto.

O pronunciamento do presidente — de improviso — foi dirigido a oito presidentes de confederações nacionais de trabalhadores que foram ao Palácio do Planalto agradecer três recentes medidas do governo: o abono de 10 por cento, a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social e a sindicalização dos trabalhadores em empresas de economia mista.

Geisel destacou a importância da sindicalização na vida social da Nação, ressaltando que os sindicatos devem viver, crescer e atuar sem permitir o desvio de suas funções, já que foram criados para representar os interesses legítimos dos trabalhadores.

Refutou a tese de que a Re-

volução é contra os sindicatos, afirmando: "Somos contra os que querem fazer deles um local de subversão e de grau político".

Explicou que o sindicalismo brasileiro é completamente diferente dos de outros países, pois surgiu muito depois, com uma legislação trabalhista ampla, baseada no amparo da Justiça do Trabalho. "Isto não quer dizer — adiantou — que não deva haver o espírito de luta; o que os sindicatos não podem é reivindicar coisas impossíveis, o que não quer dizer que eles não possam atuar na defesa dos seus associados".

## Agradecimento

Os oito presidentes de confederações de trabalhadores foram levados ao Palácio do Planalto pelo ministro Arnaldo Prieto, do Trabalho. Em nome dos trabalhadores da indústria falou o sindicalista Ary Campista. Geisel ouviu o discurso sério e mencionou a cabeça apenas uma vez, já ao final, quando Ary Campista declarou: "Nesse intercâmbio de sentimentos, a democracia — essa plantinha tenra — cresce, vicia, brota em flores e frutos e

se transforma em árvore pujante, frondosa e benfazeja. Muito obrigado, senhor presidente, que Deus o conserve para o bem do Brasil e dos brasileiros".

## Intervenção

Ao suspender ontem a intervenção na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito — Contec, o ministro Arnaldo Prieto afirmou: "Esta é mais uma demonstração da política de diálogo que vem sendo desenvolvida pelo Ministério do Trabalho, no seu relacionamento com entidades sindicais. Esse comportamento, entretanto, não significa que deixamos de ficar atentos à evolução dos acontecimentos e prontos a agir, sempre que se fizer necessário, na salvaguarda dos dispositivos de lei, da segurança nacional e do respeito à autoridade".

A intervenção na Contec foi determinada em 1972 pelo então ministro do Trabalho, Júlio Barata, e vinha sendo exercida por seu assessor, Luis Militino, atual inspetor-geral de finanças do Ministério do Trabalho.

## Federação luta

contra comunismo  
ESP. 12-10-74

Ao ser recebido em audiência especial pelo ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, o padre Aluísio dos Santos, presidente da Federação dos Trabalhadores Cristãos do Estado do Rio de Janeiro, defendeu, ontem, "a formação de verdadeiros líderes sindicais democráticos, para substituir o pequeno mas reconhecido número de comunistas nas entidades de classe". Segundo o padre, essa é um dos principais objetivos da entidade que dirige.

O sacerdote afirmou, no entanto, que o combate ao comunismo não é o único objetivo da Federação dos Trabalhadores Cristãos do Estado do Rio de Janeiro, que presta, segundo ele, um grande número de serviços sociais a seus filiados.

Iadesil - ESP-1-10-74

Para uma "visita de cortesia, com o objetivo de apresentar ao ministro Arnaldo Prieto o senhor Richard Johnson, antigo conselheiro político da embaixada americana", três representantes do Instituto Americano de Desenvolvimento do Trabalho Livre (IADESIL), reuniram-se ontem por cerca de uma hora com o ministro do Trabalho. O IADESIL, segundo explicaram, tem por objetivo "combater o movimento comunista em instituições sindicais" e funciona em diversos países, estando instalado no Brasil desde 1960.

# Prieto agradece a colaboração do sindicalismo

E.S.P.-06-10-74

Da Sucursal de  
BRASILIA

O ministro Arnaldo Prieto assinou, ontem, 56 cartas de reconhecimento sindical, criando entidades representativas das categorias econômicas e profissionais, tanto urbanas quanto rurais. Ao assinar, destacou a significação especial do ato para o Ministério do Trabalho, "não apenas pelo reconhecimento, em si, mas porque demonstra expressamente a vitalidade do movimento sindical no Brasil, em nossos dias".

E acrescentou: "Vitalidade que se vincula à atuação eficiente desenvolvida nos sindicatos, como órgãos de cooperação do poder público, nos termos da lei, prestando serviços sociais de grande utilidade. Os sindicatos rurais brasileiros, por exemplo, que tiveram um crescimento extraordinário de 1964 em diante, são o testemunho vivo do trabalho sindical em benefício de uma categoria. Levando assistência médica, hospitalar e odontológica aos trabalhadores do campo, assessorando-os

para obtenção de benefícios previdenciários — instituídos em 1972 — o sindicalismo rural é exemplo brasileiro de eficiente prestação de serviços em favor de uma categoria".

O ministro do Trabalho acentuou que "os sindicatos são instrumentos hábeis que, partindo de um contexto, vêm cooperando numa política de redistribuição da riqueza nacional, através do oferecimento de benefícios e serviços que se constituem, em última análise, em salários indiretos".

"Por outro lado — concluiu — quando o poder público integra o sindicalismo rural e urbano no processo de democratização efetiva da educação, concedendo bolsas de estudo ao trabalhador e seus dependentes, garantindo-lhes o direito de ter

oportunidade de ascensão social, a criação de novos sindicatos representa garantia de integração de novas coletividades nesse processo de desenvolvimento, que é efetivo, porque tem como beneficiário específico o homem brasileiro, o trabalhador".

As 56 entidades sindicais, reconhecidas por Prieto, correspondem ao maior número de cartas sindicais assinadas de uma só vez, até hoje. As novas entidades estão localizadas em todos os Estados, sendo quatro da área urbana e 52 da rural; 16 de empregadores e 40 de empregados.

Além disso, foi estendida a base territorial de 28 entidades, o que significa maior área de jurisdição de entidades já existentes e um número considerável de trabalhadores e empregadores que passam a ter representatividade legal.



# Beneficiamento antiquado do sisal mutila os trabalhadores

ESP.-9-10-74

Da Sucursal de SALVADOR

Centenas de trabalhadores da zona produtora de sisal perderam dedos, mãos ou braços em máquinas de desfibramento, perigosas e obsoletas, muitas com mais de 50 anos de uso. A denúncia foi feita pelo "Diário de Notícias" de Salvador, e as declarações e fotografias dos mutilados serão enviadas pelo presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia, Estevão Nunes de Almeida, à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, para reforçar seu pedido de providências junto ao Ministério do Trabalho.

Estevão Nunes de Almeida informou que, apesar de mutilados, os trabalhadores não têm a aposentadoria. Todos os requerimentos enviados ao Funrural pela Federação, solicitando aposentadoria para os mutilados, foram indeferidos", disse ele, acrescentando que "o sistema previdenciário para indenização das vítimas de acidentes do trabalho é ineficaz".

Os mutilados enfrentam sérios problemas, pois não podem exercer normalmente suas atividades. Os de melhor sor-

te ocupam-se com pequenas culturas de subsistência. Mas mesmo nessa atividade encontram dificuldades, porque não é fácil manejar a enxada ou a foice com apenas uma das mãos", disse Almeida.

O argumento usado para não conceder a aposentadoria é que "mutilação não é invalidez". Os próprios mutilados refutam a alegação de autoridades do sistema previdenciário, de que o trabalhador pode exercer diversas atividades com apenas um braço. Eles afirmam que, possuindo experiência somente no trabalho com o sisal, raramente se adaptam a outro tipo de serviço, além de que empregos não são fáceis: o sisal representa 60 a 70% da oferta de trabalho para a população rural.

## OS MUTILADOS

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Retiro-lândia, na zona do sisal, Aluísio Carneiro, informa que o quadro formado pelos mutilados é apavorante.

"Posso assegurar que pelo menos 5% dos trabalhadores que operam as máquinas de desfibrar o sisal acabam mutilados", disse ele. Ele nasceu e foi criado na região e conhece bem o trabalho de desfibramento.

"Cada máquina ocupa oito trabalhadores. Dois deles, os desfibradores, ficam em contato mais direto com a máquina e correm o maior perigo".

Explicou que a palma do sisal, ainda verde, é levada manualmente à boca da máquina, onde um cilindro acionado por um motor diesel, de seis a sete HP de potência, gira a mais de mil rotações por minuto.

"Qualquer distração ou hesitação leva inevitavelmente à mutilação", disse.

Da equipe de oito em cada máquina, seis têm melhor sorte: dois cortam as palmas, dois as transportam até a casa de máquinas, um cuida dos resíduos retirados no processo de beneficiamento e o último estende as fibras para secagem.

Com as fibras secas, o sisal passa por um segundo processo de beneficiamento, nas sedes dos municípios. As máquinas utilizadas nesse segundo processo são conhecidas por "batedeiras" e também causam mutilações.

"E são culpadas também de muitas doenças no aparelho respiratório", disse Aluísio Carneiro. Ele esclareceu que, nas "batedeiras", as fibras soltam a poeira, impregnando o ambiente e afetando os trabalhadores.

## Carpinteiros-ESP-1-10

Todos os 58 carpinteiros que trabalhavam nas obras de construção da ponte Artur Carlos — que ligará Vitória aos municípios de Vila Velha e Cariacica — abandonaram o trabalho, depois que a empresa encarregada dos serviços negociou um aumento de 50 centavos por hora.

Na semana passada, os carpinteiros fizeram um memorial à firma — Sergen — solicitando o aumento. A empresa, em represália, despediu o empregado que encabeçava a lista das assinaturas. A ponte Artur Carlos — considerada tão importante para Vitória como a Rio-Niterói, para a Guanabara — tem seu término previsto para o ano que vem, mas as obras já sofreram diversos atrasos.

## DISPENSAS- 1-10-74

A Companhia Vale do Rio Doce iniciou, ontem, a dispensa em massa dos empregados da Estrada de Ferro Vitória-Minas. A primeira lista atingiu 300 deles, o igual número deverá ser dispensado nos próximos dias. A determinação partiu da presidência da empresa e estaria ligada à criação da Portobrás. Ontem os engenheiros-residentes da Rio Doce estiveram reunidos em Vitória, para tratar do problema.

# Acidentes custam 5 bilhões

ESP.-9-10-74

Os acidentes de trabalho, no primeiro semestre deste ano, custaram ao INPS — de forma direta ou não — mais de cinco bilhões de cruzeiros, importância superior ao orçamento da capital paulista. Desse total, 43 por cento ocorreram no Estado de São Paulo, onde existem 4.242.170 empregados, dos quais 395.639 foram acidentados.

Receberam apenas assistência médica, sendo em seguida liberados, 132.085 trabalhadores paulistas, 249.647 ficaram incapacitados temporariamente, 12.537 não poderão mais trabalhar e 790 morreram.

Segundo a Agência Nacional, que divulgou esses dados ao anunciar que o general Ernesto Geisel foi convidado a presidir, dia 27, no Palácio das Convenções do Parque Anhembi, a instalação do XIII Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes, que será encerrado dia 31, enquanto no Brasil, em 1973, foram registrados 1.632.696 acidentes de trabalho, o total atingido em São

Paulo foi de 691.812.

Em todo o País, a indústria mecânica e de material eletro-eletrônico — que emprega 465.915 operários — registrou no ano passado o afastamento de 134.734 acidentados (29 por cento); a de derivados de petróleo e da hulha 3.374 trabalhadores, de um total de 7.532 (40,5 por cento); a de construção civil 21 por cento; a extrativa vegetal 42 por cento; a de madeira e cortiça 30 por cento; e mesmo nos serviços públicos 7,1 por cento dos funcionários sofreram acidentes de trabalho.

Em 1972, de acordo com as estatísticas publicadas pela Organização Mundial de Saúde, enquanto a Alemanha Federal, com um total de 26 milhões de trabalhadores teve 2.500 mil acidentados (9,6 por cento) e a França, com 13 milhões de operários, 1.100 mil (8,4 por cento), o Brasil, com 7.700 mil empregados, assinalou 1.500 mil acidentados no trabalho (19,4 por cento).

# O CASO PERUS

ESP. 1-10-74

A Frente Nacional do Trabalho e a Comissão Permanente de Trabalhadores da Perus reuniram num livreto intitulado "O caso Perus e a liberdade sindical no Brasil", os múltiplos aspectos, até o último julgamento no STF, da luta que os empregados da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus sustentam há anos contra J. J. Abdalla.

Informa, também, da intervenção, que ainda perdura, decretada em 1973 pelo governo no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cimento, Cal e Gesso de São Paulo, e da denúncia do fato à Organização Internacional do Trabalho.

## NOSINDICATO

ESP.-15-11-74

A vela, na mão de Antonio Soares Filho, tremia muito, seguindo o movimento de seu braço. Os 67 anos de idade, 15 dos quais na fábrica de cimento, tiraram muito da firmeza de seus músculos. Mas, ontem à noite, ele estava ali, cabeça erguida e vela acesa à mão, na frente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento, Cal e Gesso

de São Paulo, cujas janelas estavam escuras e as portas fechadas.

E quando chamaram seu nome, o velho trabalhador respondeu, com voz firme: "Queixada", "Queixada", na linguagem dos operários de cimento quer dizer grevista, significa união. Como se fossem, de verdade, um bando de queixadas — porco selvagens — os trabalhadores, unidos, conseguiram derrubar todos os obstáculos e vencer depois de uma luta de 12 anos, o poderoso grupo econômico de J. J. Abdalla.

Antonio Soares Filho, velho porém "queixada", compareceu à porta do seu Sindicato fechado (sob intervenção) para receber, com outros 122 companheiros, os primeiros cheques de indenização pagos pela Fábrica de Cimento Portland Perus. E mais uma vez mostrou-se solidário com os companheiros: concordou com a unanimidade dos demais, que permitiram um desconto de 10% em seu dinheiro, para pagar os trabalhadores não estáveis, a quem a Justiça do Trabalho não reconheceu direitos de parar de trabalhar, como protesto pelo atraso nos pagamentos de salários.



VISÃO - 23-09-74

## Heranças do Estado Novo

Nos últimos trinta anos, as condições de trabalho no Brasil sofreram óbvias transformações, assim como a estrutura da economia e quase tudo o mais no país. A legislação trabalhista é uma exceção: apesar de algumas leis recentes, como a que instituiu, em 1965, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o trabalho e a atividade sindical são regidos essencialmente por um texto do Estado Novo — a Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943.

Muito a propósito, a atualização da CLT e a questão da autonomia sindical foram os principais temas do I Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema, realizado no segundo fim de semana de setembro. (À última hora, foram retirados os temas "Política econômica brasileira e sua influência nos aspectos trabalhistas" e "Sindicalismo brasileiro e convenção coletiva de trabalho", devido a pressões de origem não identificadas.)

### Contratos livres

A "Declaração de São Bernardo do Campo", aprovada ao fim do congresso que reuniu 250 operários, deseja uma lei básica do trabalho, "encerrando os direitos fundamentais e comuns a todos os trabalhadores que vivam de salários", e defende, entre outros pontos, a plena liberdade para a contratação coletiva e a implantação de cursos de capacitação sindical, abertos a toda matéria que "possa influenciar positivamente a vida do sindicato e dos trabalhadores em geral".

Como talvez não fosse de esperar, os metalúrgicos discutiram com razoável amplitude o problema da liberdade sindical. O advogado trabalhista Almir Pazzianotto Pinto, convidado pelo congresso, sustentou a tese de que o sindicato não pode ser concebido como um órgão destinado à realização dos objetivos do Estado, mas deve ser — apenas e tudo isso — o principal meio de expressão da classe trabalhadora. Mesmo porque, argumentou, os objetivos do Estado mudam, ao passo que os dos operários não variam. "A luta deve ser travada dentro da lei", salientou, "mas deve-se lutar pela alteração da lei, a fim de que ela se adapte à realidade."

Paulo Vidal Neto, presidente do sindicato organizador do congresso, menciona especialmente a questão da contratação coletiva, "única forma", a seu ver, "de conseguir um tratamen-

to realmente justo entre a prestação e a remuneração do trabalho". As empresas, explica Vidal, não podem fazer acordos salariais coletivos com seus empregados, em virtude de um artigo da CLT que anula quaisquer acertos que contrariem a política econômica oficial.

Com 32 anos, casado e pai de dois filhos, Vidal começou a participar de atividades sindicais em 1964, "muito inibido, principalmente pelo clima da época". Embora o sindicato dos metalúrgicos estivesse sob intervenção, ele acreditava, que "somente unidos, poderíamos encontrar soluções para os nossos problemas". Em 1967, Paulo Vidal foi eleito segundo-secretário do sindicato. Dois anos mais tarde, chegou à presidência. "Foi quando tratei de implantar um sindicalismo sem vínculo de espécie alguma, a não ser com os reais interesses dos trabalhadores", diz ele. Em 1972, reelegeu-se presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Para os observadores do movimento sindical brasileiro, Vidal seria talvez o representante mais expressivo de uma nova geração de dirigentes trabalhistas, sem os compromissos políticos do passado — mas nem por isso menos combativos. O próprio congresso agora realizado seria uma prova: é o primeiro que os metalúrgicos de São Bernardo promovem desde a fundação do sindicato, quinze anos atrás.

## O ESTATUTO DO PRECÁRIO

ESP. -03-10-74

Salário-família e pensão em caso de falecimento são os únicos acréscimos aos direitos atuais dos funcionários a título precário, de acordo com o projeto de lei encaminhado ontem à Assembléia pelo governador. O documento, conhecido como ESTATUTO DO PRECÁRIO, não concede aos funcionários nem a possibilidade de aposentadoria, nem a indenização por despedida, que constituem duas das suas principais reivindicações.

OS PRECÁRIOS — cerca de 70 mil, dos quais 35 mil são professores — continuam à margem dos regimes jurídicos da Consolidação das Leis do Trabalho e do Estatuto dos Funcionários Públicos. Por esse motivo, deputados oposicionistas pretendem denunciar o projeto como inconstitucional: de acordo com eles, a legislação brasileira não permite o estabelecimento de nenhum outro regime jurídico para o contrato de trabalho, além da CLT e do Estatuto do Funcionalismo.

Os direitos concedidos pelo projeto ampliam muito poucos os que já eram reconhecidos

aos PRECÁRIOS — e que ficam bem abaixo dos garantidos pelos dois regimes legais. Esses direitos resumem-se a férias, assistência médica e licença para alguns casos. O projeto amplia ligeiramente as possibilidades de licença, concedendo ainda o salário-família e a pensão no caso de falecimento, incluindo auxílio funeral. Essas providências não devem ser muito onerosas para o Estado, em comparação com o peso que implicaria o reconhecimento dos direitos trabalhistas, de acordo com um deputado da Arena.

Enquanto isso, os PRECÁRIOS continuarão sem vários dos direitos que reclamam. Podem ser despedidos a qualquer momento, sem receber aviso-prévio ou indenização. Caso não consigam a aprovação em concurso para o funcionalismo público, no futuro, o tempo que passaram a serviço do Estado não é contado para efeito de aposentadoria. E não têm os demais benefícios concedidos pela CLT — como o 13.º salário — ou pelo Estatuto dos Funcionários, como a licença-prêmio.

ESP.-15-10-74

## Mestra paulista pede salário

São Paulo (Sucursal) — A Associação dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo ingressam hoje com reclamação trabalhista em nome de mil professoras primárias substitutas efetivas que há vários meses não recebem seus salários. A medida coincide com as comemorações do Dia do Professor.

A reclamação é assinada pelos advogados Raul Schwinden, Roberson Crispim Vale e Raul Schwinden Júnior, que afirmam estabelecer as professoras "completamente desassistidas, sem vencimentos certos, sem direito a hospital ou assistência médica, ou direito à aposentadoria."



QUINTA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 1974 - E.S.P.

## Atualidade econômica

### Nova política salarial e expansão do mercado interno

No II Plano Nacional de Desenvolvimento existe uma clara opção em favor do crescimento do mercado interno. Todavia, afirma-se nesse documento que a política salarial seria mantida, contando-se muito mais, para aumentar a demanda, com o crescimento das oportunidades de emprego. Parece que se está verificando uma ligeira mudança nesse sentido. Os princípios gerais da política salarial serão mantidos, mas a sua aplicação, na forma de atos regulamentadores e normativos, será modificada, para levar em conta um fato novo ocorrido no presente exercício: uma taxa de inflação crescente, em lugar da tendência decrescente que se verificou até 1973.

É certamente um intento temerário, com base nas informações disponíveis — e que certamente foram divulgadas com intuito eleitoral —, avaliar-se plenamente os efeitos que poderiam decorrer da nova sistemática. Entretanto, nos parece útil, mesmo correndo o risco de certa margem de erros, fazer uma previsão quantitativa acerca dos efeitos desta modificação. No sistema anterior, três elementos ser-

viam de base para fixação dos reajustes anuais de salários:

1 — A recomposição do salário médio real dos últimos 24 meses, sendo este cálculo feito com base nos índices de correção publicados pelo Ministério do Trabalho;

2 — A este cálculo do salário médio real acrescentava-se o prêmio de produtividade, que foi de 3,5% no ano passado, e que foi fixado em 4% neste exercício;

3 — Finalmente, adicionava-se a esta quantia a metade do chamado resíduo inflacionista, isto é, a previsão oficial da taxa de inflação para o ano seguinte. No ano passado, este resíduo foi fixado em 12% e neste ano em 15%.

De acordo com o que se divulgou, o governo pretende modificar em dois pontos principais a sistemática de cálculo dos reajustes salariais. Em primeiro lugar, a reconstituição do valor médio do salário real não será mais calculada na base dos 24 últimos meses, mas dos 12 últimos, medida que reconhece implicitamente que, com uma taxa de inflação crescente, é imperativa a adoção de tal sistemática.

Para levar em conta fatores mutáveis da realidade.

Em segundo lugar, as estimativas do resíduo inflacionista anteriores serão corrigidas em função da inflação real. Ambas as modificações podem ter um efeito importante.

Para avaliar o efeito da primeira medida, podemos considerar um caso concreto: o de um salário fixado em Cr\$ 242.00 em setembro de 1972, e em Cr\$ 300.00, em setembro de 1973. Pela sistemática vigente (base 24 meses), o salário médio real deveria ser fixado em Cr\$ 334.00 para setembro de 1974, o que representa aumento de 11,3%. Se fosse aplicada a nova sistemática (base de 12 meses), o salário médio real deveria ser de Cr\$ 344.00, o que constitui aumento de 14,7%. Assim, verifica-se que a nova sistemática, para um ano de inflação crescente, como foi o de 1974, traduz-se por um reajuste 3,4% superior.

Cumpra lembrar que esses aumentos compõem os cálculos de base, aos quais são acrescentados 4% para a taxa de produtividade e 7,5% (metade do resíduo inflacionista), dando assim 22,8%, no caso do sistema vigente, e 26,2% no sistema recém-proposto. Mas existe no projeto outra modificação digna de menção. Segundo o comunicado do Ministério da Fazenda, "caso nos últimos doze meses se tenha verificado uma substituição do resíduo inflacionista, os novos salários serão compensados com um acréscimo correspondente ao do excesso da metade do aumento real do custo de vida sobre metade do resíduo inflacionista estimado". No

ano passado, o resíduo inflacionista foi calculado em 12%, sendo a metade, pois, de 6%, enquanto a inflação real (base no índice de custo de vida na Guanabara) foi, de agosto de 1973 a agosto de 1974, de 31% — sendo a metade, portanto, 15,5%. Na medida em que se possa bem interpretar o comunicado oficial, dever-se-ia, por conseguinte, acrescentar-se 9,5% (15,5% — 6%), o que daria um reajuste salarial real de 35,7% na nova sistemática, assim discriminado:

	Sistema antigo	Novo Sistema
Reconstituição do salário médio real	+11,3%	+14,7%
Prêmio de Produtividade	+4%	+4%
Resíduo inflacionista	+7,5%	+7,5%
Correção do resíduo inflacionista	—	9,5%
<b>TOTAL</b>	<b>22,8%</b>	<b>35,7%</b>

Como se verifica, a modificação seria importante, especialmente no caso de se cogitar o resíduo inflacionista passado, correção essa acerca da qual o texto oficial é bastante confuso, podendo dar origem a importantes erros de interpretação. Esperamos que, ao submeter um projeto de lei ao Congresso, o governo possa esclarecer todas as dúvidas interpretativas que persistem. Convém, entretanto, notar que dificilmente a nova sistemática poderá entrar em funcionamento antes de dezembro, o que elimina, de pronto, benefícios eventuais para categorias profissionais muito relevantes no quadro da nova sistemática, como é o caso, entre outros, dos metalúrgicos de São Paulo.

## POLITICA SALARIAL: MUDARAM OS ARGUMENTOS

E.S.P.-08-10-74

A política salarial não mudou; mudaram os argumentos, para defendê-la ou atacá-la. Numa tentativa de conciliação entre empresas e empregados do setor químico do Interior, a Justiça do Trabalho ofereceu uma proposta conciliatória de 31% de reajuste, a partir de 1.º de dezembro; ao passo que o reajustamento na mesma área, em dissídios com data-base fixada em 1.º de novembro, está em 30%.

Por outro lado, o Sindicato

dos Metalúrgicos de São Paulo está colecionando cartas enviadas por empresas não voltadas para a exportação, as quais, além de se queixar de dificuldades para aquisição de determinadas matérias-primas e de fixação da mão-de-obra especializada, sugerem modificações na política salarial. Uma delas defende a hipótese de um sistema automático de correção salarial.

Atualmente, no Estado de São Paulo, está em desenvolvimento a chamada safra

de salários, isto é, a renovação dos salários de aproximadamente dois milhões de trabalhadores, prevendo-se 372 dissídios ou acordos coletivos.

— "A gente está brigando, a gente está cumprindo, com a obrigação, mas, no fim, é imposta a vontade do governo", comenta Joaquim dos Santos Andrade, presidente dos metalúrgicos.

— "Dentro dessa estrutura, não há meio de se fazer acordo", diz Alcy Nogueira, presidente da Federação

dos Trabalhadores em Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo e novo presidente do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos.

Os índices bem mais altos, com relação ao ano passado, não indicam qualquer modificação na política salarial. Apenas revelam que os níveis de inflação ultrapassaram as expectativas otimistas e criam uma sensação de euforia inflacionária, de que tão bem falou Adam Smith.



## Aluno enquadrado em Santa Catarina

ESP.-8-10-74

Do correspondente em FLORIANOPOLIS

O diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas de Lajes, Santa Catarina, professor Genúno Bordignon determinou a instauração de processo sumário contra o presidente do Di-

retório Acadêmico "8 de Maio" estudante Antonio Carlos de Liz Steffen, para apurar infrações à Legislação da solenidade de posse do Diretorio. Além disso resolveu suspender o mandato do acadêmico e impedir todas as atividades do Diretorio, enquadrando-o no art. 3.º do Decreto 477.

## NEY BRAGA: 477 é para tranquilidade

ESP.-8-10-74

Enquanto o ministro Ney Braga, da Educação, defendia ontem em Curitiba o decreto-lei 477, comparando-o a uma restrição que o pai usaria para com seu filho, o candidato a deputado federal pela Arena alagoana Tobias Granja fazia questão de afirmar, em programa de TV, que, por causa de medidas como o decreto, "o País está ficando sem líderes". As declarações do ministro, entretanto, estão sendo interpretadas como uma reafirmação de que o decreto 477 não será revogado por enquanto.

Para Ney Braga, o decreto é um "instrumento de segurança, tranquilidade e ordem". Renovando afirmativa que fizera há algum tempo, o ministro declarou que "como um pai não castiga um filho por qualquer motivo, é preciso toda cautela e todo critério para usá-lo, como tem sido feito".

"Nós somos favoráveis ao desenvolvimento estudantil na área de esportes, da cultura, e

dentro do que a lei permite", acrescentou Ney Braga, dando em seguida um exemplo dessa participação: o ciclo de atualização agrária, promovido pelo Diretório Acadêmico do setor de Ciências Agrárias da Universidade do Paraná, que visitava ontem.

Para o ministro, essa não é uma nova forma de participação dos estudantes: "eles vêm participando há bastante tempo". Entretanto, sua comparação entre o decreto e um castigo paterno era comentada pelo candidato arenista em Maceió. Para Tobias Granja, "na vida prática, o pai às vezes dá um castigo ao filho, mas esse castigo não pode se prolongar durante toda a vida, porque assim causará atrofia". Tobias Granja afirmou ainda que "caminhamos para a mesma situação da Argentina, se o estudante não desfrutar de condições de participar da vida política de sua pátria".

## PENA DE MORTE

ESP.-2-10-74

O promotor José Coelho de Araujo Silveira, da 2.ª Auditoria, da Marinha, no Rio, pediu ontem a pena de morte para Carlos Alberto Sales, James Allen Luz, Hélio Silva, Nelson Rodrigues, Paulo Ribeiro Bastos, Timothy William Waltkin Ross, Norma Sá Pereira, Sérgio Landolfo Furtado e Paulo Roberto Jabour. São acusados da morte de militar da reserva Je-

zé de Amaral Vilela, que chefiava a guarnição de um carro transportador de valores.

Em Brasília, por unanimidade, o STM não tomou conhecimento do pedido de habeas corpus em favor do jornalista Sérgio Mureb Simões, porque o artigo 10 do AI-5 suspendeu essa garantia nos casos de crime político.

## PROJETO DE ANISTIA

E.S.P.-01-11-74

As Comissões de Justiça e de Segurança Nacional da Câmara deverão examinar, possivelmente após as eleições parlamentares, um projeto encaminhado ontem à Mesa, que concede anistia a quantos hajam sido envolvidos em crimes de natureza política, a partir de 1.º de março de 1964. O projeto é de autoria do deputado — o general reformado — Florin Coutinho, do MDB carioca. Dispõe que "ficam em perpétuo silêncio, como se nunca tivessem existido", os processos e sentenças originados dos crimes de natureza política, para não mais produzirem efeito algum contra as pessoas que nelas intervieram, direta ou indiretamente, ou os que, em razão dos delitos, hajam sofrido punição.

A iniciativa do representante carioca não beneficia autores de crime de corrupção dolosa contra a vida e contra o patrimônio público ou particular. Assegura, porém, a reversão dos militares e a readmissão dos funcionários civis aos postos e cargos de que foram afastados, mediante requerimento do interessado ao ministro da área a que pertença. Sob nenhum pretexto, os beneficiados

pela anistia terão direito a vencimentos atrasados, à diferença deles ou a indenização.

SEM RECEIOS

Florin Coutinho considera definitivo e de estabilidade inabalável o regime político instaurado pela Revolução.

"Contra essa ordem de coisas nenhuma força política, ou outra qualquer, se levantará com êxito. Não há, portanto, razão alguma para se temer qualquer medida em sentido contrário. A anistia constituirá mais um favor à família e à sociedade do que mesmo a seus destinatários" — afirmou.

Citando frase do Duque de Caxias — "maldição eterna a quem ousar recordar-se das nossas dissensões passadas" — o parlamentar oposicionista assinalou que o atraso na concessão da anistia "vem privando o País de mão-de-obra e de cooperação altamente especializadas, mantendo no Exterior técnicos, mestres e doutores de elevado gabarito e proclamada sabedoria em vários setores da Ciência, sobretudo nos campos da Física Nuclear, da Medicina, da Economia e outras de importância idêntica".

## NOVA DOCTRINA MILITAR

ESP.-3-10-74

Ao discursar, ontem, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no Rio, durante a principal solenidade de comemoração dos 69 anos de existência da instituição, o comandante do I Exército, general Reinaldo Melo de Almeida, apontou o ex-presidente Castelo Branco como o responsável pela atual doutrina militar brasileira. Disse que, antes da doutrina Castelo, os militares estavam voltados para o estudo de uma guerra puramente convencional, e agora se preparam para a hipótese de uma guerra revolucionária.

O general informou que a mudança doutrinária começou a ser implantada durante a gestão de Castelo Branco no comando da ECEME, no período 1954-56, e ganhou forma definitiva a partir de 1960, quando a conjuntura interna passou a preocupar mais o Exército, "porque o povo estava sendo manipulado para o surgimento de uma guerra revolucionária". O comandante do I Exército comentou, também, o conceito que o povo faz dos militares, que varia segundo as circunstâncias: "quando há crise econômica, todos ficam contra o Exército".

O general Reinaldo de Almeida, que falou de improviso durante 45 minutos, para oficiais-alunos e professores, destacou a importância da ECEME, que forma os futuros generais, responsáveis pelo estudo de problemas que, por vezes, exigem decisões rápidas em situações de crise. Salientou, também, que a escola é a de mais alto nível na formação de oficiais e, por isso, tem suas responsabilidades acrescidas, em vista do papel que atualmente cabe ao Exército, como "um dos responsáveis pelo crescimento e desenvolvimento do País".

Ao mostrar a evolução da ECEME, o general expôs a linha de pensamento que orientou a formação de oficiais, a partir da fase positivista, de predominância teórica, que se seguiu à implantação da República. Essa etapa foi superada com a Missão Militar Francesa de 1920, que influenciou a doutrina militar brasileira até a II Guerra Mundial, quando se fez mais sensível a influência norte-americana. Sob Castelo Branco, a ECEME formou uma doutrina militar brasileira, adequada às peculiaridades do País.



# Famílias tentam Despejo no Paraná retomar terras em Taquacetuba

ESP.-12-10-74

Da Sucursal do ABC

Os moradores de Taquacetuba, na zona rural de S. Bernardo do Campo, expulsos de suas casas pela Imobiliária Angary, de Santo André, voltaram às terras dispostos a retomar a propriedade, usando as mesmas armas que os homens daquela empresa empregaram para desalojá-los. Domingo, um grupo de 15 homens, chefiado pelo lavrador "Pedro Bravo" invadiu a casa do empreiteiro da Angary, Pedro Bitencourt, cercaram a propriedade e deram mais de 10 tiros contra portas e janelas.

Pedro Bitencourt é o homem visado pelos antigos moradores, apesar de ser apenas empregado da Angary: foi ele quem, há sete meses, chefiou a derrubada das casas dos lavradores de Taquacetuba, ordenada pelos diretores da Imobiliária. Agora Bitencourt está com medo: "Eles pensam que eu sou dono da terra e já me acertaram duas balas e 12 grãos de chumbo".

No entanto, orientado pelos homens da imobiliária, Pedro Bitencourt não apresentou queixa da agressão à polícia — há mais de 30 inqueritos abertos contra a Angary por violências cometidas na área. Domingo, as 15 famílias expulsas do bairro Rio Acima, em Taquacetuba, voltaram com intenção de reconstruir as casas derrubadas, mas diante da resistência dos homens da imobiliária, puderam apenas preparar o terreno.

Pedro Bitencourt, que mora numa propriedade que a Imobiliária Angary afirma ser sua, no local conhecido como Rio Acima, espera que as famílias expulsas retornem amanhã e já avisou Romano Guerra, o chefe dos homens armados da imobiliária, para vigiar a propriedade.

Por outro lado, as famílias que ainda moram no bairro, ameaçadas de perder as terras, resolveram criar o Centro Social dos Moradores do Bairro Taquacetuba e adjacências. O centro, que

será inaugurado dia 20, vai colocar advogados à disposição dos moradores envolvidos no litígio das terras e casos de grillagem. As mulheres da área pretendem enviar um abaixo-assinado ao governo federal explicando a situação em que se encontram as propriedades e pedindo proteção contra os grileiros.

No bairro vizinho, Curucutu, não há mais vestígios da invasão do sítio Escudeiro, de Emílio Elias Abifadel, cercado por 42 homens armados no dia 24 de setembro: quarta-feira dois caminhões e uma kombi levaram as barracas, os fogões, as placas em nome da empresa Fujikokusai e todo material deixado na propriedade, quando os invasores foram presos pela polícia de São Bernardo.

Entre os homens armados, 23 vestiam a farda de guardas particulares (eram empregados da "Bertel — Serviços de Segurança") e os outros, calça e camisa azuis. Alguns desses homens afirmaram ser empregados da seita religiosa Perfeita Liberdade, que possui uma fazenda em Arujá. Os dirigentes da seita desmentiram qualquer ligação com os homens, dizendo que, além da fazenda, não exercem qualquer atividade comercial no Brasil.

No entanto, segundo os motoristas — que também usavam casacas azuis — os objetos retirados do Sítio Escudeiro na quarta-feira, seriam levados para uma fazenda de Arujá. E, no recibo assinado pelos homens que foram buscar o material e que entregaram a Fênelon Tosta da Silva, representante do proprietário Emílio Elias Abifadel, está escrito, entre outras coisas: "Camisas PL" (PL é a sigla que identifica a seita Perfect Liberty).

O chefe dos 12 guardas particulares que tomam conta do Sítio Escudeiro, João Ferreira de Oliveira, ficou com uma das camisas azuis "para ninguém dizer que é mentira". No entanto, sem saber o que fazer com ela, usou-a para forrar a caixa onde dorme a cachorrinha Dini.

E.S.P.-23-11-74

Um segundo despejo de posseiros, que será executado segunda-feira por forças militares de várias cidades do Oeste do Paraná, deverá encerrar os conflitos verificados há algum tempo entre os ocupantes das terras e jagunços, no local conhecido por Espigão do Norte, no município de Medianeira. Quarta-feira passada foram despejadas onze famílias, mas ainda faltam pelo menos 20, além dos elementos que fugiram ao saber que seriam requisitadas forças policiais.

O litígio no Espigão do Norte atingiu sua fase mais violenta quando jagunços destruíram as plantações dos ocupantes legítimos para instalar ali outras pessoas, às quais haviam vendido os terrenos.

Essa área, de aproximadamente 200 alqueires, pertence à Colonizadora Bento Gonçalves, que a loteou e vendeu a diversos colonos. Um ano e meio atrás, um grupo conhecido como "Irmãos Silva" invadiu a propriedade, derrubou toda a mata e vendeu a madeira. Depois, começou a expulsar os donos verdadeiros, colocando em seu lugar posseiros com títulos falsos.

O caso foi à Justiça e o juiz de Medianeira deu ga-

nho da causa à Colonizadora Bento Gonçalves e aos colonos para os quais a empresa havia vendido os lotes. Mas a ordem do despejo demorou a ser executada devido aos trâmites burocráticos da Justiça do Estado.

Na última quarta-feira, finalmente, o processo chegou ao fim e forças policiais despejaram os posseiros e devolveram as terras aos donos legítimos. Participaram dessa operação cerca de 50 homens, recrutados nos destacamentos de Foz de Iguaçu, Cascavel e Medianeira.

700 títulos

O presidente do Inera, José Tavares Vieira da Silva, entregará amanhã mais 700 títulos de posse definitiva a lavradores dos municípios de Renascença e Marmeleiro, no Oeste paranaense. A regularização das terras foi feita em convenio com a fundação Instituto de Terras do Paraná e, este ano, é a terceira vez que as autoridades distribuem títulos. Ainda faltam cerca de 10 mil títulos para serem entregues.

Esta semana, iniciou-se o processo de regularização das glebas Ciclito e Paz, segundo o critério de prioridade estabelecido pelo Inera.

## Jagunços matam na Bahia

ESP.-9-10-74

A frente de 15 jagunços, o fazendeiro Oscar Teixeira Araujo invadiu sábado a propriedade rural de José Monteiro, em Guanambi, no alto sertão baiano, matou o lavrador Almirando Alves Lima, que tentou resistir, e ordenou o espancamento dos familiares do morto, inclusive crianças, que foram hospitalizadas em estado grave.

Marcello Teixeira Araujo, irmão de Oscar, foi apontado pelo delegado Geraldo Luis Goes, de Caetité, como autor dos tiros que mataram o lavrador. Marcello, Oscar, o jagunço conhecido por "Durango Kid" e outros dois cujos nomes não foram revelados estão presos em Guanambi.

Segundo a polícia, a família Teixeira Araujo in-

gressou em julho com uma ação possessória contra José Monteiro, que tinha invadido suas terras. O juiz deu ganho de causa à família Teixeira Araujo, condicionando sua reintegração na posse da propriedade ao pagamento de indenização a José Monteiro, para cobrir os gastos com benfeitorias feitas por ele.

Para fugir a esse pagamento, segundo o delegado Geraldo Luis Goes, Oscar Teixeira Araujo comandou a invasão e destruiu todas as benfeitorias, além de matar o lavrador e espancar as crianças.

O delegado Goes solicitou a decretação de prisão preventiva para todos os invasores e enviou um relatório sobre o conflito ao secretário da Segurança, Joelbo Figueiredo Barbosa.



### CRITICADA NOMEAÇÃO DE DELFIN

ESP.-2-10-74

"Propalase que o senhor Delfim Netto estaria cogitado para exercer importante posto na representação diplomática brasileira. Faço votos de que tal notícia não passe de boato. É indiscutível o alto grau de inteligência dessa personalidade, mas não se pode negar que o ex-ministro da Fazenda é, também, um temperamental antidiplomático".

Essa declaração, feita ontem no Senado por Luis Cavalcanti, da Arena de Alagoas, permite aos observadores prever que não será tranquilo o processo de votação da mensagem presidencial submetendo ao Senado a nomeação do professor Delfim Netto para embaixador do Brasil na França, se ela realmente se concretizar. Chegando

ao Senado, a mensagem seguirá a tramitação normal.

O voto, por ser secreto e eletrônico, poderá permitir a outros senadores que, como Luis Cavalcanti, não consideram aconselhável a indicação do ex-ministro por entender que ele dispensou pouca atenção ao Congresso e aos parlamentares, neguem aprovação.

Será, então, necessário o esforço do líder Petronio Portela para evitar um resultado desagradável. Nos casos das indicações do general Carlos Alberto Fontoura, ex-chefe do SNI, para embaixador em Portugal, e do ex-chefe da Casa Civil, Leito de Abreu, para ministro do STF, os votos contrários da própria Arena deslustraram as nomeações.

### REUNIÃO DO SINODO

CIDADE DO VATICANO

-- A sessão de ontem do Sinodo dos Bispos, assistida em parte pelo papa Paulo VI, foi praticamente dominada por pronunciamentos dos representantes da Igreja latino-americana. Falaram, entre outros, os delegados do México, Equador, Venezuela e de Porto Rico, este último para denunciar o que chamou de "campanha de esterilização em massa dos habitantes da ilha, realizada por ordem dos Estados Unidos".

O bispo de Caguas, Rafael Guzmán, declarou que Porto Rico se converteu praticamente num laboratório do controle demográfico e, desmentido as afirmações do governo da ilha, segundo o qual apenas voluntários participaram da campanha, revelou que 300 mil pessoas foram forçadas a esterilizar-se.

O prelado portorriquenho acusou também as "forças antievangélicas" que agem sobre o governo da ilha de fomentar a esterilização dos homens e a prática do aborto. Segundo ele, estas medidas contribuem para a destruição da família.

Seu colega da Venezuela, dom Castillo Lara, falou da "libertação" da Igreja, que ele acredita ter sido transformada numa "grande prisioneira", não só das ditaduras de tipo marxista, mas também de governos do chamado mundo livre.

Outros bispos falaram sobre este mesmo tema, e entre eles destaca-se o delegado chileno, dom Navia Contreras, que recomendou

ESP.-13-10-74

a "promoção da liberdade" juntamente com a campanha de solidariedade com os pobres e oprimidos. "Notamos que o mundo contemporâneo age sem escrúpulos na manipulação das consciências -- disse Contreras -- e isto acontece tanto com os que controlam o poder político e econômico, como também com os que se servem dos meios de comunicação social. Por isso é que é necessária a presença ativa dos cristãos".

O representante do Equador, Leonidas Proano, denunciou em seu discurso, seguindo fontes do Vaticano, uma campanha dirigida por latifundiários de sua diocese para afastá-lo do posto, por não concordar com o apoio que vem dando aos camponeses pobres. Dom Proano criticou também a atitude do presidente do Chile, general Augusto Pinochet, ao afirmar, referindo-se a ele, que "se confessar católico e dirigir uma corrente de mortes e torturas é uma contradição que euvergonha".

Também falou ontem o bispo canadense William Power, pedindo ao Sinodo que exija o fim definitivo da corrida armamentista no mundo. Segundo ele, "o desarmamento deveria ocorrer juntamente com uma transformação substancial das estruturas econômicas e políticas, que geram profundas injustiças". E disse ainda: "Devemos insistir em que o dinheiro mal-empregado para manter os povos acorrentados seja usado para proporcionar a liberdade e o pão cotidiano dos homens".

### APARTAMENTOS DA COHAB INVADIDOS

ESP.-5-10-74

Mais de 120 pessoas invadiram 80 apartamentos de dois dos quatro blocos que compõem o Conjunto Habitacional da Cohab na rua dos Arrojos, suburbio de Guadalupe. Cansadas das promessas do deputado estadual Sérgio Maranhão -- um dos protegidos do governador Chagas Freitas -- destruíram portas, janelas e só abandonaram o local depois da chegada de um choque da Polícia Militar. Os dois vizias -- José Inácio Rosa e Adauto -- foram presos pela 31.ª Delegacia Policial, sob a acusação de que receberam dinheiro para permitir a invasão.

O conjunto está pronto há mais de três meses e foi construído pela Cohab em dois anos, para abrigar favelados. Moradores das proximidades disseram, porém, que o vice-governador Erasmo Martins Pedro prometeu que "os favelados não iriam morar ali" e o Governo reservou as casas para serem distribuídas a eleitores dos candidatos mais chegados a Chagas Freitas, as vésperas das eleições.

Um desses candidatos é o deputado Sérgio Maranhão, que

prometeu 80 apartamentos, em dois blocos, a 120 pessoas. A entrega, no entanto, foi sucessivamente adiada. Finalmente, cansados de esperar, os que haviam confiado nas promessas resolveram tomar os imóveis por conta própria.

Maranhão promoveu uma festa no local, para comemorar o término da construção e pediu aos "futuros moradores", novamente, um pouco mais de paciência. O movimento já estava organizado e a invasão marcada para a meia-noite de ontem. No entanto, foi antecipada para as 18 horas de anteontem, porque faltou luz no bairro.

Quatro horas depois, chegava a Polícia e prendia os vizias, passando a desalojar os invasores. Muitas pessoas, moradores em outros bairros, passaram a noite na rua, na esperança de que os policiais se fossem, para retomarem suas "novas casas".

Um dos despejados insistia em ficar e exigia a presença de Sérgio Maranhão: "O deputado tem que resolver tudo agora, pois depois de 15 de novembro não precisará mais de nós", dizia exaltado.

### Ônibus em Brasília passará de Cr\$ 1,30 para Cr\$ 3,00 e deixa trabalhadores a pé

ESP.-15-10-74

**Brasília (Sucursal) --** Um aumento inesperado e não autorizado pelo CIP, nos preços das passagens, que passaram de Cr\$ 1,30 para Cr\$ 3,00, fez ontem com que milhares de trabalhadores residentes nas cidades-satélites deixassem de comparecer ao trabalho do Plano-Piloto.

O aumento resultou de uma interpretação maliciosa da autorização dada pelo Governo do Distrito Federal que permitira a entrada em tráfego de "ônibus especiais" com tarifas entre Cr\$ 3,00 e Cr\$ 5,00 entre a Estação Rodoviária e as cidades-satélites.

Com a autorização, os donos das empresas de ônibus transformaram os coletivos comuns em ônibus especiais simplesmente alterando a tarifa de Cr\$ 1,30 para Cr\$ 3,00, pois o equipamento continuou o mesmo, com veículos maltratados e poluidores.

Para a maioria dos moradores das cidades-satélites (Taguatinga, Sobradinho,

Ceilandia, Guará) a nova tarifa "é absurda", pois um trabalhador de salário mínimo não poderá desembolsar Cr\$ 6,00 por dia para ir e retornar do trabalho.

A autorização da administração do Distrito Federal determina que deve ser mantido um equilíbrio entre o número dos chamados ônibus especiais e o de coletivos comuns.



# contratos com Bolívia

## ACERCAMIENTO CON ARGENTINA

El Cronista Comercial-30-

BRASILIA.— "La Cancillería brasileña recibió con satisfacción y sin ninguna sorpresa las recientes declaraciones del canciller argentino Alberto Vignes sobre la importancia de la participación de Brasil en el proceso de integración de América Latina", según lo señala hoy el importante rotativo paulista "O Estado de São Paulo".

Acota el diario que "la naturalidad con que fueron recibidas en Brasilia las declaraciones del canciller Vignes refleja un mayor acercamiento entre los dos países que, finalmente, lograron superar sus discrepancias, desplazando hacia el plano técnico el debate político y emocional que venían trabando sobre la utilización de los ríos de curso sucesivo. (ANSA)

10-74.

ESP.-19-11-74

Dentro dos próximos dias, deverão ser assinados pelas autoridades da área financeira do Brasil e da Bolívia os contratos pelos quais o Brasil concederá aquele país um crédito de dez milhões de dólares e outro de cinquenta milhões de dólares. O primeiro, para execução dos estudos de viabilidade técnica e econômica dos empreendimentos industriais e respectivas obras de infra-estrutura do pólo de desenvolvimento industrial do Sudeste da Bolívia, e o segundo como contribuição brasileira para a constituição de um fundo de desenvolvimento da Bolívia.

As negociações para a elaboração dos contratos de crédito, iniciadas no ultimo dia 13, encerraram-se ontem em Brasilia. O ministro da Industria e do Comércio da Bolívia, gen. Victor Gonzales Fuentes, chefe da delegação do seu país, e o chanceler Azeredo da Silveira distribuíram comunicado à imprensa, em cerimônia realizada no Itamaraty, a qual contou também com a presença do ministro Severo Gomes, da Industria e do Comércio; de Roberto Capriles Gutierrez, enviado especial do presidente boli-

viano; do embaixador da Bolívia, Marcelo Terceros Banzer; e dos chefes de departamentos do Itamaraty.

Durante sua estada em Brasilia, o gen. Victor Gonzales manteve conversações com os ministros Azeredo da Silveira, Shigeaki Ueki e Paulo Vieira Belotti, que respondia interinamente pelo Ministério da Industria e do Comércio.

Segundo o comunicado distribuído à imprensa, foram examinados aspectos dos problemas de transporte ferroviário e rodoviário da área abrangida pelo pólo de desenvolvimento industrial do Sudeste boliviano, bem como medidas relacionadas com a rápida execução do acordo de cooperação e complementação industrial assinado entre os dois países, em maio de 1971. Ambas as partes concordaram em que se reuna dentro do mais breve prazo possível o Comitê Misto de Cooperação Econômica e Técnica, previsto por aquele acordo. Antes, porém, deverá haver uma reunião de nível técnico para exame da posição dos dois países.

## ARGENTINA RECONHECE PAPEL VITAL DO BRASIL

ESP.-27-10-74

BUENOS AIRES — O chanceler argentino Alberto Vignes, que havia declarado que "mal pederia a América Latina atingir seu ideal de unidade e integração se lhe fosse negada a cooperação do Brasil", não deverá comparecer à reunião dos chanceleres americanos, a realizar-se no proximo mês, em Quito, porque, segundo um comentarista da área diplomática, "o assunto Cuba está desinflando".

Alberto Vignes, em uma entrevista à revista "Siete Dias", diante de uma pergunta sobre se o Brasil "é aliado ou inimigo da independência real dos países latino-americanos", respondeu que tinha "certeza de que o governo e o povo brasileiros desejam tanto quanto nós o bem-estar da família latino-americana e a independência de seu povo; surpreende-me que ainda exista quem duvide sobre a posição do Brasil a respeito".

Enquanto isso, o comentarista Luis Cousillas, da agência "Noticias Argentinas", afirmava que Vignes não iria a Quito para não ter que apresentar uma definição sobre Cuba, uma vez que, na reunião, ha-

verá polemica e, no debate, "Vignes não se "cederá". Há uma semana o chanceler argentino disse que não iria à conferência porque a altitude da capital do Equador "incidiria em minha mobilidade física".

Ao mesmo tempo, em Washington, um grupo de pessoas influentes no país teria pedido ao governo norte-americano para que levante o bloqueio contra Cuba. Esta medida seria parte de uma série de recomendações elaboradas pela Comissão sobre Relações entre Estados Unidos e América Latina, presidida por Sol Linowitz, embaixador na OEA durante a administração de Lyndon Johnson.

O informe da Comissão, integrada por dirigentes do setor privado, do mundo acadêmico dos Estados Unidos, e do atual subsecretário para Assuntos Interamericanos, William D. Rogers, será publicada na proxima terça-feira. A importância do documento reside no fato de que o secretário de Estado Henry Kissinger, já indicou que suas recomendações serão estudadas detidamente, conforme transcendeu ontem nos meios políticos de Washington.

## INFILTRACION DESDE BRASIL

LA CALLE - 3-11-74

LA PAZ, 2 (EFE, Latin y AP).— Grupos de colonos brasileiros infiltrados intentaron aplicar su propia ley en territorio boliviano, denunció hoy el periódico conservador "El Diario". Según un corresponsal en Santa Cruz, ciudadanos procedentes del estado de Matto Grosso se establecieron en la zona de Santa Elenea, a fines de octubre. Poco después comenzaron a pedir documentación a un ciudadanos bolivianos, cuando estos ingresan en la zona.

El ingeniero Farid Dávalos, del Ministerio de Asuntos Agropecuarios fue detenido por los brasileños y amenazado con ser enviado a Cáceres, Brasil, para ser juzgado.



# O Silêncio dos Políticos e dos Empresários

O GLOBO-29-09-74

Roberto Marinho

O presidente Geisel se dirigiu à classe política e à classe empresarial, em dois pronunciamentos extremamente importantes: o discurso de 29 de agosto, proferido perante os líderes da Arena, e a mensagem de 10 do corrente, que encaminhou ao Congresso o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento.

Na primeira manifestação, o Presidente abordou os problemas relativos à institucionalização do País, solicitando aos dirigentes do partido governamental e, bem assim, aos representantes da oposição, que, como "elementos vitais na formação de uma vontade nacional, através de programas e teses", propusessem soluções visando ao aperfeiçoamento da nossa estrutura política, desde que adequadas, com realismo, aos condicionamentos ainda impostos pela segurança nacional.

Na mensagem ao Congresso, o Chefe da Nação abriu à iniciativa privada, de forma categórica, numa amplitude jamais admitida por qualquer governo passado, um diversificado campo de atuação nos setores da produção industrial, agrícola e dos serviços, com a garantia de múltiplos incentivos de caráter fiscal e creditício.

Em ambos os documentos, o Presidente analisou a crise internacional e suas consequências para o Brasil, procurando evidenciar a gravidade das decisões que temos de enfrentar e a necessidade da colaboração de todos os setores responsáveis, na formulação e na implantação das diretrizes a serem adotadas.

Até agora, com raras exceções, os candidatos atualmente empenhados na campanha eleitoral aparecem à Nação falando uma linguagem vazia, com demagógicos "slogans" superados, totalmente alheios às questões suscitadas pelo Presidente e que são justamente aquelas que poderiam atrair o povo ao debate político.

Enquanto isso, os empresários, de um modo geral, se mantêm ausentes e silenciosos, salvo aqueles diretamente ligados aos setores financeiros, do comércio ou de exportação, que se vêm manifestando em torno de seus problemas específicos.

A convocação feita pelo Presidente continua portanto sem resposta.

Não é admissível que as elites nacionais renunciem às suas responsabilidades. Não podemos continuar assistindo, nos horários de televisão do TRE, a essas figuras que insistem em pregar manhosamente a extinção de poderes e prerrogativas dos quais o Governo não pode abdicar precipitadamente sem risco para as pessoas e as instituições. Ninguém

de boa fé põe em dúvida que os mesmos ainda permanecem indispensáveis, menos para permitir o controle dos resquícios internos da subversão, do que para manter fóra de nossas fronteiras a onda de terrorismo que hoje abala tantas nações.

O povo está interessado em condições de respeito, ordem e paz. E essa é uma promessa do Presidente que, inclusive, afirmou que o Governo pretende restringir-se ao "mínimo de segurança indispensável", acrescentando que "deseja mesmo, empenhando-se o mais possível para isso, que essas exigências de segurança venham gradativamente a reduzir-se". Apelo para a "imaginação política criadora, capaz de instituir, quando for oportuno, salvaguardas eficazes e remédios prontos e realmente eficientes dentro do contexto nacional". Não poderia o Chefe da Nação ser mais franco, objetivo e aberto ao diálogo.

Nessas condições, o que se espera dos políticos é que respondam, com a mesma franqueza e objetividade, apresentando sugestões construtivas ou então, quando seja do seu conhecimento qualquer prática de arbítrio ou violência por parte de órgãos governamentais, que façam denúncia positiva dos mesmos como recentemente efetivou O GLOBO no caso da morte de dois rapazes fluminenses, atribuída à Polícia e que, por determinação expressa do Presidente Geisel, passou a ser objeto de rigoroso inquérito.

Há também aqueles que procuram obter votos explorando as presentes dificuldades da economia nacional.

Desse modo, enquanto o Presidente convoca a Nação para enfrentar o desafio de mantermos o desenvolvimento do País mesmo em face das crises que se sucedem no sistema financeiro mundial e na estrutura de produção das grandes potências, decorrentes do aumento do custo da energia, surgem candidatos que se contentam em formular acusações e promessas, superficiais e levianas, sem qualquer sentido construtivo.

Por outro lado, os homens de empresa que, nesse particular, poderiam e deveriam assumir uma posição de vanguarda, difundindo pelo País um

clima de confiança na superação dos efeitos negativos que hoje se refletem mais agudamente no balanço de pagamentos, na elevação dos custos e na retração do mercado, permanecem voltados para os problemas internos de suas organizações, quando não repetindo queixas contra as medidas de controle adotadas no primeiro semestre deste ano.

O governo reconhece "a desarmonia reinante na economia mundial" e seus efeitos no País. Mas já expôs as linhas de ação pelas quais se empenha em prosseguir no ritmo de desenvolvimento, prevendo um aumento anual de 20% nas exportações, a expansão do mercado interno em consequência do incremento do produto e, finalmente, o aproveitamento crescente de nossos imensos recursos naturais, que ainda permanecem como bens geográficos, mas logo estarão transformados, em bens econômicos, na forma de grãos vegetais e minerais para abastecimento do mundo.

O Brasil não tem motivo para se atemorizar com a crise mundial. Talvez devamos nos preocupar mais com as alternativas de solução que começaram a ser propostas na base da contenção de preços dos recursos naturais, visando a equilibrar a economia das grandes nações.

Não podemos aceitar tais imposições. Como fornecedores de bens primários cujo potencial se eleva muito acima de todo o dinheiro atualmente controlado pelos povos árabes, consideramos que a solução a ser encontrada terá de possibilitar não apenas o equilíbrio dos países industrializados, mas também o crescimento das nações em desenvolvimento.

Evidentemente essa linha de ação exige que o País se una em torno do Governo, no mesmo esforço e no mesmo animo de luta, trabalho e construção.

Nessa integração, têm os políticos e empresários um papel insubstituível a desempenhar. É seu dever assumi-lo o quanto antes.

Transcrito de "O Globo" de .... 29-9-74.



ESP.-12-10-74

## II PND: o debate que não houve

Ao apresentar ao Congresso o II Plano Nacional de Desenvolvimento, o governo ofereceu a oportunidade ao Legislativo de se pronunciar sobre um documento essencial para a Nação, já que estabelece as grandes opções da política econômica para os cinco próximos anos e, indiretamente, compromete o Congresso, o qual terá que se pronunciar sobre o orçamento plurianual de in-

vestimentos, justificado em função da política geral definida no documento. Diante da conclusão dos trabalhos da Comissão mista que deu o parecer sobre o II PND, temos a lamentar, entretanto, que não tenha havido o debate que se podia esperar em torno de um texto de tão amplas implicações para o país. De fato, as emendas acolhidas — sobre política habitacional, cooperação tecnológica, utilização do xisto, programa espacial e programa nuclear, mostram que os membros do Congresso se limitaram a discutir questões de menor importância, deixando de lado as fundamentais.

Ora, existe uma opção básica no II PND que teria merecido discussão aprofundada: a decisão de estabelecer a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto em 10% a.a., mantendo sob controle a inflação e nossas reservas cambiais a nível sensivelmente igual ao anterior. Ao que nos parece, trata-se de meta impraticável no atual panorama internacional. Teria sido necessário que a Comissão mista do Congresso, mesmo no curto prazo que lhe foi dado, examinasse a viabilidade de uma opção tão fundamental.

Com efeito, na medida em que não conseguirmos atingir essa taxa anual de cres-

cimento (que inclui outra meta também demasiado ambiciosa: o crescimento da produção agropecuária 7% a.a.), todo o II PND deveria ser revisto, pois, com um crescimento menor do PIB, teremos uma poupança disponível muito menor. Significa isto que todos os programas setoriais previstos — inclusive o programa social — enfrentarão grande falta de recursos. Ora, prevê-se que durante todo o período abrangido pelo II PND o orçamento federal será equilibrado.

Daí uma segunda indagação: como será possível manter sob controle a inflação se o governo federal se vê compelido a decidir entre majorar os impostos e fazer vultosas emissões monetárias para financiar um déficit? Esta questão nos parece muito mais importante do que a ausência de um programa espacial no documento submetido ao Congresso.

Há um outro ponto de gargalo para a realização do II PND: a situação cambial. O Congresso, ao aprovar as grandes linhas do documento elaborado pela Secretaria do Planejamento da Presidência da República, parece endossar o otimismo deste quanto à possibilidade de se equilibrar a balança comercial com um crescimento das exportações e das importações na proporção de 20% a.a. Já neste exercício se depararam dificuldades para atingir esta meta no que diz respeito às exportações; quanto às importações, houve um verdadeiro estouro, que torna muito duvidosa a consecução da meta fixada para 1979, mesmo levando em conta as medidas de contenção previstas. As perspectivas da economia mundial saíram do campo da futurologia para entrar no da triste realidade: temos de considerar esta realidade ao tratarmos de obter os recursos cambiais necessários.

O que falta ao II PND são alternativas, uma vez que o Brasil não poderá crescer a uma taxa de 10%, em meio à recessão mundial. Esperava-se que o governo apresentasse um programa de combate, diante das perspectivas da economia mundial, e, sobretudo, que propusesse medidas eficientes para enfrentar a questão do petróleo. O Congresso aceitou na íntegra o II PND, como se o Brasil, neste mundo tão perturbado, fosse uma ilha de prosperidade. Não nos parece que seja esta a realidade...

### O desencontro entre as prioridades e os recursos

	I PND		II PND	
	Recursos (*)	Porcentagem sobre o total	Recursos (**)	Porcentagem sobre o total
Educação	31.200	17	135.000	9
Saúde-saneamento	15.200	8	110.000	7
Ciência-tecnologia	1.750	1	22.000	1,5
Agricultura-abastecimento	15.600	9	105.000	7
Energia	24.400	14	255.000	18
Transportes	20.100	11	134.400	9
Comunicações	3.120	2	50.000	3,5
Desenvolvimento industrial	30.400	17	300.000	21
Habitação	17.500	10	83.000	6
Integração Nacional	10.550	6	165.000	12
Integração Social	5.730	3	58.000	4

Fontes: Quadro IV do I PND e quadros IV, V, VI, VII e VIII do II PND.

(\*) Em milhões de cruzeiros de 1972

(\*\*) Em milhões de cruzeiros de 1975

VISÃO- 23-09-74

### INDICADORES ECONÔMICOS

	Situação em 1970	Previsão para 1974 segundo o I PND	Situação em 1974 segundo o II PND	Percentual positivo ou negativo*
Minério de ferro (produção em milhões de toneladas)	34	76	60	-21,1
Alumínio (produção em 1 000 toneladas)	65	120	120	—
Cimento (capacidade instalada em 1 000 toneladas)	9 300	17 500	17 200	- 1,7
Fibras artificiais e sintéticas (em 1 000 toneladas)	90	140	176	+25,7
Energia elétrica (potência instalada em milhões de kw)	11,4	17,0	17,6	+ 3,5
Consumo de fertilizantes (em 1 000 toneladas de nutrientes)	900	1 400	1 600	+14,3
Rodovias federais pavimentadas (em 1 000 km)	26,6	38,4	41,2	+ 7,3
Marinha mercante (em 1 000 toneladas)	2 340	3 800	4 200	+10,5
Circuitos telefônicos interurbanos (em milhares)	7	20	26	+30,0
Terminais de telex (em milhares)	3,1	10,5	11,7	+11,4

### INDICADORES SOCIAIS

Ensino do 1.º grau — matrículas (milhões)	16,3	22,0	18,2	-17,3
Ensino do 2.º grau — matrículas (milhões)	1,1	2,2	1,7	-22,7
Ensino superior (milhares)	430	820	1 100	+34,1
Professores universitários — tempo integral	2 800	4 000	3 100	-22,5
Outros professores universitários	6 000	8 000	6 600	-17,5
Abastecimento de água — população atendida (em milhões)	27,0	38,0	39,7	+ 4,5
Serviço de esgotos — população atendida (em milhões)	13,5	20,0	17,7	-12,0
Unidades habitacionais financiadas pelo BNH (milhares)	126	238	209	-12,2
Eletrificação rural (em km de linhas construídas)	6 600	26 000	11 000	-57,7
Combate às endemias	ocorrências locais ou generalizadas	erradicação	não consta	

\* O sinal positivo indica o percentual em que a meta foi superada. O negativo, o quanto faltou para ser atingida. No caso do alumínio, o alvo foi rigorosamente atingido, quantitativamente.



## FUNDAÇÃO DA INTECA cooperação entre capital e trabalho

O Instituto Nacional de Tecnologia Automobilística (INTECA) foi lançado, ontem, oficialmente, na presença do presidente Ernesto Geisel e do ministro da Indústria e do Comércio, Severo Gomes, durante a abertura do Salão do Automóvel, no Par-

que Anhembi. Depois de saudado pelo presidente do Sindicato Nacional da Indústria Automobilística e da Anfavea, Mário Garnero, que tomou a iniciativa de lançar a nova entidade, o presidente Geisel assinou o livro contendo a ata de constituição do INTECA. O ministro Se-

vero Gomes, o secretário geral do MIC, Paulo Beloti e os presidentes das fábricas de veículos associadas ao Sindicato também firmaram seu testemunho simbólico de fundação do organismo tecnológico, cujo porte é de destacada magnitude.

ESP.-23-11-74.

metas tão essenciais para manter os altos níveis de crescimento econômico do País, não podemos esquecer as exigências huma-

nas implícitas para implementação com êxito das novas técnicas que almejamos. "O homem é a nossa preocupação central", acrescentou.

Mário Garnero afirmou que foi esse conjunto de fatores interligados que levou as empresas privadas da área automobilística a criar o Instituto Nacional de Tecnologia Automobilística, para cujo lançamento "convidamos também os presidentes de entidades de trabalhadores no setor automotivo, visando seu apoio e prestígio à iniciativa".

### Cooperação e confiança

Ao encerrar sua saudação, Garnero voltou a destacar a necessidade da colaboração entre todos os participantes do processo econômico-político-social, acrescentando:

"Desejo reafirmar perante Vossa Excelência, que tem permanentemente estimulado programas cooperativos entre trabalho e indústria, governo, universidades e empresa, a nossa decisão de intensificar ainda mais esta união. Reitero, também, a profunda confiança que depositamos em nosso País, onde todas as empresas desse setor, brasileiras natas ou adotivas, fincaram suas mais vigorosas raízes".

## Pilares do desenvolvimento

Em saudação dirigida ao chefe do Governo, na abertura do IX Salão do Automóvel, Garnero assinalou que a entidade "representa uma nova contribuição do setor para a concretização das diretrizes que temos defendido, no tocante ao papel que deve desempenhar o setor privado no esforço nacional a favor do desenvolvimento técnico-científico". Acrescentou que o INTECA "é uma instituição sem fins lucrativos e absorverá recursos humanos e formará equipes de alto nível, em contato íntimo com instituições públicas e privadas já existentes e com universidades brasileiras". Trata-se da maior instituição do gênero no bloco dos países em desenvolvimento.

A saudação do presidente do Sindicato da Indústria Automobilística apoiou-se em três pontos que considerou fundamentais para elevar os níveis de desenvolvimento do País: a) cooperação entre capital e trabalho; b) valorização intensiva dos recursos humanos e c) criação, transferência e fixação de tecnologia.

"A união de esforços, em clima de harmonia, entre capital e trabalho, é que nos permite hoje recepcionar vossa excelência nesta mostra industrial" — afirmou Garnero, iniciando seu discurso. Lembrou que a união de capitais oriundos de várias partes do mundo com capitais brasileiros resultou da livre deliberação de se "incorporarem ao País e de se regerem por nossas leis", enfatizando, "sua total identificação com os objetivos nacionais permanentes aos quais se propõem servir".

### Testemunho da integração

"A mim particularmente, um representante de capitais brasileiros nessa associação — acrescentou — é-me extremamente auspicioso atestar, como presidente de nossas entidades de classe, o alto espírito de brasilidade que tem sempre norteadido a integração econômica, social e política dos investidores estrangeiros e de seus dirigentes ao processo de desenvolvimento nacional". Para Garnero, desta simbiose "está a surgir em nosso País um sistema de cooperação que serve de mo-

delo internacionalmente".

Analisando o papel da mão-de-obra nesse processo, o presidente do Sindicato de autoveículos destacou "o valor extraordinário do trabalhador brasileiro, objeto e fim de todo e qualquer sistema de desenvolvimento econômico e social". E acrescentou: "Este homem, sério, honesto e que não poupa esforços para estudar, aprender e melhorar seu nível de produtividade, é, também, para nós a parte mais importante do processo produtivo".

### Criar, transferir e fixar tecnologia

Revelou o dirigente empresarial que, dos atuais 108.000 trabalhadores da indústria de autoveículos, mais de 35.000 passam, anualmente, por ensino e treinamento diversos, nas próprias indústrias.

"Este esforço — disse — visa capacitar o homem a melhor absorver a tecnologia cada vez mais avançada que orienta nossa indústria". Esta tecnologia — continuou — constitui, agora, um fator vital para o imperativo alicance de melhores condições de vida; e para criá-la, transferi-la e fixá-la,



## Atualidade econômica

ESP.-17-11-74

### Visão da semana: a revisão da correção monetária

Nesta semana toda concentrada em torno das eleições, era de prever-se que a atualidade econômica não ofereceria um rico noticiário. No entanto, houve duas importantes decisões na área do BNDE e do ENFI, e verifica-se um vento de otimismo em torno do aumento da produção de petróleo. Naturalmente, o resultado das eleições constitui, neste fim de semana um tema de reflexões, também econômicas, as quais deverão prosseguir nos próximos dias, quando se tiver um quadro mais completo da situação.

Ninguém pode duvidar de que a retomada da taxa de inflação criou sérios problemas para os mutuários que conseguiram empréstimos na base da correção monetária. O governo mostrou-se sensível a esta evolução e acaba de tomar medidas importantes. No caso dos empréstimos do sistema financeiro habitacional, o ônus de uma excessiva correção será assumido parcialmente pelo Tesouro Nacional. Confeito, será possível aos mutuários deduzir do seu imposto devido até 10% das prestações pagas, com um mínimo de Cr\$ 240 e um máximo de Cr\$ 3.000. Assim, as pessoas de pequena renda terão seu cargo financeiro nitidamente aliviado, enquanto para as de classe de renda alta, o novo regime será menos favorável de que o sistema vigente até agora. Trata-se de uma nova etapa na política de redistribuição de renda, a qual já foi iniciada com a revisão da sistemática do imposto de renda e da política salarial.

A decisão do BNDE de refinar a parcela de correção monetária que exceder 20% no caso dos empréstimos a empresas nacionais privadas, constitui também o reconhecimento das dificuldades criadas pelo aumento da pressão inflacionista. Trata-se de uma medida importante, pois sem reduzir a capacidade de empréstimos do BNDE, permite às empresas programar com maior segurança seus gastos financeiros.

Num momento em que o problema do desequilíbrio da balança comercial se tor-

na o mais delicado de nossa política econômica, a possibilidade de um aumento sensível da produção nacional de petróleo, anunciado nesta semana finda pelo ministro das Minas e Energia, sr. Shigeaki Ueki, foi recebido com grande interesse. Com esta perspectiva temos a possibilidade de pelo menos de manter, em 1975, o mesmo nível de nossas importações de petróleo em 1974. Existem também possibilidades de uma ligeira redução do preço do petróleo importado, o que contribuirá para aliviar a situação da balança comercial.

Não podemos menosprezar os sintomas de recessão, agora oficialmente reconhecida, nos países industrializados. Temos de levar em conta esta perspectiva que — fato ainda mais grave — poderá continuar a ser acompanhado pela manutenção, nesses países, de uma taxa de inflação relativamente alta. O Brasil coloca-se numa situação excepcional nesse quadro, já que, mesmo acusando uma redução da taxa de crescimento, poderá manter um ritmo de crescimento positivo, o que em termos relativos nos coloca entre os países privilegiados.

O resultado das eleições de 15 de novembro, obriga a algumas considerações. Nos meios empresariais, o clima é de tranquilidade, interpretando-se este resultado, mais como um ato político de que como uma condenação da política econômica seguida até agora. É provável que mediante este resultado se chegue à conclusão da necessidade de aperfeiçoar os canais de diálogo. Mas de um modo geral considera-se que a política econômica não será afetada pelo pleito de 15 de novembro já que o problema essencial — o da redistribuição de renda — foi enfrentado antes das eleições pelas autoridades com coragem e habilidade. Além do mais não se pretende sacrificar a vontade de crescer que caracterizou esta política nos últimos anos, crescimento que naturalmente deve levar em conta os novos fatores da conjuntura nacional e internacional.

## PRIVATIZAÇÃO DO INCENTIVO

ESP-23-11-74

O perigo da estatização foi a preocupação dominante entre os empresários, nos debates que mantiveram com o ministro da Fazenda, a respeito do anteprojeto de decreto que dispõe sobre a criação de três fundos para administrar incentivos. Apesar das reiteradas afirmativas do ministro, de que não é propósito do governo estimular a estatização, várias solicitações foram feitas para que o governo reexamine certos aspectos da criação dos fundos.

As apreensões foram claramente manifestadas, entre outros, pelo presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Desenvolvimento — ANBID — Casimiro Ribeiro; o representante da Associação Comercial de São Paulo, Eduardo Figueiredo, e o presidente da Associação dos Distribuidores das Bolsas de Valores, José Luiz Batista.

Para o presidente da ANBID, "houve uma mudança radical na atitude do governo: pelo sistema atual, a responsabilidade é exclusiva das instituições financeiras, e pelo sistema proposto, os fundos passam a ser administrados pelo poder público. Até parece — salientou — que a questão foi colocada em termos de eficiência do setor privado e do setor público, o que não deixa de representar uma preocupação reveladora de uma mudança de atitude governamental".

Casimiro considerou que, na nova sistemática, as instituições financeiras terão um papel secundário, atuando como um serviço bancário, que ainda assim não ficou suficientemente definido no anteprojeto em exame. Ele anunciou que hoje as principais entidades do setor estarão reunidas no Rio para tomar uma posição a respeito, enviando, por escrito, sua opinião ao ministro da Fazenda, até o próximo dia 29.

Discordando desse ponto de vista, Simonsen explicou que o caminho das instituições financeiras, no novo sistema de incentivos, será utilizar-se do mecanismo de transferência de certificados e quotas e sua transformação em ações. Considerou o ministro que no regime proposto, pelo qual vigorará a orçamentação rigorosa, isto é, os projetos somente serão aprovados na medida exata dos recursos disponíveis para financiá-los, não há lugar para um papel mais destacado das instituições financeiras.

### INCOERENCIA

Por sua vez, Eduardo Figuei-

redo, representante da Associação Comercial de São Paulo, afirmou que ao criar fundos governamentais para administrar os recursos dos investidores privados, o governo está adotando uma posição de incoerência com sua própria pregação, dirigida no sentido de proteger a iniciativa privada, dentro de uma economia de mercado.

Ele defendeu a opinião de que ao invés da criação de fundos estatais, o governo deve aperfeiçoar o sistema atual, eliminando a sua principal distorção — desequilíbrio entre a oferta e a procura de recursos — mediante a concessão de recursos que anteriormente eram destinados aos incentivos e foram desviados para outros programas como o PLN e o Proterra.

Em decorrência dos debates, o ministro concordou em, desde logo, e independentemente das sugestões que receberá até o fim do mês, introduzir algumas modificações no anteprojeto. Uma delas, atingindo o artigo 4.º, permitirá melhor acesso de recursos as sociedades de quotas de participação, para permitir maior captação de incentivos ao reflorestamento.

Outra sugestão também aceita pelo ministro foi a de incluir no projeto de decreto um dispositivo reservando uma parcela mínima dos recursos orçamentados para atendimento aos projetos da iniciativa privada, evitando, dessa forma, que eles sejam destinados exclusivamente aos próprios projetos governamentais.

### Aperfeiçoamento do projeto

Desde ontem, os departamentos técnicos dos órgãos representativos das classes produtoras — inclusive financeiros e industriais — estão trabalhando no sentido de formular sugestões, para a criação de um novo sistema de incentivos fiscais, tomando como base o projeto apresentado anteriormente aos líderes empresariais pelo ministro Mario Simonsen.

Acredita-se que a grande maioria das sugestões seja apenas no sentido de aperfeiçoar o projeto original, uma vez que a quase totalidade dos dirigentes de órgãos de classe empresarial já tinha conhecimento, e, de certa forma, se colocava do lado das opiniões do governo.